

Aprovada na sessão ordinária de 14 de novembro de 2014

ATA NÚMERO QUATRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE BARCELOS

| Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| reuniu, pela quarta vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e |
| uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal |
| do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada em |
| edital datado de dezassete de setembro de dois mil e catorze, o qual foi |
| afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta |
| cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos: |
| ANTES DA ORDEM DO DIA |
| Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes |
| no artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal. |
| INTERVENÇÃO DO PÚBLICO |
| ~~~~~Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo treze |
| do Regimento da Assembleia Municipal. |
| ORDEM DO DIA |
| Ponto um – Aprovação da ata da sessão de vinte de junho de dois |
| mil e catorze; |
| ~~~~~Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a fixação da taxa de zero vírgula sete por cento para |
| os prédios urbanos e de zero vírgula trinta e cinco por cento para os |
| prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal |
| sobre Imóveis, a cobrar em dois mil e quinze; |
| Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar autorização para o lançamento da derrama de um |
| vírgula dois por cento e isentar os sujeitos passivos com um volume de |
| negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, a cobrar no |

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS (Gabinete do Presidente)

ano de dois mil e quinze;-----~~~~Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à participação de cinco por cento no IRS dos rendimentos do ano de dois mil e quinze; ----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a saída do município de Barcelos da Cooperativa TUREL – Turismo Cultural e Religioso;---------Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para os encargos plurianuais decorrentes da contratação de fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários para a frota do município; ----------Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a prorrogação do prazo de homologação da lista de classificação final dos procedimentos concursais constantes do documento anexo;----------Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Plano Diretor Municipal de Barcelos; ---------Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de trezentos e um vírgula trinta e seis metros quadrados, sita no lugar da Costa, freguesia de Martim;----------Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de um terreno com a área de cinco mil, setecentos e dez metros quadrados, para construção de uma Casa Mortuária (incluindo arranjos, de enquadramento, acessos e estacionamento), localizada em Outeiro, freguesia de Silveiros;----------Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS (Gabinete do Presidente)

Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com a área de cinquenta mil, quinhentos e dezoito metros quadrados, para a concretização do projeto denominado "Valorização Paisagística das Quintas de Prestar – Barqueiros – Barcelos";---------Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com dois mil e noventa e um metros quadrados, para a legalização e ampliação de uma exploração agropecuária, localizada na Rua da Aldeia de Baixo, freguesia de Fornelos;----------Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno destinada à construção de um anexo de apoio ao edifício da Casa do Povo de Alvito, sita no lugar de Rio Porto ou Igreja, freguesia de Alvito S. Pedro;-----------Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da parcela de terreno doada à freguesia de Milhazes, com a área de cento e quinze metros quadrados, localizada na Rua Padre Manuel Martins Palmeira, e aprovação do pedido de isenção do pagamento de taxas pela emissão do alvará de licença de construção referente ao processo GU catorze mil, setecentos e treze;----------Ponto quinze – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------Adélio Barbosa Miranda, Agostinho Martins da Silva, Ana Paula



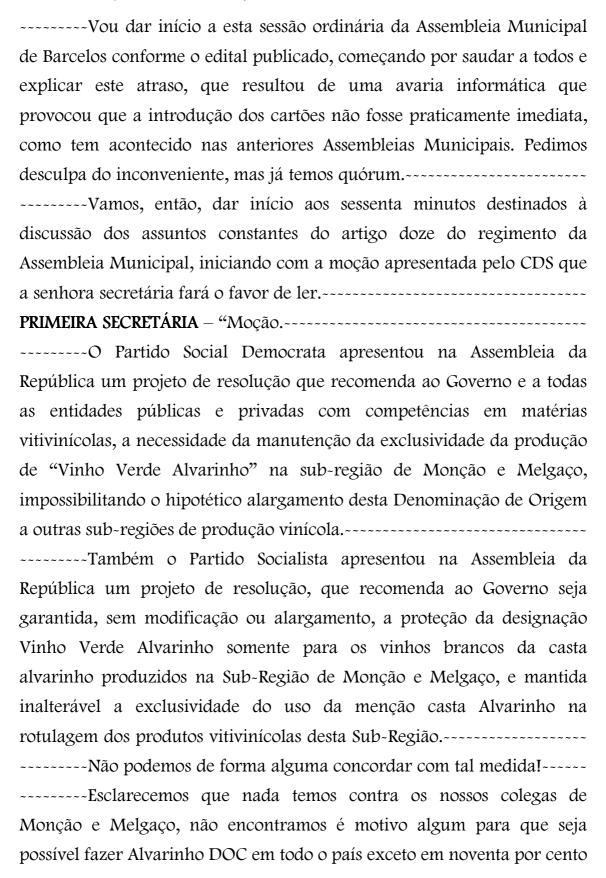
Carreira Gonçalves Lopes Moreira, Ana Rita da Silva Torre, Anselmo Miranda Vasconcelos, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Joaquim da Costa Lima, António Oliveira Castro, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira da Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Cândido Pedrosa e Silva, Cândido da Silva Gomes, Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa Fernandes, Daniel Martins de Brito, Daniela Filipa Cardoso Miranda, David Alberto Lemos de Sousa, David José Pereira de Carvalho, David Pimenta Vilas Boas, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falção Gonçalves, Domingos Miguel Magalhães Ferreira, Duarte Nuno Cardoso Amorim Pinto, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando Gomes Alves, Fernando José Gonçalves Pinto, Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Florinda Oliveira Bogas, Guilhermina Sousa e Silva dos Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isabel Maria Pereira dos Santos, Jaime Manuel Faria Dantas, Joana de Macedo Garrido Fernandes, João Alberto Novais Alves, João Batista Gonçalves Abreu, João Macedo Lourenço, João Paulo Pereira Dias, João Rodrigues Martins, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Alberto Martins Barbosa, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel de Mesquita Fernandes, Jorge Martins da Silva, José Alves Peixoto, José António Gomes Coelho, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Gomes dos Santos Novais, José Gonçalves de Araújo Silva, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel da Costa Cunha, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria



Alves da Fonte, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, Juliana Raquel Oliveira Campos, Júlio Arménio Martins da Silva, Lucília Cristiana da Cruz Ferreira, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel João Nunes Garcia, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria Isabel Sá da Venda, Maria José Correia Simões, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Marta Catarina da Costa, Natalina de Sá, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Araújo Campos, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Miguel Ramos Lima, Raquel Sofia Rodrigues Marques, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rui Manuel Dias Faria, Sandra Isabel Coutada Teixeira, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Vasco André Gomes de Deus Real. -----Faltaram os seguintes membros:-----~~~~António José Oliveira Félix de Sousa Barroso, António Salomão Silva Rodrigues, Carlos Alberto Oliveira Sousa, Eduardo Jorge Ribeiro dos Reis, Gabriel Costa Gonçalves, Leonel Gonçalves Vila-Chã.---------INÍCIO DOS TRABALHOS-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa-noite, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

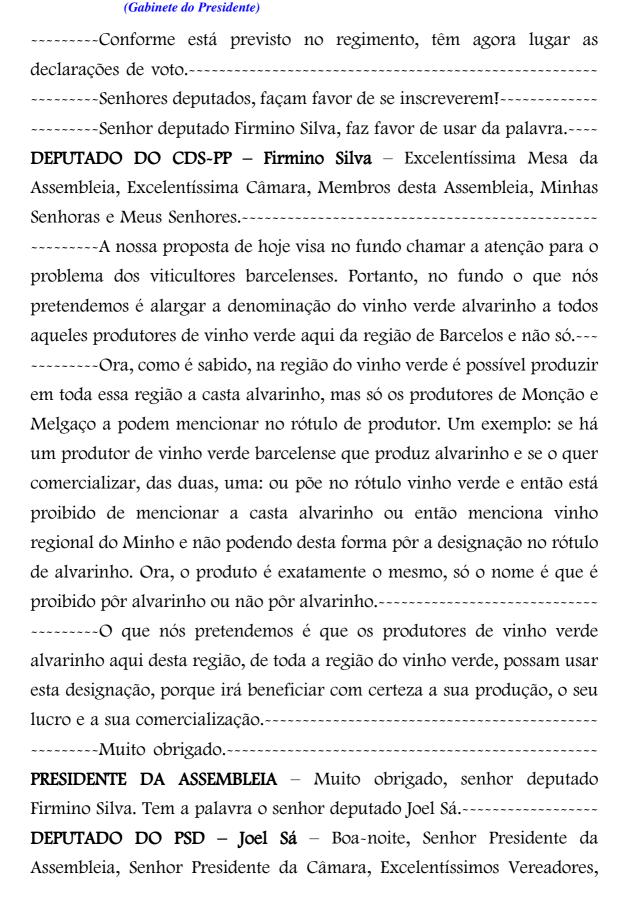
(Gabinete do Presidente)



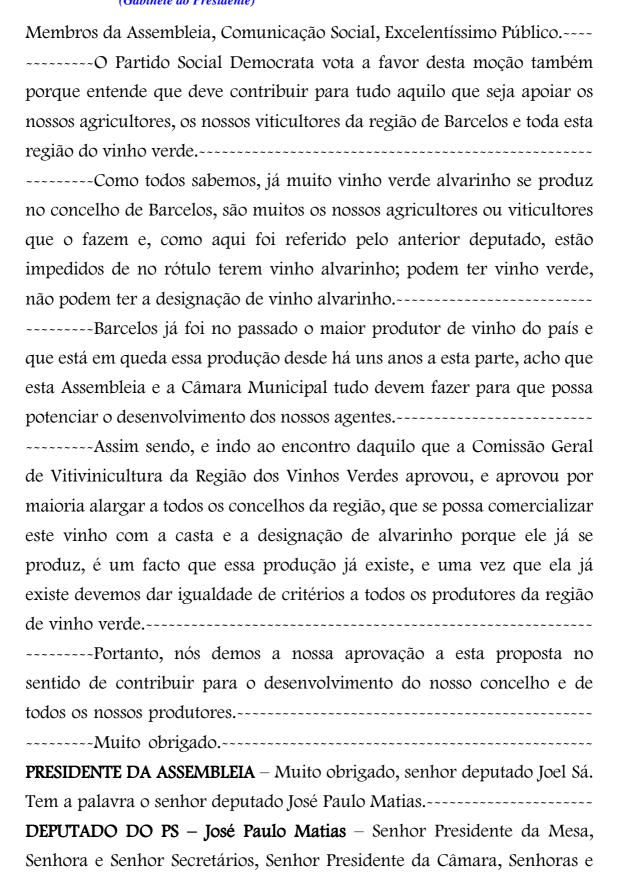


| da região dos Vinhos Verdes; esta discriminação retira valor aos |
|----------------------------------------------------------------------------|
| produtores da região face aos colegas do Douro, Ribatejo, Lisboa e |
| Alentejo, que podem usar livremente alvarinho. |
| Que fique claro que não está em causa o vinho alvarinho em |
| concreto, que já se produz em toda a região, mas apenas mencionar o |
| nome da casta no rótulo. Neste momento Monção tem novecentos |
| hectares de Alvarinho, Melgaço quatrocentos hectares e a restante região |
| outros quatrocentos hectares. Assistimos hoje a uma vasta produção de |
| uva alvarinho em trinta e cinco concelhos! |
| Acresce a tudo isto a decisão da Comissão de Viticultura da |
| Região dos Vinhos Verdes (CVRVV), de alargamento da denominação |
| exclusiva do Alvarinho a toda a Região dos Vinhos Verdes, de uma forma |
| clara, com dezasseis votos a favor do alargamento e apenas três contra.~~~ |
| Assim propomos que esta Assembleia Municipal, aprove de |
| forma clara, um apoio ao alargamento da denominação "Vinho Verde |
| Alvarinho" pois tal medida representará um claro valor acrescentado aos |
| viticultores da nossa região |
| Mais propomos que seja comunicado o resultado da votação: |
| Aos grupos parlamentares da Assembleia da República; |
| À Comissão de Viticultores do Vinho Verde; |
| À senhora ministra da Agricultura |
| Os deputados municipais do CDS-PP" |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Vamos então proceder à |
| votação desta moção apresentada pelo grupo municipal do CDS |
| Quem vota contra queira levantar-se, por favor |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém queira levantar-se, por favor |
| (Oito, sendo sete do MIB, um da CDU) |
| Esta moção foi aprovada por majoria com oito abstenções |





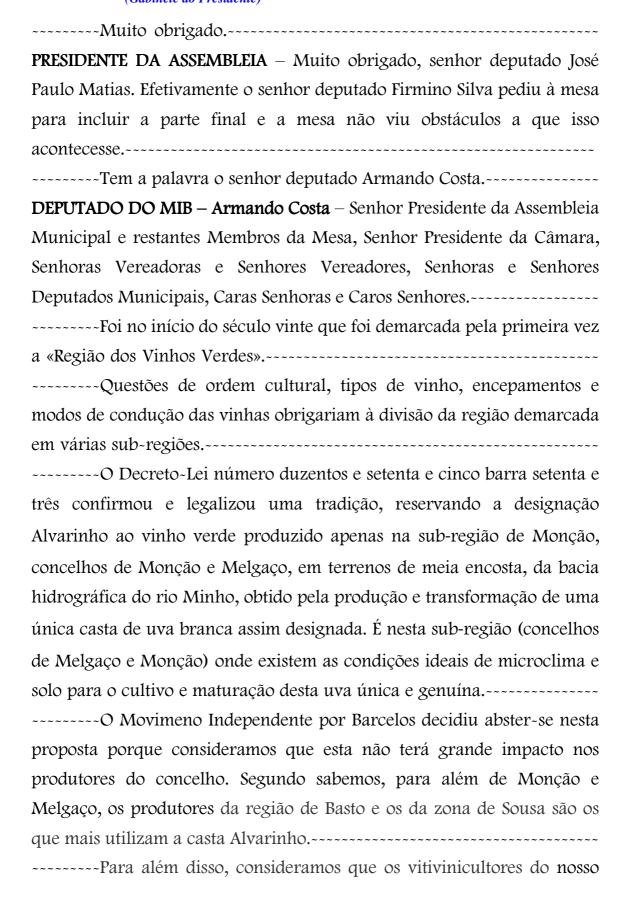






| Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus |
|--------------------------------------------------------------------------|
| Senhores. |
| Se a moção em apreço nos pareceu inicialmente despropositada e |
| sem interesse, num momento tão difícil para Portugal, para os |
| portugueses – e aí incluídos os barcelenses – mereceu numa segunda |
| apreciação o reconhecimento da sua oportunidade |
| ~~~~É que Barcelos é a cidade portuguesa do vinho deste ano dois mil |
| e catorze, estatuto atribuído pela Associação Nacional de Municípios |
| Portugueses do Vinho à candidatura da nossa Câmara, e acabou de ver |
| eleita uma jovem barcelense como rainha das vindimas de Portugal |
| ~~~~~Votámos favoravelmente a proposta porque sabemos que muitos |
| viticultores de Barcelos produzem vinho com a casta alvarinho e é do seu |
| interesse poder usar essa designação na rotulagem e comercialização do |
| produto. |
| Reconhecemos que Monção e Melgaço foram os primeiros em |
| Portugal a usar a designação da casta alvarinho como marca de um |
| produto que se produz por todo Portugal, na vizinha Galiza e pelo |
| mundo. Estamos certos que, para sua defesa e promoção, os produtores e |
| seus representantes dessa região, querendo, saberão encontrar uma |
| designação própria, mais relacionada com a região e o território do que |
| com a casta, pois o seu microclima diferencia o seu vinho dos demais.~~~ |
| Como ainda tenho algum tempo, senhor presidente, gostava de |
| deixar ficar lavrado aqui um protesto também em relação a esta moção.~~ |
| ~~~~Nós recebemos uma moção que apreciámos e que votámos e aqui |
| foi lida uma moção com mais texto do que aquele que foi enviado aos |
| partidos para sua apreciação. |
| Agradecia que, no futuro, o CDS-PP não apresentasse à mesa |
| uma moção com mais texto do que aquele que nos tinha sido |
| anresentado |







| concelho dispõem de excelentes vinhos verdes que se diferenciam pela |
|---------------------------------------------------------------------------|
| qualidade das suas castas e das suas vinhas. |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado |
| Armando Costa |
| Vamos agora passar à declaração política, que cabe hoje ao Bloco |
| de Esquerda |
| Tem a palavra o senhor deputado Jorge Silva |
| DEPUTADO DO BE - Jorge Silva - Senhor Presidente da Assembleia |
| Municipal, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da |
| Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados |
| Municipais, Senhoras e Senhores Membros da Comunicação Social, |
| Excelentíssimo Público |
| O executivo barcelense pagou setenta mil euros para elaborar |
| um estudo a que chamou Estratégia Municipal Dois Mil e Vinte, que a |
| seguir designarei sempre por Estratégia Dois Mil e Vinte. Apresentado em |
| dois mil e onze com pompa e circunstância, este documento era visto pelo |
| executivo camarário como o plano de desenvolvimento capaz de elevar o |
| concelho ao patamar superior do panorama nacional. Até ao momento - |
| volvidos três anos – ainda não se vislumbram os resultados e ainda |
| estamos à espera da primeira medida de resposta às problemáticas que |
| foram detetadas pelo estudo. Somos obrigados a concluir, e acreditem que |
| nada gostamos que assim seja porque está em causa o concelho que |
| também é nosso, que a estratégia elaborada afinal é a do faz de conta que |
| queremos fazer. |
| ~~~~~Na altura, o Bloco de Esquerda foi contra o dispêndio daquela |
| soma por entendermos que nos serviços haveria recursos humanos |
| capazes de realizar esse trabalho. Para além disso, também entendemos |
| que o pensar a longo prazo deve envolver todos os atores com interesse no |



território do nosso concelho. De qualquer forma, o estudo existe e da nossa parte parece-nos que o executivo deve informar esta Assembleia do aproveitamento que está a ser feito das conclusões aí apresentadas. -----Uma vez que o Partido Socialista entende que não deve ser monitorizada a execução dessa Estratégia Dois Mil e Vinte por parte desta Assembleia, permitirá certamente, senhor presidente, que lhe coloquemos algumas questões sobre essa execução. -----Dado o tempo limitado que temos abordarei apenas três áreas que consideramos muito importantes: a indústria, o turismo e a relação agricultura versus ambiente. ----Sobre a indústria, todos temos a ideia de que Barcelos é um concelho industrial, com caraterísticas predominantemente industriais. Apesar da grande área de paisagem rural de campos e florestas, o rendimento dos barcelenses depende em grande parte da indústria. De facto, dados dos censos de dois mil e onze, cinquenta e quatro vírgula dois por cento da população empregada de Barcelos trabalhava naquele setor de economia, contra quarenta e dois vírgula quatro por cento nos serviços e apenas três vírgula quatro por cento a trabalhar na agricultura e atividades florestais. Portanto, este paradigma de concelho industrial tem que ser definitivamente assumido de forma inequívoca. E isso traria enormes benefícios para a marca Barcelos e para as empresas e outras instituições aqui localizadas. -----Contudo, há problemas estruturais que mereceriam melhor atenção por parte do executivo. As áreas industriais são escassas, apenas uma, a da Várzea, tem acessos condignos, e muitas fábricas ainda se localizam em locais de difícil acesso, em instalações, no todo ou em parte, não licenciadas. A Estratégia Dois Mil e Vinte refere esses problemas.~~~~ ----Senhor presidente da Câmara, a primeira pergunta é esta: o que está a ser feito nesta perspetiva? Não era já tempo de o executivo



apresentar um plano de legalização de instalações industriais, para trazer para a luz do dia a verdadeira situação da indústria no nosso concelho, naturalmente criando critérios, estabelecendo contrapartidas para o domínio público pelas suas legalizações?---------Em relação ao turismo, a Estratégia Vinte Vinte, citando o Plano Estratégico Nacional para o Turismo, refere que para a região "Porto e Norte de Portugal", em que Barcelos se integra, são apontados como produtos potenciadores de crescimento a curto prazo o Touring Cultural e Paisagístico, o Turismo de Natureza e, como complementar, a Gastronomia e os Vinhos. ----Num relatório sobre a competitividade das cidades denominado Portugal City Brand Ranking, publicado pelo Bloom Consulting, Barcelos, em termos de região norte, aparece em nono lugar nos negócios, mas em décimo nono como cidade a visitar. ----Todos sabemos que este tipo de turismo precisa de ambiente natural e paisagens cuidadas. Ora a Estratégia Vinte Vinte refere precisamente a degradação da paisagem barcelense. De então para cá aconteceram situações que só podem ter contribuído para piorar a situação, relembro a título de exemplo o grande incêndio que queimou as matas de Fragoso, Aldreu e Palme. Isso leva-me para a segunda pergunta ao executivo: o que está a ser feito para reverter esta situação da degradação da paisagem barcelense? E ainda sobre turismo de natureza, porque não se faz a divulgação dos circuitos pedestres existentes, nomeadamente na página da Câmara onde eles estão ausentes, e no aproveitamento do nosso Ronaldo das provas de natureza, refiro-me ao Carlos Sá, para a promoção do nosso concelho como de excelência para esse tipo de atividades? E no aproveitamento do enorme potencial do rio, que não é só para atividades balneares, aí sabemos que a Câmara se protege com os problemas causados pelos outros a montante.



----Sobre a problemática da pecuária e ambiente, a Estratégia Vinte Vinte refere que "a intensificação e concentração das explorações pecuárias reflete-se num agravamento da pressão ambiental que os sistemas produtivos exercem sobre os sistemas e ciclos naturais. Quando há proximidade entre vacarias e habitações, o que acontece em Barcelos e decorre do povoamento disperso da região, os impactos negativos repercutem-se na qualidade de vida dos moradores e estão associados a situações de conflito".----------Bem, este é um problema que todos conhecemos. Falando com as pessoas do setor, nomeadamente agricultores, o que nos dizem é que quase ninguém cumpre a legislação existente, nomeadamente o Decreto-Lei duzentos e catorze/dois mil e oito, e quem sofre são os recursos naturais, com a poluição, e são as pessoas vizinhas destas explorações. Estamos aqui a falar de um assunto recorrente nesta Assembleia (hoje teremos mais um caso de pedido de licenciamento de desafetação de RAN) e a pergunta que surge naturalmente é esta: quando é que o executivo começa a trabalhar nas recomendações da Estratégia Vinte Vinte, que pagámos, onde aponta para que sejam "equacionadas soluções que passam pela relocalização de algumas vacarias e criação de uma nova figura de núcleo rural que pretende compatibilizar as vacarias existentes com os espaços urbanos marginais aos centros cívicos das freguesias"?~~~ ----Se tivéssemos mais tempo poderíamos ainda falar do artesanato, que faz a ligação ente a indústria e o turismo e que continua a ter um grande potencial de crescimento, ou na criação de escolas de artes e ofícios tradicionais e tantas mais. ----Senhor presidente, afinal que concelho é que queremos daqui a dez, vinte ou trinta anos? Quais são as apostas prioritárias e que tipo de investimento deve ser canalizado? Que sinergias entre associações, indústria, comércio, Câmara, poder regional e central devem ser



| estabelecidas? Quais são os planos de curto e médio prazo para dar início |
|----------------------------------------------------------------------------|
| a este processo? |
| Considerando que o desenvolvimento assenta num grande |
| contrato social e ecológico, cultural e económico, numa perspetiva |
| sustentada no presente e sustentável para o futuro. |
| E considerando que os barcelenses têm o direito e o dever de |
| pensar o concelho projetando-o no tempo como um espaço de valorização |
| de potencialidades que permitam uma melhoria de qualidade de vida |
| O Bloco de Esquerda, nesta reunião ordinária da Assembleia |
| Municipal, solicita à Câmara Municipal informação em jeito de ponto de |
| situação do referido documento. Queremos saber o que é feito desta |
| promessa que a edilidade do PS tão faustosamente apresentou. |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Jorge |
| Silva |
| Aceitam-se agora as inscrições! |
| ~~~~~Como os senhores deputados sabem, temos trinta minutos a |
| dividir equitativamente pelos deputados inscritos dos grupos municipais. |
| Estão cinco deputados inscritos, o que dará seis minutos a cada um.~~~~~~ |
| Senhor deputado Joaquim Barbosa, faz favor de usar da palavra |
| DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, |
| Ilustre Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.~~~~~ |
| Esta intervenção do Bloco de Esquerda sofre desde logo de um |
| equívoco, é que por instantes fez-nos pensar que estaríamos no período |
| de perguntas escritas à Câmara Municipal sobre a atividade realizada, o |
| que não é obviamente o caso. |
| No entanto, sem retirar importância a este tema trazido pelo |
| Bloco de Esquerda, devo dizer que de facto este tema é bastante |
| importante. E queria dizer, em primeiro lugar, ao senhor deputado, que |

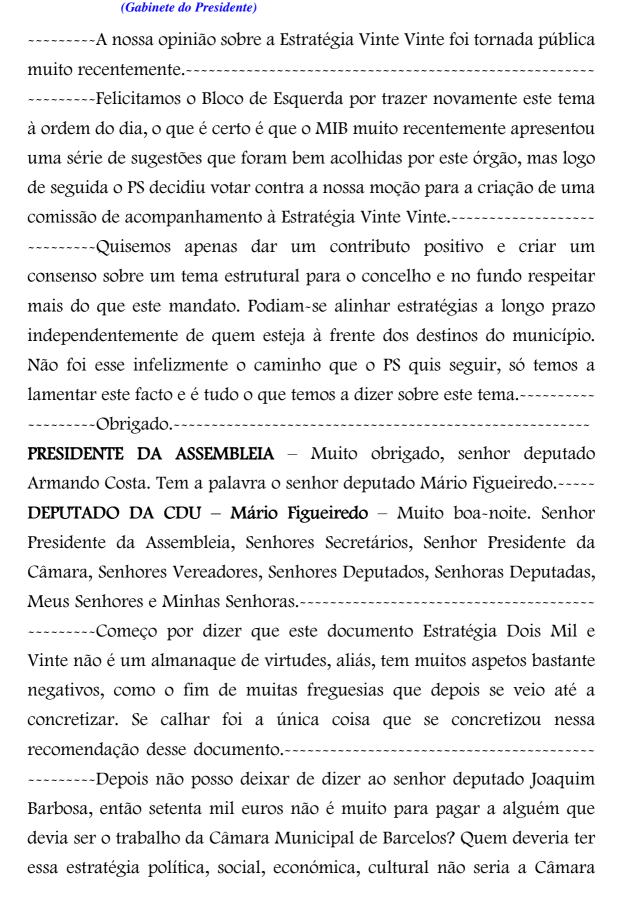


relativamente a esta questão do preço do estudo, o facto de ter custado setenta mil euros, eu diria que setenta mil euros, e corrija-me se estiver errado, para um estudo que é de facto estruturante e é fundamental para este executivo municipal justifica por si só, dado que é um documento estratégico de desenvolvimento do concelho de Barcelos, este preço. -----O senhor deputado falou de muitas questões e naturalmente o senhor presidente da Câmara, mais à frente, quererá responder especificamente a alguns pontos colocados, mas esta sua intervenção também já de certa forma constitui um elogio perante o trabalho que este executivo vem realizando. ~~~~Citou aí que o concelho de Barcelos já ocupa o nono lugar enquanto concelho mais capacitado ou que apresenta melhor capacidade económica do norte do país. O nono lugar no número de concelhos que tem o norte de Portugal, que eu não sei, mas são certamente muitos, mais de cem, é por si só um elogio.----------Quanto à questão do nono lugar quanto a concelho mais visitado, naturalmente que certamente implicará uma melhoria face ao passado. Não estou em condições, obviamente, de dizer num passado recente qual era o posicionamento do concelho, mas certamente é melhor.----------A divulgação do concelho não tem nada a ver com o que era antes. O concelho é divulgado nas feiras internacionais, é divulgado internamente, o concelho está na moda, dá cartas no domínio do turismo. Nós temos um Museu de Olaria ultramoderno, nós temos um Centro de Interpretação do Galo de Barcelos que é um baluarte do nosso desenvolvimento turístico, nós temos o caminho de Santiago que é muito percorrido.----------Quanto ao turismo, quanto ao desporto, nós tivemos no domingo passado um evento desportivo que reuniu três mil participantes e foi



| certamente, contrariamente ao que o senhor deputado diz que não existe, |
|---------------------------------------------------------------------------|
| uma demonstração da importância do concelho de Barcelos, onde foi |
| dada a conhecer para muitos cidadãos portugueses que por isso nos |
| visitaram. |
| Finalmente, uma nota para a parte industrial. O senhor deputado |
| disse aquilo que parece ser uma verdade, mas de facto não é verdade. Diz |
| que há empresas no concelho de Barcelos que, por falta de existência de |
| lugares disponíveis nos parques industriais, não poderão iniciar o seu |
| negócio. Dê-me exemplos! Eu perguntei, ninguém conhece esses |
| exemplos. Deram-me o exemplo do parque da ACIB, na Várzea, que tem |
| lugares disponíveis. Portanto, as condições para a iniciativa privada |
| podem de facto não ser as melhores, mas elas existem. |
| Também existem em outros níveis. Nós hoje vamos aprovar a |
| derrama que isenta as empresas privadas com volumes de negócio até |
| cento e cinquenta mil euros. É mais uma demonstração da atenção deste |
| executivo para a iniciativa privada, para os negócios. |
| Como vê, senhor deputado, este não é o concelho que o senhor |
| deputado imagina e quando acorda. Nós vemos outro concelho, os |
| barcelenses estão identificados com os objetivos da Estratégia Dois Mil e |
| Vinte e nós estamos em dois mil e catorze. Portanto, dizer que não existe |
| nada e dizer que não se vai fazer nada é uma falácia |
| É tudo |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado |
| Joaquim Barbosa. Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.~~~~ |
| DEPUTADO DO MIB - Armando Costa - Excelentíssimo Senhor |
| Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, |
| Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados |
| Municipais Excelentíssimo Público |







Municipal de Barcelos? Essa ideia da tecnocracia eu não percebo lá muito bem, não é? Posso ouvir parceiros, mas quem tem que delinear essa estratégia são naturalmente os órgãos executivos e as instituições políticas.---------Como disse, tem aspetos bastante negativos e tem aqui e acolá um cunho de uma política neoliberal de ataque a muitos direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente aqui dos barcelenses. -----Há, no entanto, conclusões e recomendações que são de evidente importância para o desenvolvimento do concelho, isso é inegável e muitos de nós já o sabiam mesmo antes destes iluminados que fizeram a Estratégia Dois Mil e Vinte terem vindo dizer aos barcelenses que nada sabemos sobre o assunto, que era preciso se fazer determinadas coisas. Uma delas diz que é de extrema importância a conclusão do nó de Santa Eugénia, aliás, obra que está reconhecida como prioritária no orçamento municipal para dois mil e catorze, que já vamos em nove meses no ano. Outra é a melhoria da rede de transportes públicos, o acesso à Central de Camionagem, a defesa do transporte ferroviário, criação de transportes urbanos, tudo isso dava uma dinâmica de mobilidade ao concelho, trazendo até muita população que vive na periferia do concelho para o centro da cidade e que, como nós sabemos, afastam-se para outras cidades, como Viana do Castelo, Famalicão e Braga. -----Depois, a questão do aproveitamento dos recursos naturais, e aqui não há dúvida nenhuma que Barcelos deverá ser talvez a única cidade que está de costas voltadas para um rio de extrema importância, que é o rio Cávado, que não há qualquer aproveitamento desse recurso natural que tinha de facto uma importância enorme para o bem-estar da população, para o desenvolvimento económico do concelho, e que este executivo e todos os outros anteriores se negam a desenvolver aquela zona importante para o desenvolvimento do concelho.



-----Mas eu não queria deixar de dizer uma coisa muito simples. Pode-se vir com muitas ideias mas se não houver uma rutura com esta política que é promovida quer no plano local, quer no plano nacional não há desenvolvimento nem para o concelho nem para o país. E digo isto porque os partidos que dizem aqui defender uma coisa, ainda agora nós tivemos um exemplo da marca Alvarinho, que existe isso porque foi uma proposta do PSD, neste caso três deputados por Viana do Castelo do PSD à Assembleia da República, que o PSD votou que fosse vedado ao resto da sub-região da produção do vinho verde alvarinho, que não pudesse usar essa marca, e o mesmo PSD aqui vem dizer o contrário. Isto e em muitas matérias! Como é que se pode querer o desenvolvimento do concelho se a maior parte das pessoas que estão aqui presentes pertencem a partidos que atacam e degradam os serviços públicos? Os balcões da Segurança Social, os Tribunais que agora vemos aí, as longas filas de espera desesperantes no hospital de Barcelos, a negação da construção do hospital de Barcelos, agora a privatização da EGF, o ataque aos direitos dos trabalhadores atirando-os para a situação de emigração. Quantos emigrantes há no concelho de Barcelos? Isso é que é promover o desenvolvimento? E quantos aqui estão de acordo direta ou indiretamente com estas políticas que atiram para a angústia ene e ene de barcelenses?~~ -----Portanto, não me venham aqui dizer que estão a favor do desenvolvimento de Barcelos, que querem promover o desenvolvimento de Barcelos, dizem isso à frente dos barcelenses, mas depois ou estão diretamente ligados a uma política de destruição daquilo que são os direitos de Barcelos ou recebem-nos com abraços, com aplausos e com vivas a uma política que de facto leva ao desastre e leva ao atraso do concelho de Barcelos. -----Portanto, é preciso na política ter uma cara e não se pode vir com uma cara para Barcelos e outra cara para outros sítios onde, se

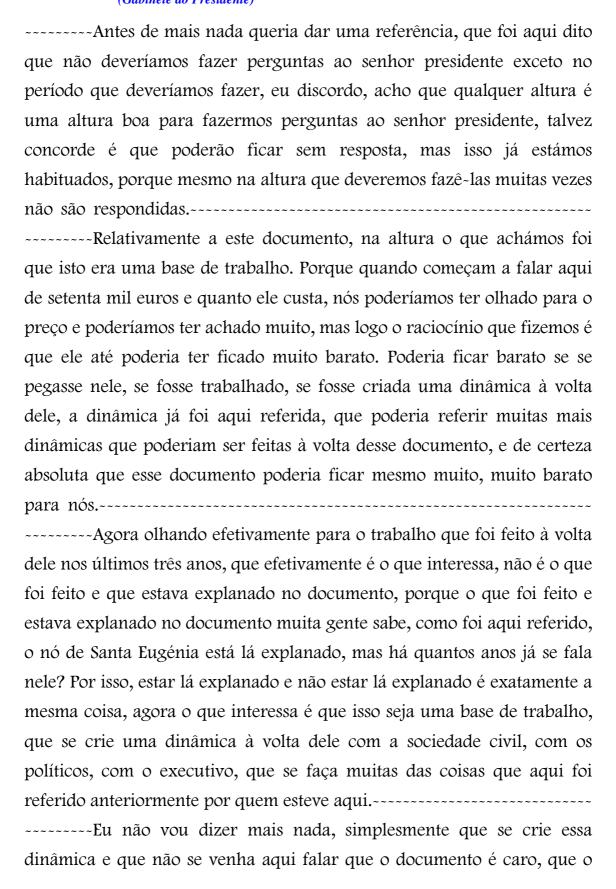


| calhar, se pensa que se pode ir mais longe. |
|----------------------------------------------------------------------------|
| Disse |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário |
| Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado José Novais. |
| DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Excelentíssima |
| Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, |
| Excelentíssimos Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores. |
| Efetivamente a Estratégia Municipal Vinte Vinte mandada |
| executar pelo executivo socialista carece de uma implementação e de um |
| aprofundamento que se traduza em valia efetiva para os barcelenses. |
| Naturalmente que ao longo deste tempo até poderão ter sido |
| desenvolvidos projetos, iniciativas por parte do executivo, mas esses |
| projetos, essas iniciativas não são do conhecimento desta Assembleia |
| Municipal. |
| E conforme foi há pouco tempo numa sessão anterior que aqui |
| aconteceu, por proposta de um grupo parlamentar municipal, no caso o |
| MIB, que procurou, em face deste documento tão importante, propor a |
| criação de uma comissão de acompanhamento por forma a que pudesse |
| ser de alguma forma monitorizado o desenvolvimento desse plano e |
| acompanhado pelos barcelenses, o executivo entendeu que tratava-se de |
| uma clara interferência nas competências do executivo e impediu a sua |
| aprovação o grupo parlamentar do Partido Socialista. Está no seu direito.~ |
| No entanto, nós entendemos que a proposta era meritória e |
| merecia ser aprovada e levada à prática, porque efetivamente o |
| desenvolvimento do concelho precisa do esforço coletivo de todas as |
| entidades que por bem queiram contribuir, é necessário que para o |
| sucesso da Estratégia Vinte Vinte todos os parceiros, todas as entidades |
| possam ser ouvidas, possam dar o seu contributo e, portanto, para bem de |
| Barcelos, o somatório dos contributos naturalmente que trará um |



| resultado melhor. |
|--------------------------------------------------------------------------|
| A razão de ser última do executivo e neste caso do deliberativo é |
| o desenvolvimento do concelho, é o bem-estar dos barcelenses, é um |
| Barcelos melhor e mais saudável. |
| Nós entendemos que este documento de Estratégia Vinte Vinte |
| dever ser posto ao serviço da população, naturalmente que há muita |
| iniciativa que é necessário desenvolver para bem do desenvolvimento do |
| concelho, foram focados aqui aspetos por alguns companheiros que me |
| antecederam e naturalmente que com toda a justeza, enquanto não se |
| conseguir construir um conjunto de infraestruturas que desde há anos |
| estão no papel, portanto, com responsabilidades repartidas naturalmente, |
| teimam em não ser conseguidos, Barcelos não caminha para uma |
| verdadeira Estratégia Vinte Vinte. |
| Nós consideramos que a defesa do ambiente, naturalmente que |
| com o contributo grande da agricultura porque são agentes no terreno |
| que prestam um serviço inestimável à sociedade, o turismo, a indústria, |
| precisam de investimentos, precisam de uma nova atitude do executivo, |
| precisam de apoios contínuos por forma a melhorar o Barcelos coletivo.~~ |
| ~~~~Neste momento pensamos que esta questão é sempre atual, |
| merece ser reaprofundada, refletida permanentemente e objeto da |
| participação e colaboração de todos os barcelenses. |
| Disse |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado José |
| Novais. Tem a palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro. |
| DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro - Muito boa-noite, |
| Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora |
| Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da |
| Câmara, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores |
| Vereadores, Excelentíssimos Deputados, Público, Jornalistas. |







| documento e barato, porque realmente se nos continuarmos a olhar para |
|-------------------------------------------------------------------------|
| o documento e não estiver nada a ser feito por dinâmica à volta dele é |
| muito caro. |
| Por isso, o que nós recomendamos é que sejam criadas dinâmicas |
| à volta deste documento e que o tornem realmente barato e que seja um |
| documento estruturante no futuro de Barcelos. |
| Tenho dito |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Filipe |
| Pinheiro. |
| Encontra-se esgotado o período de antes da ordem do dia, pelo |
| que passaremos à parte da intervenção do público |
| ~~~~Como não houve inscrições, passaremos de imediato à ordem do |
| dia, começando pelo primeiro ponto: Aprovação da ata da sessão de vinte |
| de junho de dois mil e catorze. |
| Coloco à votação a dispensa da leitura da ata de vinte de junho |
| de dois mil e catorze! |
| Quem vota contra, por favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, por favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade a dispensa da leitura da ata |
| Vamos então passar à votação da ata! |
| Quem vota contra, por favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, por favor, levanta-se. |
| (Três, sendo dois do CDS-PP, um do PS) |
| Aprovada por maioria com três abstenções |
| Vamos passar ao ponto número dois da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA - Discussão e votação da proposta da Câmara |



| Municipal a solicitar a fixação da taxa de zero virgula sete por cento para |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| os prédios urbanos e de zero vírgula trinta e cinco por cento para os |
| prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal |
| sobre Imóveis, a cobrar em dois mil e quinze. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve? |
| Tem a palavra o senhor deputado António Lima. |
| DEPUTADO DO PSD – António Lima – Senhor Presidente da Assembleia |
| Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente de Câmara, |
| Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas da Assembleia Municipal, |
| Minhas Senhoras e Meus Senhores. |
| Os últimos anos têm sido particularmente desafiantes para os |
| decisores políticos nacionais. |
| Só com sacrifício, empenho e dedicação tem sido possível |
| estabelecer a atual trajetória de recuperação da nossa credibilidade |
| internacional e, bem assim, da nossa economia. |
| Para que tal tenha sido possível muito têm contribuído as |
| reformas estruturais que o Governo de maioria PSD/CDS tem levado a |
| efeito |
| Uma das reformas que melhores resultados tem alcançado é a |
| reforma na administração local corporizada por diversas leis, das quais |
| destaco a Lei das Finanças Locais, a Lei dos Compromissos, a Lei dos |
| Dirigentes, o PAEL e mais recentemente o FAM (Fundo de Apoio |
| Municipal) |
| A aplicação destas leis e seus mecanismos, em estrita colaboração |
| com os municípios, permitiu reduzir em um vírgula oito mil milhões de |
| euros a dívida municipal, permitiu reduzir em um vírgula um mil |
| milhões de euros os pagamentos em atraso por parte dos municípios e |
| contribuiu para um excedente orçamental do setor municipal. |
| Ao nível dos impostos têm sido levadas a efeito diversas reformas, |



que numa primeira instância visavam a cobrança imediata de impostos, como forma de evitar a bancarrota nacional e nesta segunda fase visam o aumento da competitividade da nossa economia, por via da maior atratividade fiscal para famílias e empresas. -----As reformas ao nível fiscal passaram necessariamente por um maior combate à fraude e evasão fiscal, mas passaram também por alterações ao nível da tributação do património, do consumo, do rendimento das pessoas coletivas e agora pela reforma do rendimento das pessoas singulares que a breve trecho será apresentada. -----Ao nível da tributação do património verificamos com particular agrado a avaliação geral dos prédios urbanos. Esta foi uma das primeiras medidas com implicações fiscais tomadas por este Governo, ainda em novembro de dois mil e onze. -----Por força desta decisão, foram debeladas situações de absoluta desigualdade entre contribuintes, porquanto bens iguais eram tributados segundo valores patrimoniais diferentes. Esta era uma injustiça que importava resolver e que foi efetivamente resolvida. ----Levada a efeito, a avaliação permitiu aumentar o valor patrimonial tributário municipal implicando um hipotético aumento da tributação para famílias e empresas. -----Contudo o legislador introduziu cláusulas de salvaguarda que evitam acréscimos desmesurados das liquidações de imposto, limitados a setenta e cinco euros ou a um acréscimo máximo de um terço da matéria coletável inicial e da que resulte da nova avaliação. -----O Governo, através da Lei das Finanças Locais, quis ainda reconhecer o superior papel que as freguesias desempenham junto das populações e afetou-lhes um por cento das receitas do IMI dos prédios urbanos. As senhoras e os senhores presidentes de Junta aqui presentes certamente que já verificaram com agrado a interessante receita que o



| IMI lhes tem proporcionado nestes primeiros meses deste ano |
|----------------------------------------------------------------------------|
| O legislador, consciente de que a avaliação geral dos prédios |
| implicaria um aumento da receita dos municípios, permitiu que os |
| mesmos aplicassem taxas mais benéficas aos seus munícipes, balizando-as |
| entre zero vírgula três e zero vírgula cinco do valor patrimonial |
| tributável |
| Esta alteração permitiria reduzir a tributação sobre os prédios já |
| avaliados e não seria tão penalizante para os detentores de prédios agora |
| avaliados |
| Sendo este o quadro em que se desenrolaram estas reformas, |
| importa saber o que fez o executivo camarário do Partido Socialista ao |
| longo dos últimos anos |
| Assim, em dois mil e dez verificámos uma redução da taxa de |
| IMI dos prédios avaliados em zero vírgula zero cinco por cento baixando |
| de zero ponto quatro para zero ponto trinta e cinco por cento do VPT |
| Em campanha eleitoral, e no seu "compromisso com os |
| barcelenses" o Partido Socialista comprometeu-se em baixar as taxas do |
| IMI para os seus valores mínimos. |
| Na proposta agora apresentada a votação o Partido Socialista |
| falta a este compromisso e, em vez de reduzir a taxa de IMI dos prédios |
| avaliados, mantêm-na nos referidos zero ponto trinta e cinco por cento.~- |
| É já um clássico deste executivo faltar às suas promessas, agora |
| chamadas de compromissos. Tal facto já não nos surpreende. O |
| surpreendente nesta proposta são as desculpas, a desinformação e a falta à |
| verdade que a mesma incorpora |
| Efetivamente é referido na proposta que a Lei do Fundo de Apoio |
| Municipal irá subtrair cerca de três milhões de euros ao orçamento |
| municipal. Nada mais falso |
| A constituição do FAM foi acordada entre a Associação Nacional |



de Municípios, da qual o senhor presidente da Câmara faz parte, e o Governo. Subscrever este fundo é um dever legal, é um contributo de solidariedade entre municípios; demais a mais é sabido que os municípios apenas contribuem com cinquenta por cento do valor do fundo. O restante fica a cargo do Estado central; o município de Barcelos terá uma taxa de esforço de zero ponto sete por cento das receitas próprias, num valor global de dois vírgula seis milhões de euros, a ser subscrito em sete anos, à razão de trezentos e setenta e seis mil euros/ano; este capital será considerado um ativo financeiro, isto é, um investimento financeiro reembolsável que irá proporcionar um rendimento através de uma taxa de juro fixa.---------Este fundo permitirá credibilizar os municípios, produzindo efeitos sistémicos positivos, diminuindo risco de crédito, dando maiores garantias aos trabalhadores e fornecedores das Câmaras Municipais, responsabilizando os executivos e acima de tudo pondo os munícipes salvaguardados das consequências mais desastrosas que algumas propostas demagógicas proferidas por atores políticos menos competentes podem proporcionar ao futuro dos seus municípios. -----Refere ainda a proposta do executivo camarário que não procede à diminuição da taxa de imposto porque, supostamente, o Estado prejudicou em demasia as transferências orçamentais ou produziu legislação que penalizou o município na obtenção de receitas. Novamente nada mais falso. O Estado não só não prejudicou o município na obtenção de receitas, como produziu legislação que lhe permitiu aumentar as receitas de IMI e procedeu, em dois mil e treze, a um aumento das transferências face ao ano de dois mil e doze. -----De facto é estranha esta falta à verdade por parte do executivo do Partido Socialista. A não redução da taxa de imposto não se entende, porquanto, na proposta, chegam mesmo a defendê-la. Isto é tanto mais



estranho porquanto o executivo tem na sua posse dados que lhe permitem avaliar o aumento na arrecadação de receita por via deste imposto. -----Assim, em trinta e um de agosto de dois mil e onze, antes da avaliação geral dos prédios urbanos, a Câmara Municipal de Barcelos tinha arrecadado àquela data quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil euros de IMI. A trinta e um de agosto último o município de Barcelos havia já arrecadado seis milhões, seiscentos e trinta e sete mil euros. Isto corresponde a um aumento de dois vírgula três milhões de euros em apenas oito meses do presente ano. Em termos relativos assistimos a um aumento de mais de cinquenta e cinco por cento na execução orçamental desta rubrica.----------Acreditamos que até final do ano, fruto do pagamento de IMI dos prédios de maior valor, fruto do final da cláusula de salvaguarda de alguns prédios, fruto da inscrição de novos prédios e do terminar de isenção de outros será possível aumentar ainda mais esta execução.~~~~~ ----Então porque motivo o executivo do Partido Socialista não procede a uma diminuição do IMI em zero vírgula zero cinco por cento, produzindo uma diminuição de catorze por cento da taxa do IMI face a dois mil e onze? Porque prefere o Partido Socialista faltar à verdade aos barcelenses evitando cumprir com o seu compromisso?----------Essa resposta só o executivo do Partido Socialista a saberá. -----Da nossa parte não somos apologistas desta forma de fazer política. Denunciámos e continuaremos a denunciá-la. -----Queremos pugnar pela verdade na política. Em defesa das nossas promessas eleitorais o Partido Social Democrata, ao contrário do Partido Socialista, defende a baixa do IMI para a sua taxa mínima. Assim, votamos contra a presente proposta de aplicação das taxas de IMI, dando natural liberdade de voto às senhoras e senhores presidentes de Junta. -----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado António Lima. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.~~~~~ **DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente. Permitam-me aqui algumas considerações sobre este ponto que todos os anos é discutido, muitas vezes repetimo-nos, mas é necessário repetir quando nós por vezes temos um executivo que também não nos quer ouvir, não quer atender aquilo que nós temos para dizer, nós, a oposição. ----Em primeiro lugar, não quero deixar de dizer que rejeitamos categoricamente a perspetiva demagógica que alguns atores políticos encaram a política fiscal, consoante sejam poder ou oposição, seja ano de eleições ou não.----------Por isso, defendemos a política fiscal justa que tributa menos quem menos tem.----------Assim, achamos que a Câmara Municipal de Barcelos deve olhar para este imposto e fixá-lo de acordo com a realidade económica e social do concelho. -----Afirmamos, mais uma vez, que atendendo à caraterística deste imposto, à situação social e económica dos barcelenses, a Câmara Municipal de Barcelos deve fazer uso do que está estipulado na lei e isentar de IMI as famílias em francas dificuldades económicas, muitas com atraso no pagamento da própria casa que se quer tributar. Deve por isso a Câmara alargar os critérios de isenção previstos na lei, promovendo a justiça fiscal e fixando a mesma taxa em vigor para os demais, não pondo em causa as receitas essenciais para a concretização de políticas que promovam o bem-estar dos barcelenses. -----Mas na consciência que a Câmara Municipal de Barcelos não acolherá a nossa proposta, tendo em conta a postura arrogante deste executivo, apoiada pelo PS, que ignora qualquer proposta da oposição e

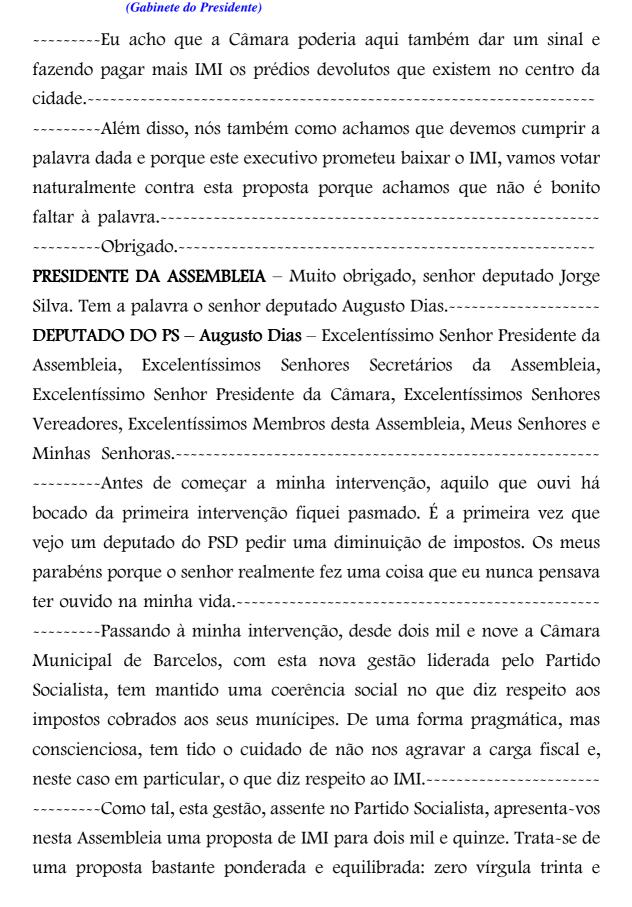


sabendo que a receita arrecadada com o IMI cresceu substancialmente, a Câmara deveria, em último caso, reduzir em zero vírgula zero cinco por cento a fixação da taxa do IMI, minimizando, embora sem atender à justiça fiscal, os encargos de muitas famílias com dificuldades. -----Não queremos deixar de dizer que também acompanhamos as preocupações da Câmara sobre os cortes, ano após ano, nas transferências orçamentais e sobre a responsabilidade do município decorrente do Fundo de Apoio aos Municípios. Mas, como disse há bocado, a política não pode ter duas caras e o PS tem-nas, porque não podemos deixar de assinalar que os elementos deste executivo apoiavam um Governo, neste caso o de Sócrates, que cortou verbas importantes a transferir para o município. E também não podemos deixar de assinalar que o PS se absteve na votação da proposta de lei que originou o Fundo de Apoio aos Municípios. Lá está as duas caras e depois cá dizem que querem o desenvolvimento do concelho e depois lá fora fazem tudo ao contrário do que dizem aqui olhos nos olhos com os barcelenses ou pelo menos apoiam aqueles que fazem as patifarias aos barcelenses. Posto isto, não alimentamos por isso falsas lamentações deste executivo.~~~~~~~~ ----Este executivo deve olhar para esta taxa no sentido de uma justiça fiscal, portanto, tributar menos quem menos tem. ----------Disse.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado Jorge Silva. **DEPUTADO DO BE – Jorge Silva** – Obrigado, senhor presidente. O IMI é um imposto quase cego, não é bem cego porque como é aplicado sobre o valor dos prédios naturalmente paga mais quem tem um prédio mais valioso e naturalmente quem tem mais rendimentos. -----Mas também não nos podemos esquecer que ele permite alguma flexibilidade, não tem que ser a taxa igual para todos como está a ser feito

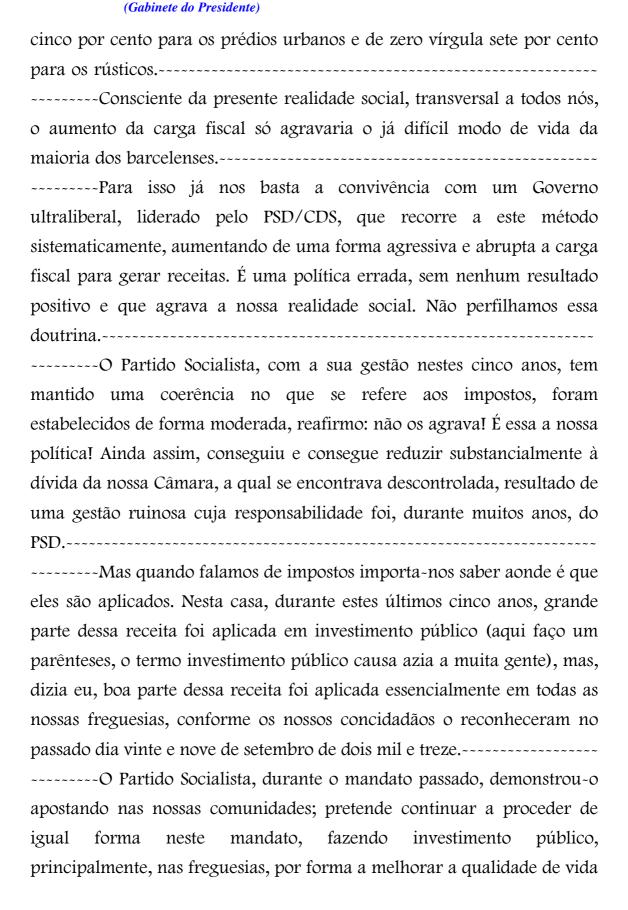


por este executivo. Os impostos são um instrumento importante na política. Será que o executivo não poderia aproveitar para fazer alguma política social? Porque apesar das notícias de melhoria da situação a verdade é que o desemprego continua, as pessoas continuam desempregadas, as pessoas continuam a ter que pagar IMI quando de certa forma já estão em situações que seriam isentas só que por motivos burocráticos a isenção nunca vem em tempo oportuno, porque desde que se pede a isenção só passados dois anos é que ela se torna efetiva. -----Portanto, nós achamos que a Câmara devia fazer alguma discriminação baixando o IMI nas zonas sociais, nas zonas onde vivem pessoas com mais dificuldades.---------E depois também há outro aspeto que é muito presente em Barcelos e nas cidades em geral, que é a degradação dos centros históricos e o abandono das pessoas do centro histórico. -----A Câmara poderia também aqui assim dar algum incentivo quer para fixar pessoas no centro histórico, podia ter uma taxa de IMI minorada para as pessoas que morassem no centro histórico, naqueles prédios mais antigos, quer até, isto pode parecer um paradoxo, mas eu explico, quer até aumentando o IMI para os prédios do centro histórico que estão devolutos e não são poucos. Eu há dias estava a falar aqui em Barcelos sobre a rua Direita, por exemplo, e alguém me dizia que conhece ali os proprietários e indicou-me três, quatro prédios todos desabitados e que pertencem todos à mesma pessoa que os foi comprando, todos degradados. E a pessoa que tem lá a sua casa e que gasta dinheiro, que tem que investir, não é compensada, enquanto a pessoa que açambarca, fez uma espécie de açambarcamento de prédios e depois deixa-os estar ali, não precisa de dinheiro, estão ali, acaba por não ser prejudicada com este açambarcamento, impedindo que muitas vezes as pessoas possam ir para lá morar a preços justos.









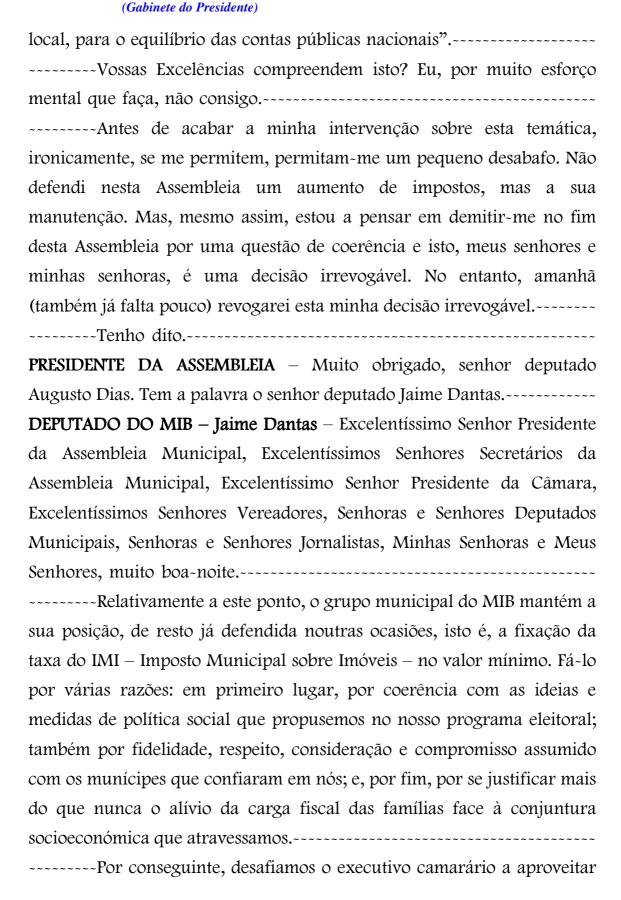


| dos nossos munícipes |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| Como presidente de Junta tenho a certeza da colaboração dos |
| autarcas aqui presentes nesta Assembleia no apoio a esta proposta de IMI, |
| ela é moderada. Caros autarcas, lembro-vos aqui o protocolo dos duzentos |
| por cento, importantíssima promessa eleitoral do Partido Socialista e que |
| está a ser cumprida integralmente, ele iguala-nos a todos, pois é feito com |
| equidade e rigor; resultou e continuará a resultar, para o bem de todos |
| nós |
| Contra factos, não há argumentos! |
| Por isso, os barcelenses estranham que a oposição, em reunião de |
| Câmara, tivesse votado contra esta proposta. Reconhecendo, desde já, que |
| estão no seu direito, mas, ironicamente (ou não), quase todos os |
| vereadores que compõem a presente oposição, no mandato anterior a dois |
| mil e nove, regeram-se e apoiaram sempre os valores mais altos: zero |
| vírgula cinco e zero vírgula oito porcento, respetivamente. |
| As voltas que o mundo dá! Eu digo-vos, com esta vossa atitude de |
| votar contra pelos vossos motivos precisávamos de Vossas Excelências em |
| Lisboa, para iluminar as mentes dos vossos correligionários no |
| parlamento. |
| Minhas senhoras e meus senhores, todos nós temos a noção que, |
| para gerar receita, o aumento do IMI poderia ser uma opção bastante |
| viável. Legalmente poderia esta Câmara fazê-lo, indo até aos limites de |
| zero vírgula cinco por cento na área urbana e zero vírgula oito por cento |
| na rústica. É uma prerrogativa que os municípios têm ao seu alcance. Mas |
| em Barcelos não é o caso, como se observa pela proposta hoje aqui |
| apresentada a esta Assembleia. |
| ~~~~É do nosso conhecimento que, devido às suas más gestões, muitas |
| autarquias estão em grandes dificuldades financeiras. É assim que várias |
| dezenas de municípios vão ter de estabelecer obrigatoriamente as taxas |



máximas, ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local, conforme prevê a Lei quarenta e três barra dois mil e doze, de vinte e oito de agosto, no seu artigo terceiro, criada pelo atual Governo PSD/CDS.----------Não é, no entanto, o caso de Barcelos, porque garantindo as mesmas taxas esta gestão do Partido Socialista pode continuar a manter um orçamento ajustado, equilibrado e rigoroso, sem recurso a aumentos de impostos. Relembro-vos que estamos entre as autarquias que melhor mantêm as suas contas saudáveis. ~~~~Minhas senhoras e meus senhores, com o Partido Socialista Barcelos é uma referência a nível nacional. Com a sua forma de governar coloca-nos em primeiro lugar no distrito, desde dois mil e dez, e a nível nacional estamos no pódio das autarquias com melhor gestão. Isto não é obra do acaso! Isto é o resultado do rigor que nos prestigia a todos.~~~~~ -----Mas convém esclarecer-vos que infelizmente para nós, e para já só falo dos barcelenses, parte das receitas provenientes deste nosso imposto vai para o Fundo de Apoio Municipal. Este Governo PSD/CDS, nas suas diatribes legislativas, criou este fundo designando-o, e sublinho, como um exercício para um esforço de solidariedade que gera um benefício coletivo; e vai mais longe quando afirma: "Este esforço que é pedido ao Estado e a todos os municípios é uma obrigação e um exercício de solidariedade em linha com o que Portugal pode beneficiar no contexto europeu". Palavras para quê? Estas pérolas filosóficas são da autoria de um responsável governamental da administração local. -----Esclareço-vos que a Lei número setenta e três barra dois mil e treze (Lei das Finanças Locais) criada pelo atual Governo PSD/CDS, na sua fúria legislativa contra as autarquias, argumenta o seguinte: "além do Estado (que somos todos nós) e da administração local (que também somos todos nós) estamos todos vinculados a um dever de solidariedade nacional recíproca, isso obriga-nos à contribuição proporcional do setor

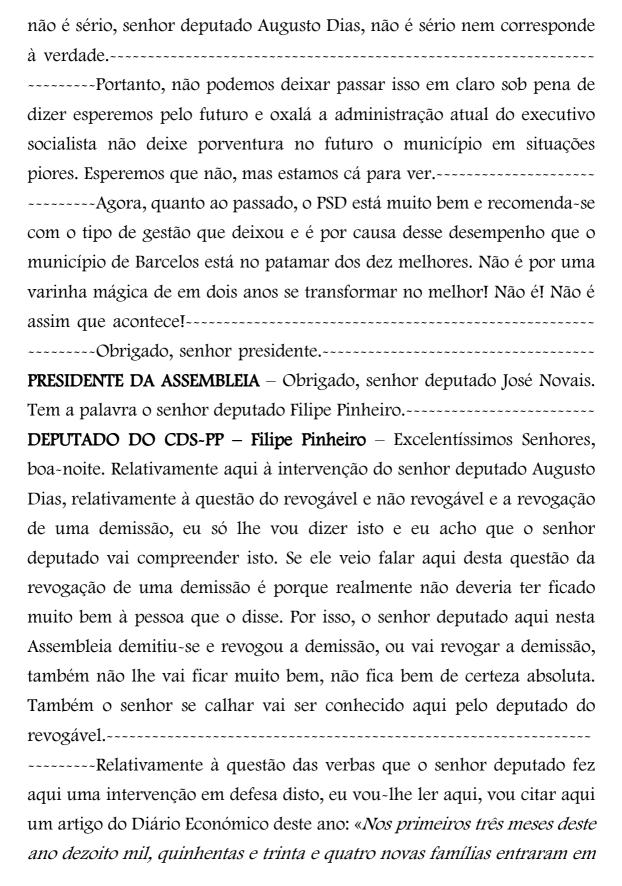






a excelente oportunidade de que dispõe para seguir o exemplo de outros municípios e reduzir também a taxa do IMI, indo assim ao encontro das legítimas pretensões dos cidadãos de Barcelos. -----Como esta proposta da Câmara Municipal colide com os princípios básicos do Movimento que integramos, votaremos naturalmente contra. Os senhores presidentes de Junta terão naturalmente liberdade de voto. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado Jaime Dantas. Tem a palavra o senhor deputado José Novais, que invocou a defesa da honra do grupo municipal do PSD. DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. ~~~~Naturalmente, senhor deputado Augusto Dias, tem todo o direito de adjetivar dentro da linguagem que entender como mais adequada os políticos ou as diatribes políticas como apelidou ou o quer que seja. Agora o que não tem direito é de deturpar a verdade, inverter a verdade nomeadamente e num ponto que é o único que me leva a pedir aqui a defesa da honra do PSD, que diz respeito à dívida municipal. -----O senhor deputado está aqui no primeiro mandato, naturalmente que não acompanhou ao longo dos anos aquilo que foi a evolução da dívida, nós estamos na presença de um município cuja dívida municipal de longo prazo está a ser amortizada e paga de acordo com os contratos estabelecidos ao longo dos anos, e nada mais, sem abatimentos especiais! Portanto, aquilo que o executivo municipal tem feito, e muito bem, é isso que lhe compete, é abater anualmente a dívida de acordo com o que está escalonado nos contratos de financiamento que foram feitos pelo município de Barcelos ao longo dos anos, e nada mais!---------Vir aqui dizer que o PSD deixou uma dívida descontrolada isso

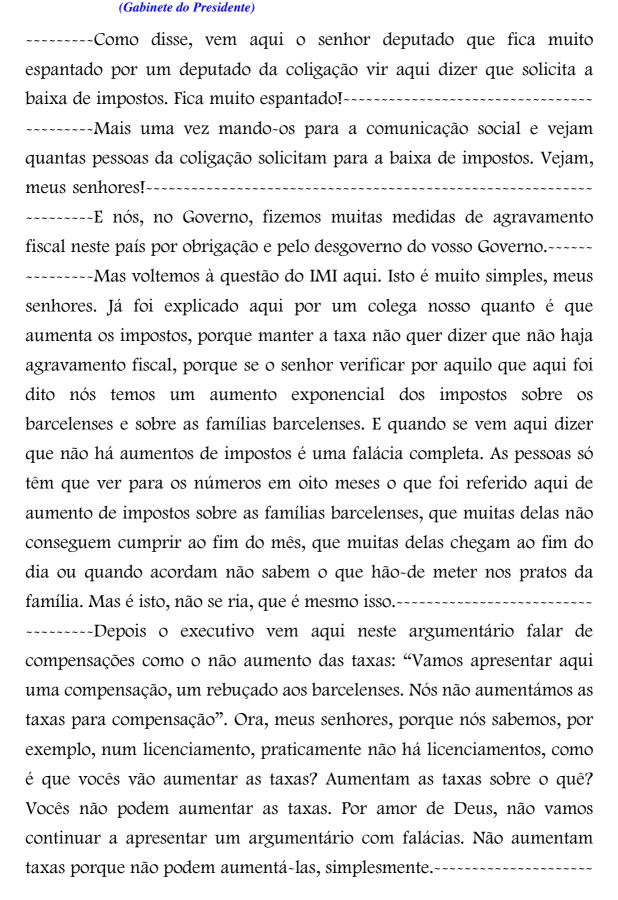






incumprimento financeiro, segundo os dados publicados na Central de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal. Trata-se do maior aumento em dois anos, ou seja, desde o primeiro trimestre de dois mil e doze, em pleno apogeu da crise económica nacional. Números que parecem surgir em contraciclo mas que não surpreendem Natália Nunes, responsável pelo Gabinete de Apoio ao Sobreendividado da Deco, que explica: "Em dois mil e treze a situação financeira das famílias continuou a agravar-se. Mas ainda tinham algumas reservas ou a ajuda de amigos ou familiares, que agora estão esgotadas. As famílias têm cada vez menos rendimento disponível, já esgotaram todas as suas poupanças, e a sua principal ajuda, que têm sido os pais, também já não conseguem"».~~~~~ ----Eu acho que se tiverem um bocado de calma e pensarem talvez cheguem lá. Eu agora só queria perguntar ao senhor deputado que veio aqui, quem acha que paga o IMI? São as famílias. -----Quando o senhor deputado diz que o dinheiro é muito bem aplicado por este executivo é porque está a achar que estas famílias que não têm capacidade económica para cumprir com os seus compromissos diariamente vão ter que aguentar este aumento de imposto. Sabe porque há aumento de imposto? É muito simples. Já foi explicado aqui por um colega nosso muito bem. Eu não vou estar aqui a falar de percentagens, não vou estar aqui a falar de aumentos nem números, porque o que interessa é exatamente o agravamento da carga fiscal que as famílias estão sujeitas com este IMI.---------Esperem aí, que vamos lá ao Governo! Vamos lá ao Governo! Esperem aí! Isto é muito simples. A questão do Governo foi o desgoverno vosso. Nós estamos a pagar as dívidas que vocês...! Mas têm dúvidas? Os senhores pegam na comunicação social e vejam! Vão para a biblioteca e vêem isso! E vão ver o desgoverno que este país foi sujeito e agora nós estamos a pagar o desgoverno do vosso Governo.







-----Depois, também já foi referido, refugiam-se aqui na desculpa do Governo e o Governo criou-nos aqui uma lei que nos leva o IMI e nós temos que nos salvaguardar. E este argumentário dispara aqui uma girândola de milhões de euros. Eu faço uma pergunta, mais uma vez: mas estes três milhões de euros o que é concretamente? Já foi aqui dito mais ou menos o que era. Mas estes três milhões de euros são quê? Retirados em dez anos, em quinze, em vinte? Se forem retirados em vinte anos são cento e cinquenta mil euros por mês. É-nos dito neste argumentário simplesmente que são retirados três milhões de euros durante vários anos. Mas quantos? O quê? Expliquem concretamente, não mandem números à -----E depois, por incrível que pareça, na argumentação do PS também fazem a promessa na sequência da promessa não cumprida, que reduziremos esta verba se não nos vierem retirar verbas do IMI. Ora, meus senhores, o que se pode deduzir deste argumentário é tão simples como isto: esqueçam a redução do IMI para o mandato deste executivo. É porque já está visto que o fundo de compensação para os municípios vaise manter por muitos anos. O que está a dizer neste argumentário este executivo é que não vai baixar o IMI mais. E podemos esquecer isso para dois mil e quinze, para dois mil e dezasseis, até ao final deste mandato. É o que se pode retirar deste argumentário que este executivo já está aqui a abrir-nos as portas a dizer "vamos manter esta taxa assim por causa do fundo de equilíbrio financeiro dos municípios".----------Outro argumento interessante é relativamente aqui à verba que é transferida para as freguesias do IMI. Eu ficaria muito espantado, e voltando outra vez às famílias, porque os senhores presidentes de Junta que estão aqui de certeza absoluta que se virem as contas vão achar, e desculpem lá eu usar este termo, vão achar um atentado à inteligência de qualquer presidente de Junta, referir que realmente têm que se precaver



relativamente a esta situação da transferência das verbas para as Juntas de Freguesia porque vão reduzir muito se baixarem o IMI. Ora se repararem e se pensarem nas famílias, que eu tenho a certeza absoluta que os presidentes de Junta todos os que estão aqui vão pensar primeiro nas famílias das suas freguesias, vão reparar que vão preferir baixar o IMI. Porque por baixar o IMI as transferências das Juntas de Freguesia é irrisório. Por isso este argumento é completamente uma falácia e é simplesmente para trazer os presidentes de Junta como escudo para aqui, para este problema, simplesmente para isto. -----Por isso, meus senhores, este executivo mais uma vez sobrecarrega as famílias e mais uma vez falha numa promessa eleitoral, como nós já estamos habituados, como aconteceu com a promessa da água.---------Relativamente a este assunto não tenho mais nada a acrescentar e logicamente o CDS-PP vai votar contra. **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado Filipe Pinheiro. Tem agora a palavra o senhor deputado Nélson Brito, que solicitou a defesa da honra do grupo municipal do Partido Socialista. -----**DEPUTADO DO PS – Nélson Brito** – Muito boa-noite, Senhor Presidente, demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.----------Muito rapidamente, eu acho que o PSD pediu a defesa da honra da bancada, não se entende muito bem, e com muita veemência, já lá vamos, mas quem tinha motivos efetivamente para pedir a defesa da honra era o Partido Socialista, porque PSD, CDS, Partido Comunista e Bloco de Esquerda, salvo erro, vieram aqui dizer que o PS faltou à palavra com os barcelenses e isso simplesmente não é verdade. E argumentam que faltou porque disse que ia baixar o IMI e agora não o baixou. Os



senhores, já na declaração de voto que fizeram na Câmara Municipal, não querem perceber o que está escrito no compromisso com os barcelenses, que foi votado com uma enorme maioria pelos barcelenses no ano passado, e parece que têm dificuldade em aceitar isso. Portanto, o que lá está escrito é muito claro e desde logo coloca uma salvaguarda em relação àquilo que, isso sim, as ditas patifarias, acho que foi essa a expressão que eu ouvi aqui hoje, o Governo se prepararia para pregar, porque o Governo é que é o grande responsável por isto, porque anda não sei há quanto tempo de ano para ano a propor apresentar uma lei de financiamento, agora com o Fundo de Apoio Municipal, mas depois aquilo fica sempre incompleto, parece que cria total incerteza, nunca se sabe muito bem o que é que vai acontecer a seguir. Portanto, obviamente teve que haver aqui uma salvaguarda por parte do executivo municipal.~~ -----Porque aqui também foi dito, e bem, que o executivo municipal não tem uma varinha mágica, não é por magia, é pelo esforço e por capacidade de gestão. E, portanto, o que acontece é que de facto quando o Governo retira transferências para os municípios e ao mesmo tempo aumenta a base tributável do IMI sabendo que essa cobrança é feita ao nível local e sabendo que quem paga, como disse aqui o senhor deputado, das poucas coisas que disse bem, Filipe Pinheiro, quem paga são as famílias, pois são as famílias, aquilo que o Governo fez foi muito simples, foi aliviar as transferências para os municípios e depois cobrar o dinheiro dos bolsos dos contribuintes. Mas, ao mesmo tempo, mete os municípios aqui ao barulho para dizer que são os municípios que estão a aumentar os impostos. Isto é maquiavélico, mas do Governo é o mínimo que se pode esperar. E ainda bem que o mandato estará para terminar. -----Dito isto, o vir aqui dizer que o Partido Socialista e o município faltou à palavra com os barcelenses é falso, simplesmente falso e é uma ideia que se quer fazer passar porque, enfim, demagogicamente é fácil de



vender, mas há uma coisa que este município fez e há outra que não faz. Fez aquilo que causou até indignação ao senhor deputado José Novais, que foi realmente melhorar incrivelmente a gestão da Câmara Municipal e conseguir colocar o município no top nacional da gestão financeira. E não é o município que o diz, é uma entidade independente!---------No tempo do PSD isso não acontecia? Claro que não acontecia. E, portanto, obviamente não é uma surpresa. -----Mas há uma coisa que o município não faz: é inventar nem cunha moeda, não faz dinheiro. -----Portanto, o município se quer fazer uma gestão equilibrada, se quer cumprir com as transferências para as freguesias, como ainda hoje ou ontem aprovou mais uma tranche, se quer cumprir com os compromissos que efetivamente assumiu, obviamente precisa de dinheiro, é muito simples. Quem a única coisa que vê é aumentar impostos é este -----Portanto, custa muito aqui ouvir, às vezes até num tom um bocadinho de pregador moralista, como é o caso do deputado António Lima, que vem para aqui falar das reformas estruturais, é uma conversa que já não cola, o que os senhores estão a dizer já ninguém ouve, porque já ninguém liga ao que vocês dizem, porque realmente é daquelas narrativas que nem vocês acreditam. ~~~~Quando o senhor deputado José Novais vem aqui mostrar orgulho pela gestão do PSD, daqueles trinta anos, tenha cuidado com o que diz, senhor deputado, porque ainda se poderá arrepender, porque a dívida era muito alta em dois mil e nove e agora está muito mais baixa. Mas atenção, porque há aqui uma dívida potencial, já sei que está-se a perceber que cometeu aqui um lapso, mas de qualquer forma há uma coisa que é muito importante manter na memória, é que há o problema da água e a parceria público-privada, e esta dívida é vossa para com os

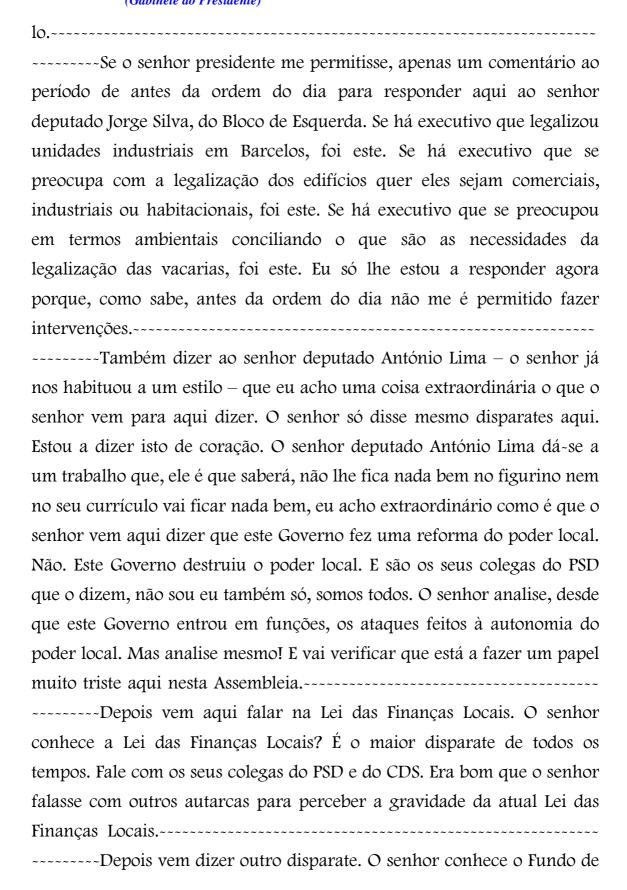


| barcelenses e, portanto, convem nao esquecer isso. |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| Muito obrigado. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado Nélson Brito. |
| Tem a palavra o senhor deputado Augusto Dias, que vai exercer o direito |
| de resposta. |
| DEPUTADO DO PS - Augusto Dias - Muito obrigado, senhor presidente. |
| Antes de mais, estranhamente para mim, vi o senhor engenheiro Novais |
| exaltado. É a primeira vez, durante cinco anos, já vou no segundo |
| mandato, senhor deputado, engenheiro também que foi meu colega em |
| termos profissionais, é a primeira vez que o vejo exaltado. Acontece que |
| havia mesmo uma dívida descontrolada e conforme disse o deputado |
| Nélson Brito, que não teve tempo para o conseguir concluir, basta |
| analisar o problema das parcerias público-privadas que ainda há pouco |
| tempo foi um facto bem recente: o pavilhão de Santa Eulália, a Junta de |
| Freguesia de Adães, sei lá, inúmeras obras. Eu não estou a falar aqui que |
| sejam das PPP's, estou a dizer que são algumas obras que esta Câmara vai |
| ter que pagar. |
| ~~~~E depois eu queria também dizer-lhe uma coisa, como disse o |
| Nélson Brito também, no que se refere à questão das águas. Mas a questão |
| principal que se põe aqui é a questão do senhor ficar enervado. O senhor |
| só se enerva porque de alguma forma o senhor tem um certo sentimento |
| de culpa, isto na minha sincera opinião. Agora a forma como o senhor |
| aqui falou é que me espanta, porque foi a primeira vez, como lhe digo e |
| repito, que o vi enervado na defesa da honra. |
| No que respeita à intervenção aqui do senhor deputado do CDS, |
| eu queria-lhe dizer uma coisa. Eu não tentei plagiar ninguém, a questão |
| do revogável, irrevogável, nem sei se houve alguém neste país que disse |
| isso, eu é que inventei isto agora, mas, como o senhor deve calcular, estas |
| coisas às vezes saem-nos, pronto, aconteceu. Mas se o senhor questiona se |



eu tenho conhecimento do que é o rendimento das famílias, eu sempre lhe vou dizer uma coisa. Eu tenho sessenta e um anos e se Deus quiser no dia quatro de outubro vou completá-los, e tenho, como se costuma dizer, alguns janeiros em cima, e acontece uma coisa: é que eu conheço a realidade da vida, sabe? E ao conhecer a realidade da vida eu vou-lhe dizer uma coisa. Estes últimos três anos foram os três piores anos da minha vida porque o meu vencimento sofreu para aí uma quebra de quase dez a quinze por cento, não sei se o do senhor teve ou não teve, mas o meu teve, os meus impostos subiram de uma forma exponencial, e voulhe ser muito honestamente, eu não falo da questão da mercearia porque a minha mulher é que vai fazer as compras, mas ela quando seja a casa e diz: "olha, gastei quarenta euros e trouxe três ou quatro quilos de carne", eu digo para ela: "porra, mas então a vida está assim tão difícil?"...-----~~~~~Ó senhor deputado, eu vou-lhe dizer uma coisa: os senhores não podem vir para aqui fazer argumentação de que a vida das famílias é má e que nós estamos a carregar em impostos. Os senhores devem ter é o cuidado de falar para Lisboa, para os vossos correligionários e dizerem assim: "Não é só em Barcelos. É a nível nacional". Todas as famílias de Portugal, essencialmente aquelas que são as mais fracas porque são -----Muito obrigado.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Esgotada a discussão, o senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?~~~~ **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, senhor presidente. Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caras e Caros Cidadãos. ---------Eu já me devia habituar um pouco a não responder a algumas interpelações que aqui são feitas por serem disparatadas. Mas vou fazê-







-----Dizer-lhe também, e vou-lhe fazer aqui um apelo... Senhor deputado, eu não falei enquanto o senhor estava a falar embora estivesse a dizer muitos disparates e o que me apetecia era desligar o micro, mas não posso fazer isso, em democracia temos que ouvir tudo. Portanto, o senhor não me interpele, não me dirija a palavra, por favor. Dizer-lhe apenas que o senhor usa aqui expressões, já não é a primeira vez que o faz, de "nada mais falso", "falta de verdade". Peço-lhe contenção na linguagem, porque senão também lhe começo a dizer as coisas com aquela sua famosa frase da última Assembleia, com o intuito político. Não sei se se recordará disso, que o senhor diz as coisas é só com o intuito político, mas ofende. Portanto, tem que ter cuidado nas palavras que usa, de que estamos a faltar à verdade, que somos falsos, cuidado com isso, porque o senhor vem aqui dizer coisas que não correspondem de facto à verdade. Aliás, enumerou para aqui uma série de situações que eu não sei qual foi a informação que lhe deram, onde o senhor leu, mas demonstrou claramente que está fora do que é a legislação e o que está em vigor. -----Dizer-lhe também, e vou ter que meter aqui o senhor deputado José Novais porque veio fazer a defesa da honra, sobre a questão da famosa dívida, não é? Ó senhor deputado, sabe qual era a dívida neste



município quando cá chegámos? Diga, faz favor. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente da Câmara, eu agradecia-lhe que evitasse o diálogo direto com os senhores deputados.---**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Peço desculpa, senhor presidente, sabe que não é a minha forma de estar, mas fiz esta pergunta, foi espontânea. Mas deixe-me dizer-lhe, senhor deputado, que não tem razão, deviam estar nos documentos, porque as famosas obras da gaveta não estavam nos documentos. Mas o que estava nos documentos diz que nós tínhamos um curto prazo, que é aí que o senhor deputado deve falar com verdade, porque o problema do município não é no médio e longo prazo, esse estava contratualizado nos termos daquilo que foi feito, está a ser cumprido nos termos da lei. E o endividamento de curto prazo era de dezoito vírgula cinco milhões de euros. Isto era o que nós tínhamos aqui e devíamos aqui a cento e cinquenta e oito dias. Era isso o que nós tínhamos. Mas, pronto, para sua satisfação, há muitos outros municípios do PSD que têm pagamentos com prazos muito mais alongados e não é isso que é o problema. Agora vou-lhe dizer que a grande dívida... Ó senhor presidente, eu peço imensa desculpa, eu já pedi desculpa por fazer o dialogo direto, mas agradecia que o senhor deputado também não o fizesse comigo.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Com certeza. Faz favor de continuar, senhor presidente. **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Depois a grande dívida, a grande herança que os senhores deixaram que foi a parceria público-privada que o senhor diz agora que é nossa, bom, eu já ouvi dessas, e o contrato das águas. Foram dois contratos extraordinários, uma herança extraordinária que os senhores deixaram, muito boa, dezoito complexos desportivos, nove piscinas, tudo encalhado, e agora os resultados estão todos aí. Portanto, não venha com essa ideia de que deixaram aqui uma gestão

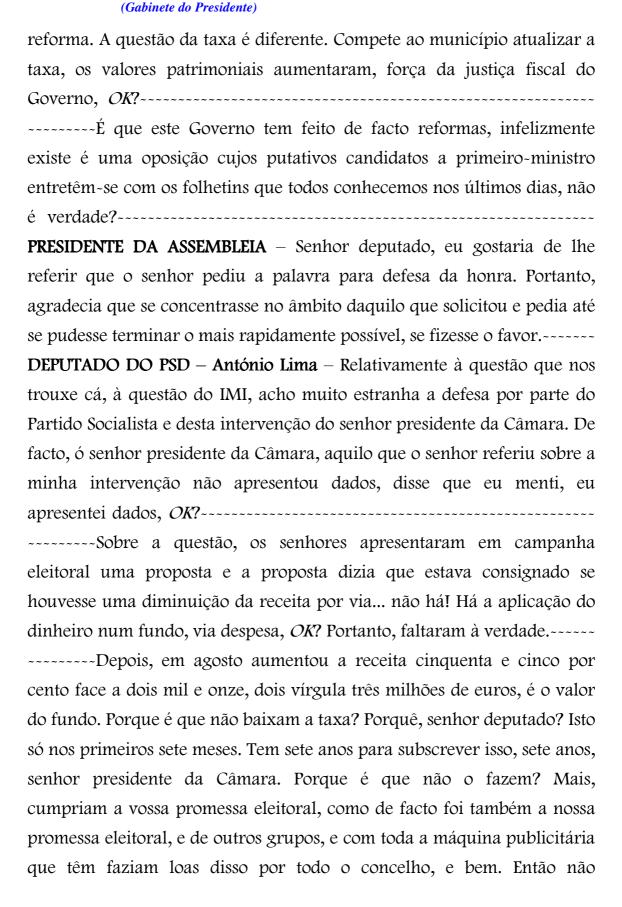


excelente, que não deixaram, infelizmente não deixaram. Eu poderia até hoje dizer com alguma satisfação que gostava que deixassem, porque nós barcelenses na altura não sofríamos tanto e não estamos a sofrer como estamos a sofrer até agora por causa desses extraordinários contratos da água.---------Dizer-lhe também que vocês insistentemente têm vindo aqui dizer que a taxa do IMI no vosso tempo que não era mais elevada. É. Desde dois mil e um, dois mil e dois, dois mil e três, dois mil e quatro, dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito foram zero vírgula cinco. Depois, foram obrigados por um Governo socialista a baixar para zero quarenta e fomos nós que baixámos para zero trinta e cinco. Bom, isto não desmentem, são documentos oficiais das finanças, isto não está desmentido, ---------Agora deixe-me dizer outra coisa extraordinária. sinceramente estive para não intervir porque foi dita aqui tanta coisa pelo senhor deputado Filipe Pinheiro, eu só lhe vou dizer duas ou três coisas, senhor deputado, que nós também quando estamos na vida devemos ser sérios, não podemos ser populistas, e dizer a verdade. Aquela defesa que o senhor veio aqui falar de incumprimentos, misturou as famílias com os créditos malparados, muitas dessas situações, senhor deputado, é resultado do desemprego, é resultado da carga fiscal elevadíssima, é resultado de uma economia em desaceleração, ou melhor, de uma economia que não existe, mas acima de tudo é resultado de uma coisa, isso o senhor não vai poder tirar. Já que o senhor pôs isto nesses termos do vosso Governo, deixe-me dizer o que é que o nosso Governo fez no passado. Cometeu erros? Cometeu. O problema é que os senhores cometem enormes erros e não os assumem. Eu vou-lhe dar uma informação: em três anos tivemos a maior carga fiscal de todos os tempos, o maior corte na educação de todos os tempos, o maior corte na saúde,

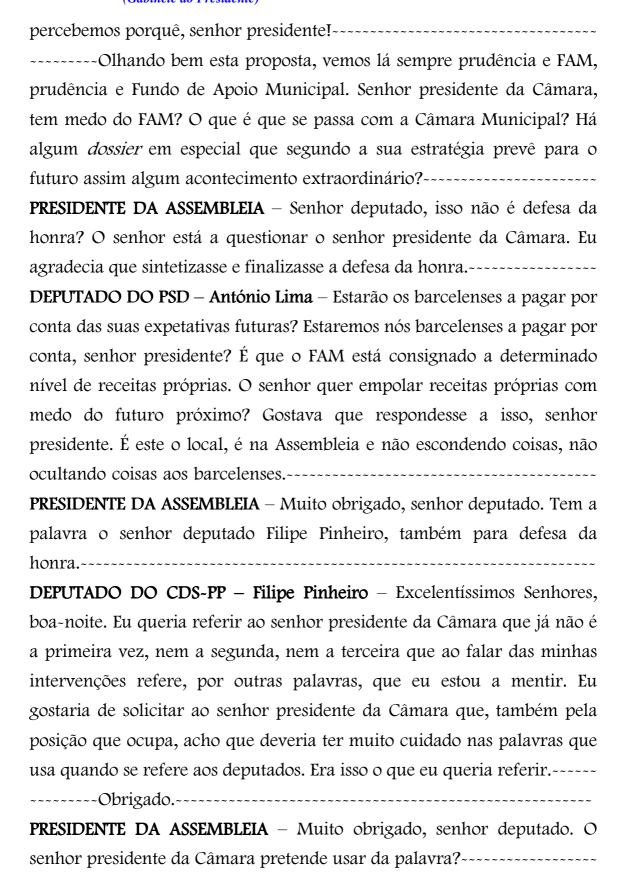


nos apoios sociais, a mais elevada carga fiscal. Quando este Governo entrou Portugal tinha um endividamento de noventa e quatro por cento sobre o produto interno bruto. Hoje, com toda essa carga fiscal, com toda essa sobreposição de impostos, devemos cento e trinta e quatro por cento. O que é que isto quer dizer? Tirámos direitos, cortámos em tudo que é o essencial para uma sociedade moderna e que se quer de qualidade e estamos muito, mas muito mais endividados. Isso não tenho dúvidas porque os dados não são meus, são oficiais. -----Muito obrigado, senhor presidente. **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara. Tem a palavra o senhor deputado António Lima, para defesa da DEPUTADO DO PSD - António Lima - Obrigado, senhor presidente. Queria dizer muito rapidamente que de facto defendo, senhor deputado Augusto Dias, que o Governo tem sido reformista efetivamente. E se sou o primeiro deputado do PSD a pedir a baixa de impostos é porque efetivamente a nível nacional está a acontecer, estamos a baixar impostos. Há muita gente nesta sala que é empresário e de referência no nosso concelho, no próximo ano sabem que as empresas deles vão pagar vinte e três por cento, há pequenos empresários que vão pagar dezassete por -------Há outras reformas, e que aqui foi desfocado nestas intervenções, o Governo central promoveu em tempo recorde uma reavaliação dos prédios urbanos, esta é a questão. Foi o Governo que desde dois mil e onze, em tempo recorde, promoveu uma justiça social, havia efetivamente total injustiça. Imagem um prédio, Torre Ampal, aqueles apartamentos todos, alguém que vendeu um prédio depois de dois mil e três tinha um valor patrimonial, os outros, anos setenta, tinham um valor patrimonial completamente díspar. Isso é justo? Não. Este Governo promoveu essa









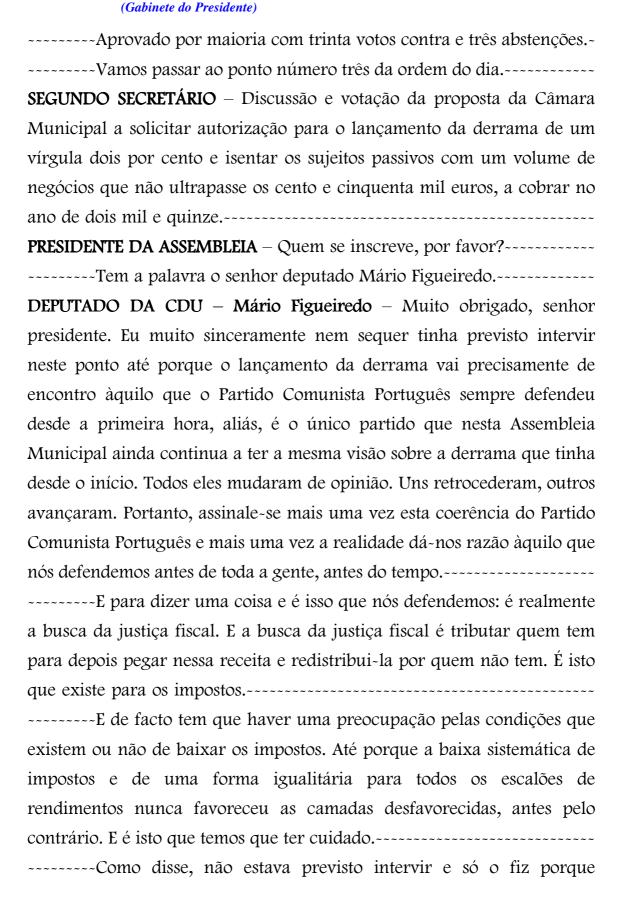


PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, só um pequeno esclarecimento. Para dizer aqui ao senhor deputado António Lima que gostava que esclarecesse o que é isso das minhas expetativas. As minhas expetativas são aquelas que eu tenho na gestão normal do município. Embora o senhor quer referir-se a uma coisa muito objetiva, mas tem que o dizer, porque em política é assim, temos que ser frontais, honestos, sérios e cara na cara! O senhor está com expetativas de quê? Da indemnização das águas que os senhores estão a fazer tudo para que isto estoure? Estão a falar da parceria público-privada? São essas as expetativas? Esses contratos fabulosos, senhor deputado? Se houver essas expetativas que o senhor está a falar é o senhor que estoura, eu e os barcelenses. Não é só o presidente da Câmara, sabe? Que é por esse contrato extraordinário que os senhores fizeram. E basta ver os dados que aí andam e não sou eu que os digo, não fui eu que andei a dizer nada. Leia, se faz favor, os relatórios do Tribunal de Contas. Agora, não sei o que é isso das expetativas, sinceramente. ----E para lhe dizer uma coisa: eu nem me referi seguer a essa referência que o senhor fez dos cinquenta e cinco por cento do IMI e dessas coisas todas.----------Que medo é que eu tenho do FAM? Tenho o receio do FAM que vem-nos tirar uma coisa que é injusta e que não somos nós que temos que andar a pagar os municípios que foram mal geridos ao longo destes anos todos. É a administração central que o tem que fazer. Não é verdade o quê, senhor deputado? Mas o senhor é que vem insinuar isso. Nós vamos pagar trezentos e cinquenta milhões, os municípios, a nível nacional. Não é verdade o quê? Porque é que o senhor insiste que a nossa receita não vai para o FAM? Porque é que o senhor insiste? E até lhe digo mais, vamos pagar uma receita que até nem é devida! Sabe porquê, senhor deputado? O senhor não conhece, mas eu vou-lhe dizer. É que a tributação média do



| IMI, por força do FAM, é de zero quarenta. Sabe o que isso quer dizer, não |
|----------------------------------------------------------------------------|
| sabe? Nós tributámos zero trinta e cinco, logo vamos contribuir com uma |
| verba que não arrecadámos. Agora o problema é que nós temos que gerir |
| o município com responsabilidade, com equilíbrio orçamental dentro das |
| necessidades |
| O senhor faça-me o favor, veja a reunião de hoje da Câmara e |
| veja os apoios sociais que lá estão nas rendas e acompanhe os apoios que a |
| Câmara tem dado ao longo do ano às Juntas de Freguesia, o que foi hoje |
| distribuído. Não, veja as necessidades que as famílias têm! Mas os |
| senhores acham que é desce, desce, desce, mas depois vêm-me falar aqui |
| no nó de Santa Eugénia que é preciso fazê-lo, que é preciso fazer mais |
| obra aqui, é preciso desenvolver aquilo Não, o senhor é empresário, |
| diga-me, sem dinheiro, como é que faz as coisas? Não sei. Ou se arranjam |
| equilíbrios ou então não conseguimos nada. E aquilo que nós dizemos de |
| forma responsável é: quando o executivo tiver condições naturalmente |
| para fazer algum ajuste nas taxas, fá-lo-á; e não o vai fazer, e assumimo- |
| lo claramente, enquanto não tivermos este equilíbrio. |
| Aliás, o senhor deputado da CDU, Mário Figueiredo, disse uma |
| coisa que eu concordo plenamente: ajustar o imposto pela realidade |
| económica e social do município. É isto rigorosamente o que estamos a |
| fazer. |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente |
| Vamos votar o ponto número dois! |
| Quem vota contra, faz favor, levanta-se |
| (Trinta, sendo dezasseis do PSD, sete do MIB, quatro do CDS-PP, |
| um do BE, um da CDU, um do PPM) |
| Quem se abstém, por favor, levanta-se |
| (Três do PSD) |







resultou de todas as intervenções que foram feitas aqui anteriormente. E ficámos a saber que a Câmara Municipal de Barcelos, e o PS, só não baixam os impostos porque não têm condições para o fazer. Correto. E não têm condições para o fazer porquê? Porque o próprio PS, em conjunto com outras forças, nomeadamente o PSD e o CDS, contribuem para que não hajam essas condições. Dizem: "Os cortes orçamentais". É verdade. Mas cortou ou não cortou os Governos do PS as verbas a transferir do orçamento do Estado para o poder local? Não houve aqui uma asfixia e uma tentativa de asfixia dos municípios?----------Falam do Fundo de Apoio Municipal e o que têm dito aqui é correto. Mas, eu pergunto: como é que votaram os deputados do Partido Socialista na Assembleia da República a lei que criou o Fundo de Apoio Municipal? É que não basta vir aqui dizer que se está contra porque se cria más condições. É que vocês também têm responsabilidades, junto com o PSD e o CDS, nestas más condições. ---------E há aqui outro pormenor que eu achei uma coisa surpreendente, que é a questão da tal dívida aqui tão falada. E foi a dívida da água que foi puxada primeiro pelo deputado Nélson Brito, depois pelo senhor deputado Augusto Dias e depois reiterada pelo senhor presidente da Câmara. E há uma coisa aqui fabulosa. Não há dúvida nenhuma que a dívida da água está assente num contrato altamente ruinoso feito em Barcelos daquela ideia da privatização das águas. E mais uma vez aqui o Partido Comunista Português está à vontade para dizer que é o único partido que em todo o lado defende a mesma coisa: o combate à privatização da água. O PS já não o pode fazer. Coube em Barcelos que fosse o PSD a cumprir a tarefa de privatização. Noutros municípios coube ao Partido Socialista. Mas se é verdade que resulta de um contrato ruinoso, também é verdade que resulta de uma estratégia política mal delineada por este executivo. E a coisa extraordinária que aqui está é o



seguinte: quando se discutiu no orçamento municipal aquela grande gestão do Partido Socialista da diminuição da dívida eu disse o seguinte: "cuidado que não está contabilizada uma dívida sobre a concessão da água que já está decidida pelo tribunal". Vocês rejeitaram esta visão e agora o que é que eu concluo? Se for para juntar dívida à gestão do PSD, essa dívida existe; se for para juntar dívida à vossa estratégia política que nos levou a isto, essa dívida já não existe. Isto é que é verdade. É que se é verdade que o contrato foi ruinoso, a vossa estratégia política foi igualmente ruinosa e nunca admitiram aquilo que deveriam fazer. Porquê? Porque montaram a vossa estratégia numa mentira, porque é mesmo esta a palavra! É que vocês tinham vereadores, estavam no executivo, sabiam exatamente aquilo que se passava e que não podiam prometer a baixa da água e fizeram-no. E tiveram que a montar até um tempo infinito para manter esse embuste, que é um embuste que fizeram aos barcelenses, e quando tiveram que ser confrontados com a realidade, a realidade atirou-nos para uma indemnização do valor que agora se vê, como disse o senhor presidente da Câmara e muito bem, pode estourar com todos nós. Portanto, não tenham duas caras. Venham aqui e digam o que têm a dizer, sejam frontais como dizem aqui muitas vezes!---------E outra coisa que eu gostaria de dizer é sobre de facto o PSD e o CDS, naturalmente. É verdadeiramente inacreditável estas duas caras do PSD. Um partido que, como disse o seu ministro que agora já não é ministro, fez um orçamento de Estado que previa um aumento brutal dos impostos e agora vêm dizer que querem baixar os impostos. Mas eu estou de acordo com algumas coisas que disse o senhor deputado António Lima. O PSD de facto baixou alguns impostos. Porque a visão dos impostos também tem um cunho ideológico e de classe. E que impostos é que baixou? O IRC. E se dissermos que há pequenos empresários que vão beneficiar com a baixa do IRC não tenhamos dúvidas que irá, mas não vai



contribuir para o desenvolvimento da sua atividade. Os grandes beneficiários serão os grandes grupos económicos. Mas o mesmo partido que diz que baixou os impostos, e baixou, para beneficiar uma determinada classe já favorecida, aumentou o IVA, por exemplo, sobre a eletricidade, aumentou os impostos sobre o trabalho, mas também diminuiu outros impostos. Quem criou a tributação autónoma sobre as rendas de vinte e oito por cento? Quem é que beneficia com essa tributação autónoma senão aquelas famílias que são arrendatários de grandes rendimentos que até aqui pagavam quarenta por cento sobre as rendas e agora optam pela tributação autónoma e só pagam vinte e oito por cento, lucrando doze por cento todos os anos? Isto é ou não é uma decisão, é uma baixa de impostos mas não é uma baixa de impostos fraudulenta para os interesses dos mais desfavorecidos? É esta a política de impostos que também as pessoas podem pensar que é só subir e descer, mas isto tem muita ideologia por trás e tem muita opção de classe. -----Portanto, eu não aceito que se venha aqui entrar nestes fait divers de acusa. Todos os partidos que têm exercido o poder ao longo destes anos têm prejudicado seriamente os portugueses e os barcelenses em particular. Não venham agora aqui demitir-se com falsas argumentações que não têm essa responsabilidade. -----Disse.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra a senhora deputada Teresa Campos. **DEPUTADA DO MIB – Teresa Campos** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa-noite.---------Relativamente a este ponto, o grupo municipal do MIB concorda



com a medida da fixação da taxa normal em um ponto dois por cento e a isenção da taxa reduzida, dado os tempos em que vivemos serem de grandes dificuldades. Por isso, os que mais podem devem ser chamados a contribuir um pouco mais e assim isentar os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhora deputada Teresa Campos. Tem a palavra o senhor deputado Mário Constantino. **DEPUTADO DO PSD – Mário Constantino** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----O grupo parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta proposta, aliás, de acordo com a posição assumida e com a votação dos senhores vereadores na Câmara Municipal, porque entende, como foi aqui expresso já na discussão anterior e agora também por alguns deputados, que é justo para os pequenos comerciantes haver a isenção do lancamento da derrama porque efetivamente permite competitividade e permite também promover o emprego e a economia no nosso concelho. Até porque os concelhos vizinhos, como sabem, também adotam este tipo de medidas e, portanto, ficamos em paralelo e temos competitividade. Portanto, vamos votar favoravelmente. ----E também porque tem sido um esforço e uma vitória deste Governo PSD/CDS a reforma do IRC que conseguiu um amplo consenso na sociedade portuguesa, nos parceiros sociais, por permitir exatamente que haja para as médias e pequenas empresas maior possibilidade de competirem. Como sabem, nós em Portugal, felizmente, melhorámos quinze lugares no índice de competitividade. Tem a ver também com estas medidas. Portanto, é importante continuarmos a apostar neste tipo de



| medidas |
|---------------------------------------------------------------------------|
| Dizer também que apesar de estarmos de acordo permitimo-nos |
| a fazer uma sugestão, aliás, indo ao encontro das propostas ou das |
| bandeiras eleitorais não últimas mas de outras eleições autárquicas que o |
| Partido Socialista se apresentava, que era efetivamente fomentar o |
| emprego, fomentar a criação de postos de trabalho. Parece-nos que |
| podiam, em sede de derrama, fazer aqui alguma discriminação positiva |
| para as empresas que eventualmente criassem efetivo emprego, |
| nomeadamente e sobretudo para os jovens à procura do primeiro |
| emprego e os desempregados de longa duração. Julgo que era um sinal |
| importante e era uma oportunidade para que a sociedade barcelense |
| pudesse ter outras oportunidades e também incentivar os empresários a |
| criarem postos de trabalho que é efetivamente o maior flagelo da nossa |
| sociedade. |
| É este o nosso contributo, votando favoravelmente esta proposta |
| Uma vez que me resta algum tempo e como estamos a poucos |
| dias de completar um ano da tomada de posse deste novo executivo, fui |
| revisitar o discurso da tomada de posse do senhor presidente da Câmara e |
| retirei uma ideia expressa em duas ou três frases que me pareceu |
| oportuno partilhar convosco. |
| Dizia então o senhor presidente, ipsis verbis: "Para nós a política |
| é um assunto muito sério que não se presta à mentira, à calúnia, à ofensa |
| e ao insulto". E acrescentava também: "Eu próprio e o Partido Socialista |
| não nos deixamos cair numa armadilha de provocações indignas, |
| próprias de quem não tem elevação nem qualidade moral para visitar |
| Barcelos e os barcelenses" |
| Faço minhas as palavras do senhor presidente da Câmara. É |
| exatamente isto que eu penso e é exatamente esta postura que assumo na |
| vida política |



| Dizer também que não podia estar mais de acordo com o que |
|--------------------------------------------------------------------------|
| disse |
| Muito obrigado. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário |
| Constantino. Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva. |
| DEPUTADO DO CDS-PP - Firmino Silva - Excelentíssima Mesa, |
| Excelentíssima Câmara, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus |
| Senhores. |
| Muito rápido e objetivo, venho aqui só dar conhecimento do |
| sentido de voto do CDS-Partido Popular. |
| Vamos votar favoravelmente esta proposta apenas chamando a |
| atenção para o facto de uma vez mais o Partido Socialista não cumprir as |
| promessas eleitorais que fez aos barcelenses nestas últimas eleições |
| autárquicas que era de cobrar taxas reduzidas, porquanto mantém a |
| mesma taxa, a mesma isenção e o mesmo volume de negócios sobre o qual |
| incidirá a derrama. |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado |
| Firmino Silva. Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito. |
| DEPUTADO DO PS - Nélson Brito - Senhor Presidente, Membros da |
| Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, |
| Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. |
| Fazer só um pequeno comentário àquilo que o senhor deputado |
| Mário Figueiredo aqui veio dizer novamente, pedindo-lhe também que |
| tenha algum cuidado com as palavras que diz porque duas caras, não sei, |
| o senhor deputado lá saberá porque é que usa tanto essa expressão das |
| duas caras. É só para deixar esta nota. |
| E também para lhe dizer uma coisa. Obviamente quem é que é |
| responsável por tudo que de bom e de mau aconteceu neste país desde o |



vinte e cinco de abril? O Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS, que foi quem governou. E quem é responsável também porque nunca na vida governou e eu espero bem que nunca governe enquanto tiver essa mentalidade? O Partido Comunista. Mas também é responsável. Foge da governação para poder dizer mal. E felizmente que o senhor vem aqui dizer "nós é que somos coerentes". Pois é, a sua coerência, em dois mil e dezassete, vai fazer cem anos, fique bem com ela e esteja à vontade.~ -----Relativamente então à intervenção a propósito da derrama. O executivo municipal decidiu manter para dois mil e quinze a política da aplicação da derrama sobre o IRC que vigorou em dois mil e catorze. Nestes termos, a taxa de derrama a aplicar no próximo ano será, caso seja aqui hoje aprovada como será certamente, de um vírgula dois por cento, o que significa que é vinte por cento abaixo da taxa máxima. É importante que isto fique claro. -----As pequenas empresas que faturem, portanto, menos de cento e cinquenta mil euros por ano continuarão sem pagar. -----Pelas razões que já hoje aqui foram expostas aquando da discussão do IMI, foi impossível reduzir as taxas de derrama para o próximo ano.----------Para termos uma ideia, Braga aprovou a isenção de derrama para as empresas com receitas até setenta e cinco mil euros, em Barcelos é até cento e cinquenta mil; para as empresas com receitas entre setenta e cinco mil e cento e cinquenta mil a derrama é um por cento, em Barcelos é zero; e para as outras todas em Braga é um e meio por cento, portanto, a taxa máxima, como o Governo gosta, e em Barcelos um vírgula dois por -----Portanto, isto é só para esclarecer esta tentativa mais uma vez pouco séria que já vinha plasmada na declaração de voto dos senhores vereadores do PSD/CDS e que hoje aqui o senhor deputado Firmino Silva



| veio outra vez querer passar esta mistificação. |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| Julgo que o facto desta proposta ter sido aprovada por |
| unanimidade em reunião de Câmara diz tudo sobre a sua adequação à |
| realidade atual. |
| Contudo, o PSD e o CDS fizeram uma declaração de voto que não |
| posso deixar de lamentar profundamente. |
| Primeiro, por insistir na narrativa de que foi o último Governo |
| do PS responsável por todas as desgraças que acontecerem a Portugal nos |
| anos mais recentes. Já não cola, senhores deputados. |
| Segundo, por ser intelectualmente desonesto dizer que o |
| executivo, e passo a citar, "mantém a taxa normal e as isenções". Sejamos |
| verdadeiros, o executivo propõe uma taxa para Barcelos que está vinte |
| por cento abaixo da taxa máxima. Tomem nota, vinte por cento abaixo da |
| taxa máxima. Agora também é verdade que já o tem feito, não é a |
| primeira, não é a segunda nem a terceira vez. Portanto, é normal que esta |
| Câmara cobre derrama abaixo do máximo, conforme o compromisso com |
| os barcelenses. |
| E, em terceiro lugar, porque o PSD e o CDS se declaram a favor |
| da estabilidade fiscal, está lá na declaração de voto. Foi isso que fizeram |
| quando governaram ou apoiaram a governação deste município onde a |
| taxa da derrama era de facto estável, sempre no máximo. Tomem nota, |
| sempre no máximo. Se o senhor deputado quiser ir à biblioteca, vai lá |
| consultar os documentos, está lá tudo. Aliás, como todas as outras taxas e |
| impostos municipais sempre no máximo. Até acho que o primeiro- |
| ministro cá fez um estágio convosco, gratuito, claro, para aprender como |
| aumentar taxas e impostos. |
| Como se tudo isto não bastasse, tivemos nos últimos três anos o |
| pior Governo de que há memória e que os senhores apoiam, que é o |
| responsável pelos maiores aumentos de impostos que todos nos |



| lembramos e pelos maiores cortes cegos nos apoios sociais e nas |
|---------------------------------------------------------------------------|
| transferências para os municípios de que nos recordamos. |
| Às vezes o silêncio é de ouro. |
| Naturalmente o grupo municipal do Partido Socialista votará a |
| favor desta proposta. |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Nélson |
| Brito. Eu gostaria de realçar que no decorrer desta intervenção houve |
| uma interferência, manifestou-se um elemento do público que, como |
| sabem, de acordo com o regimento da Assembleia Municipal não é |
| permitido. |
| Esgotada a discussão, o senhor presidente da Câmara pretende |
| usar da palavra? |
| PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Muito |
| rapidamente. Só em relação à intervenção do senhor deputado Mário |
| Constantino. Eu penso que não foi intencional quando o senhor se referiu |
| de que a derrama em Barcelos é para os pequenos comerciantes. Queria |
| corrigir que não é, é para todos os pequenos empresários, portanto, para |
| serviços, indústria e comércio. Como se referiu à redução do IRC em |
| termos de pequenas e médias empresas, queria só esclarecer de que não é |
| só para os pequenos comerciantes, que é para todos os empresários dentro |
| deste setor. |
| E também dizer-lhe um pormenor que achei interessante desta |
| glória que o senhor acabou por levantar sobre o índice da |
| competitividade. Saberá tão bem quanto eu, digo eu, se leu a imprensa da |
| especialidade, que esta subida no ranking dos quinze lugares teve a ver |
| essencialmente com três fatores: aposta nas novas tecnologias, aposta nas |
| energias renováveis e aposta no ensino superior. E isso não foi este |
| Governo |



| Muito obrigado |
|----------------------------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor presidente da |
| Câmara |
| Vamos passar então à votação do ponto número três! |
| Quem vota contra, por favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, por favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade |
| Vamos passar ao ponto número quatro da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal relativa à participação de cinco por cento no IRS dos |
| rendimentos do ano de dois mil e quinze. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve? |
| Senhor deputado Miguel Durães, faz favor de usar da palavra |
| DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães – Excelentíssimo Senhor Presidente |
| da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e demais |
| Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social e |
| Digníssimo Público presente, boa-noite. |
| O Partido Social Democrata é um partido que desde a sua |
| fundação tem como gene das suas políticas a justiça social e as pessoas. É |
| um partido interclassista, responsável e com uma visão reformista.~~~~~ |
| Nesse sentido, o PPD/PSD de Barcelos assume-se como um |
| partido de poder, um partido que se coloca ao lado dos barcelenses! |
| Como também não somos um partido que faz discursos de |
| circunstâncias, e quem me conhece bem sabe que também não gosto de c |
| fazer, vimos aqui pronunciarmo-nos relativamente à proposta deste |
| executivo municipal em fixar em cinco por cento o IRS para o próximo |
| ano, a taxa máxima portanto, repito, a taxa máxima no IRS dos |

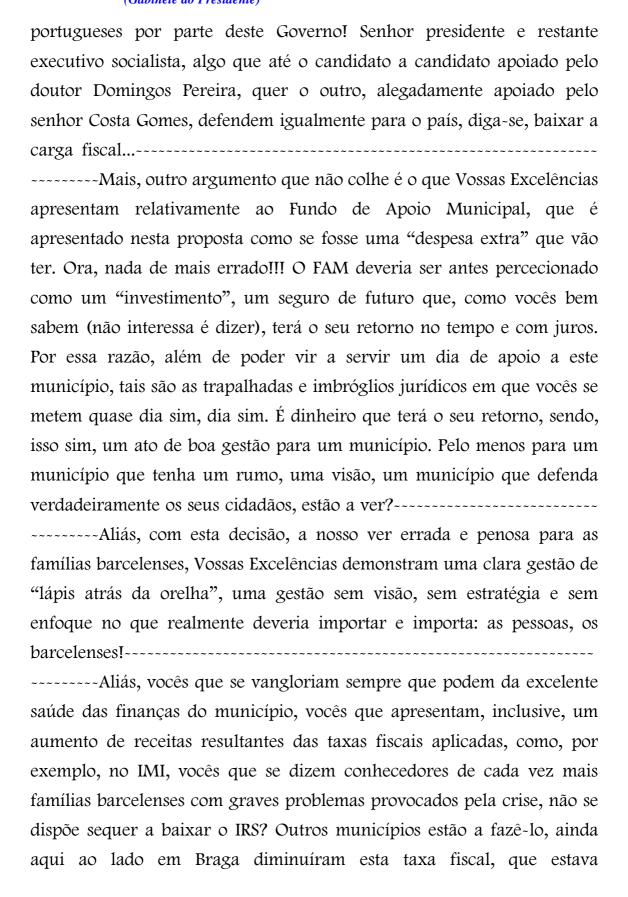


| rendimentos do ano de dois mil e quinze. Senhor Nélson Brito, tome lá |
|----------------------------------------------------------------------------|
| esta nota agora! Tomem nota! |
| Ora, em termos de política fiscal, e analisando os argumentos |
| apresentados por este executivo municipal, deparamo-nos com o |
| seguinte: |
| O orçamento do município tem vindo a contar com uma receita |
| proveniente do IRS na ordem dos um vírgula nove milhões de euros.~~~~~ |
| Por sequência, este executivo refere que não estão criadas as |
| condições que permitam abdicar de uma receita desta natureza e, aliás, |
| afirmam que as políticas do Governo não deixam de refletir instabilidade |
| para as finanças municipais. |
| Referem, de igual modo, que com a publicação da Lei cinquenta |
| e três/dois mil e catorze, de vinte e cinco de agosto, que regulamenta o |
| Fundo de Apoio Municipal, que o município irá ter uma participação na |
| ordem dos três milhões de euros cujo contributo se inicia no próximo |
| ano |
| Dizem, portanto, que esta proposta de fixar o IRS na taxa |
| máxima é um ato de responsabilidade hum responsabilidade com |
| quem? Com os barcelenses? |
| Senhor presidente e restante executivo socialista, será que a |
| ilação que poderemos retirar em matéria de política fiscal deste município |
| é a de que não diminuir a carga fiscal sobre os barcelenses é a melhor |
| forma de dignificarem o vosso slogan eleitoral em dois mil e treze - |
| "Defender Barcelos"? |
| Será esta, então, na vossa ótica, a melhor forma de defender |
| Barcelos e os barcelenses? |
| ~~~~~Vossas Excelências têm vivido estes últimos anos, qual velhos do |
| Restelo, à sombra da desculpa de um tal Adamastor, que vocês dizem e |
| escrevem ser o Governo de Portugal. E, portanto, antes que venha aqui |

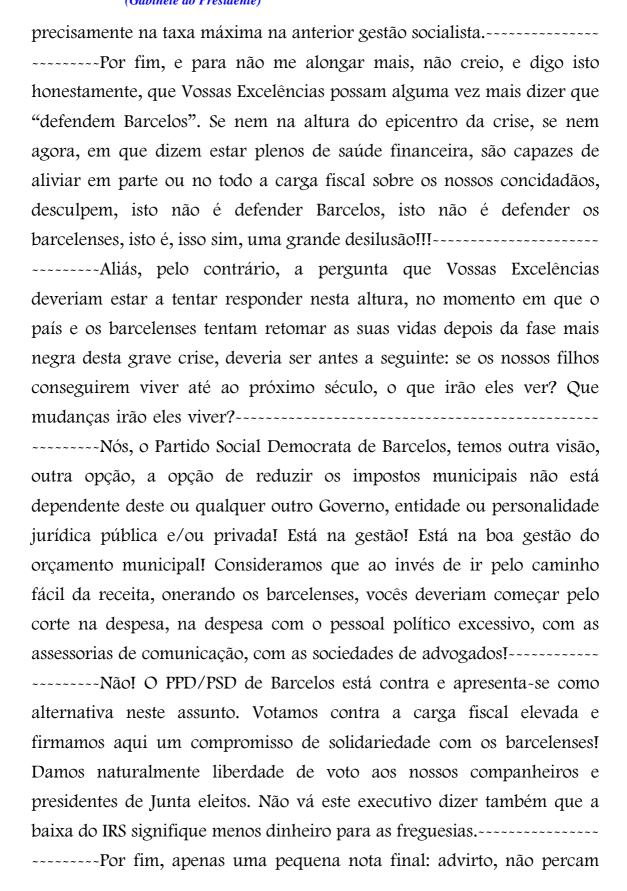


alguém a seguir com a cassete do costume de que este Governo é que castiga os portugueses, vimos, desde já, lembrar que foi este o Governo que herdou das mãos do Partido Socialista a famigerada troika e um país falido, após o desastre completo da governação do número um do senhor António Costa, um tal de chamado engenheiro José Sócrates, que duplicou a dívida portuguesa de sessenta para cento e vinte mil milhões de euros, que aumentou as taxas sobre os pensionistas, sobre os reformados, que introduziu as taxas moderadoras na saúde e até juntou três milhões de pessoas num coiso de catering todo pago pelo Governo para amnistiar os cheques-bebé que nunca viram a luz do dia. Por isso, deixaram-nos de joelhos perante essas entidades externas que nos forçaram a cumprir cerca de noventa por cento das medidas que, na altura do desastre, tinham então sido negociadas pelo Governo socialista, medidas que agora vocês criticam!----------Advirto, aliás, venho aqui alertar que esse argumento já não cola, está gasto, já não colhe. Até porque se foi este o Governo que herdou o "contrato de governação" firmado entre o PS e a troika, foi, de igual modo, este o Governo que, juntamente com muitos sacrifícios dos portugueses e dos barcelenses, nos livrou dessa mesma troika!----------E agora que o país apresenta uma economia a crescer, que apresenta o PIB a crescer, que regista o segundo maior crescimento da zona Euro, que apresenta números, portanto, factos, de crescimento de emprego sustentado, de diminuição da taxa de desemprego abaixo dos catorze por cento, igualando o melhor período de dois mil e onze, postos de trabalho que não são sazonais ou consequência da emigração, porque a cada contrato a termo, Portugal apresenta hoje oito vírgula oito contratos sem termo! Aliás, assistimos estes dias à subida do salário mínimo e, note-se, prevê-se precisamente, e aqui voltando ao ponto essencial desta discussão, à apresentação de políticas de alívio fiscal dos











tempo com respostas de que o que eu disse é grave, muito grave ou gravíssimo! Assim como, pior, que venham com aquela pedagogia enfadonha de que não sabemos do que estamos a falar, porque sabemos. E se houver a tentação de responderem que o Governo é novamente o culpado. Esta ideia não tem razão de ser, porque esta decisão nem sequer depende do Governo, depende de Vossas Excelências. Por isso, respondam e respondam apenas às seguintes perguntas: querem afinal manter em alta os impostos dos barcelenses porquê? Para manter o quê? Para defender quem?----------E olhe, senhor presidente, até lhe vou dizer o seguinte: como Vossa Excelência tem assim um estilo um bocadinho maniento, para usar uma expressão que já usou nesta Câmara com um deputado municipal, aliás, vira animal feroz como se achasse uma espécie de Chuck Norris de Barcelos que bate em toda a gente só porque tem uma opinião diferente, olhe, faça o seguinte, se vier com estas coisas vou-lhe dar um conselho: não perca tempo, responda por escrito. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo. **DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente. Permita-me só um pequeno aparte, até porque vai sobrar muito tempo da minha intervenção, para dizer o seguinte: -----Dizer ao senhor deputado Nélson Brito em particular e a esta Assembleia e a todos os presentes que eu responsabilizo-me pelas palavras que digo e as que digo hoje será as que direi amanhã. -----Portanto, torno a afirmar que na questão da água a Câmara Municipal, ou seja, o Partido Socialista em campanha mentiu aos barcelenses e enganou os barcelenses. -----Depois, gostaria de perceber esse cuidado, senhor deputado.



"Cuidado com as palavras". Mas isso é uma ameaça que me está a fazer? É que eu não estou a perceber esse "cuidado com as palavras". O que é que pode-me acontecer por eu dizer estas palavras?-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Senhor deputado, agradecia que evitasse o diálogo e apresente as suas ideias, as suas propostas. **DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Eu sei que têm desenvolvido práticas e intenções para calar aqueles que de facto querem fazer oposição e não vos agrada esse tipo de oposição e você sabe muito bem daquilo que estou a falar. E também para dizer o seguinte: o Partido Comunista quer ser poder e é poder onde o povo deseja. Olhe, por exemplo, na Câmara de Évora, que agora está estrangulada financeiramente porque vocês deixaram aquilo uma desgraça. É um exemplo. Ao contrário do Partido Socialista que, em muitos sítios onde as eleições não lhe corre, organiza logo boicotes para sentar lá para dentro.~ -----Agora o que nós não queremos, isso sim, é governar com as vossas políticas neoliberais de ataque aos interesses dos trabalhadores e das pessoas. Para isso não contem com o Partido Comunista. -----Portanto, não venha com essas afirmações baratas do senso comum, que não diz nada.----------Indo àquilo que interessa, que é a tal participação do IRS em cinco por cento, algumas considerações sobre esse assunto:----------Primeiro, não quero deixar de afirmar que o desagravamento da carga fiscal, em particular este que é sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade que o Governo PSD e CDS tem ignorado. -----Depois dizer que esse desagravamento que têm ignorado, parece, com exceção em Barcelos, deve ser exigido ao Governo, e é sua obrigação, a concretização de uma política fiscal justa. ~~~~~Não faz qualquer sentido que sejam os municípios, ao sabor de necessidades ou conveniências, a suportar o aliviar da carga fiscal que



compete exclusivamente ao Governo, até porque estaria o município a contribuir para o acentuar ainda mais, neste imposto, da injustiça fiscal desta feita de concelho para concelho. -----E estes possíveis benefícios que a direita se tem agarrado aqui, agora, pasme-se, muito preocupado com as pessoas e com o futuro das crianças, resultantes desta possível abdicação da participação do IRS são ilusórios, pois é socialmente injusto reduzir uma carga fiscal tanto mais quanto maior for os rendimentos. -----A redução igualitária de impostos nunca favoreceu as camadas desfavorecidas, antes pelo contrário. A redução do montante é residual para cada um dos beneficiários e é nula para a generalidade da população. Que impacto é que tem nos desempregados, na maioria dos reformados, naqueles que recebem o salário mínimo, naqueles que pagam uma centenas de euros? Nada! Nenhum impacto. Mas, quando acumulado, pode ser significativo. Portanto, é aquele equilíbrio que tem que se conseguir entre o tributo justo à população e o dotar o município de receitas que levem a uma política social justa, de acordo com as necessidades das pessoas mais desfavorecidas. Portanto, quando acumulado, pode contribuir para diminuir a capacidade do município de realizar políticas que promovam a justiça social. Aliás, este aspeto ganha especial importância no presente pois assistimos à asfixia financeira do poder local – o tal corte nos orçamentos – concertada pelo PS, PSD e CDS, numa clara tentativa de pressionar e influenciar as decisões políticas locais no sentido do abandono e privatização dos serviços municipais, como, aliás, tem acontecido em muita parte. -----Recorde-se que a participação das autarquias no IRS foi estipulado pela Lei das Finanças Locais em dois mil e sete para, segundo os apoiantes da altura, compensar perdas de verbas que a entrada dessa lei em vigor implicava para os municípios.



-----Posto isto, quero uma vez mais afirmar que recusamos o uso demagógico desta matéria. E acho um descaramento político aquilo que o PSD e o CDS fazem aqui em relação a esta matéria. Aliás, se vocês quiserem um exercício muito prático, na hora de votar olhem para o deputado Nuno Reis, que votou um orçamento de Estado que previa um brutal aumento dos impostos. Mas se vocês estão preocupados com os impostos que os barcelenses vão pagar e com as pessoas e com as criancinhas, desafio, porque nada vos impede de fazer isso – do PSD e do CDS – que afrontem a política fiscal do Governo e que apresentem propostas, por intermédio do deputado Nuno Reis, que visem a redução do IRS. Então, o que é que vos falta? Que mecanismos é que vos falta?~~~ -----Portanto, estamos de acordo com a participação de cinco por cento sobre o IRS por tudo aquilo que foi dito. -----Mas não deixamos e nem deixaremos de registar mais uma reviravolta política do PS, que decide conforme as conveniências. É que a situação local, até fruto das políticas de agravamento, de ataques ao trabalho, aos serviços, piorou de dois mil e oito para dois mil e catorze, portanto, todas as condições existiam, não é?, mas na altura já era grave, decide conforme as conveniências, como disse, pois em sede de orçamento municipal para dois mil e nove propôs a redução da participação do IRS para dois e meio por cento. Era na altura o vice-presidente deste executivo o vereador na oposição. Essa proposta, aliás, foi posteriormente reiterada pelos deputados Joaquim Barbosa e Nélson Brito na Assembleia Municipal de vinte e nove do doze de dois mil e oito. -----O que é que mudou de lá para cá? Até que vocês têm tido uma boa gestão, não gastam dinheiro em nada, é verdade, mas têm tido uma boa gestão. Se na altura havia condições para reduzir os impostos, numa altura do estouro disto tudo, o que é que mudou agora? Porque é que não há condições? Embora, digo-vos, estou de acordo, mas o que é que



mudou? Queria perceber esta inconsistência que vocês têm. Portanto, na altura o PS local ignorou que também deveria exigir ao Governo a baixa de impostos como, aliás, agora disse na proposta. Na altura o Sócrates era o grande gestor iluminado, o grande tecnocrata, o ideólogo disto tudo, não é?, e ignoraram, não pediram ao Governo, como, aliás, dizem, e bem, mas na altura ignoraram que devia-se fazer isto. Portanto, os argumentos que hoje apresenta o PS para não baixar, e bem, o IRS, em dois mil e oito eram argumentos absurdos se fosse dito por qualquer um de nós. ----------Disse.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado Jorge Silva. **DEPUTADO DO BE** – Jorge Silva – Obrigado, senhor presidente. Portugal está melhor, os portugueses é que não. Isto foi dito por um deputado da maioria que nos desgoverna e que esmaga com impostos os do costume, os que vivem do trabalho.---------Pois Portugal não está melhor, veja-se o caso da cavalgada da dívida que continua a aumentar apesar dos cortes cegos, exatamente porque são cegos, se calhar não cortam onde deviam cortar, e apesar da carga de impostos. -----E durante este desgoverno houve até casos de impostos cujas taxas foram aumentadas e que em vez de ter mais receita naquele imposto houve redução de receita. Porquê? Porque às vezes a carga já é tão grande que contrariamente ao que disse um senhor banqueiro, o povo já não aguenta. E neste quadro às vezes é preciso dar sinais de que estamos com as pessoas, compreendemos as suas dificuldades e esperamos que elas continuem cá.---------Se calhar a redução da receita do IRS, não estamos a dizer para abdicar totalmente da receita, mas dar um pequeno sinal reduzindo a taxa do IRS em favor do município, daria esse sinal. Por isso, vamos votar



| contra esta proposta por nao dar esse sinal de que pretende que as pessoas |
|----------------------------------------------------------------------------|
| estejam cá, que não é solidária nesta perspetiva com os enormes esforços e |
| dificuldades por que os barcelenses estão a passar. |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Jorge |
| Silva. Tem a palavra o senhor deputado João Lourenço. |
| DEPUTADO DO PS - João Lourenço - Senhor Presidente, Senhora |
| Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras |
| Vereadoras e Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Caros Deputados, |
| Minhas Senhoras e Meus Senhores. |
| Eu não queria deixar de iniciar esta minha intervenção sem |
| lamentar profundamente a chicana política e as insinuações baratas, |
| gratuitas e infundadas que alguns membros da Assembleia estão a tornar |
| esta Assembleia. |
| Esta Assembleia tem que ser dignificada, quem a dignifica são |
| aqueles que usam a palavra e não é dessa maneira que se mantém a |
| dignidade deste órgão |
| A minha intervenção será uma proposta que procura dignificar a |
| Assembleia, fazer uma discussão limpa, clara e incisiva, pode ser por |
| vezes contundente mas que nunca é malfeitora, nunca pretende insinuar |
| nada contra ninguém e que nunca é pessoal. |
| ~~~~~A proposta da Câmara que ora temos em discussão propõe fixar |
| em cinco por cento a parte que cabe aos municípios no IRS pago pelos |
| munícipes barcelenses, o que corresponde a manter o valor que vigorou |
| este ano e que está previsto na lei. |
| ~~~~~A Câmara Municipal tem fundadas razões políticas e sociais para |
| a proposta que coloca à aprovação desta Assembleia. |
| ~~~~É que a verba que o município vai arrecadar com a participação |
| neste imposto revela-se absolutamente indispensável para uma gestão |



equilibrada das finanças municipais e nomeadamente para manter o protocolo dos duzentos por cento assinado com as Juntas de Freguesia.~~~ -----Mais, sem esta verba seria muito difícil, se não impossível, manter os inúmeros apoios sociais aos cidadãos mais carenciados do concelho, sobretudo quando o Governo da coligação PSD/CDS vem fustigando os municípios com cada vez mais responsabilidades, nem sempre acompanhadas da respetiva compensação financeira. Só a título de exemplo, basta referir que Barcelos vai passar a participar com cerca de três milhões de euros anuais para o Fundo de Apoio aos Municípios, a começar já em dois mil e quinze. Está também prevista, já para dois mil e dezasseis e dezassete, a redução e a extinção de outra importante receita municipal, o IMT.----------Como, aliás, salientou aqui o senhor deputado da CDU, não é com demagogia, é com verdade que se deve falar, e de facto o município não pode viver sem verbas. ~~~~É o próprio Governo que incentiva os municípios a cobrarem a taxa de cinco por cento, uma vez que se a Câmara cobrasse taxa inferior teria que suportar uma transferência para o FAM correspondente à taxa máxima. Como pode o município, portanto, reduzi-la?----------Vou repetir. É o próprio Governo que incentiva os municípios a cobrarem a taxa de cinco por cento, uma vez que se a Câmara cobrasse taxa inferior teria que suportar uma transferência para o FAM correspondente à taxa máxima. Como pode o município, portanto, reduzi-la?-----~~~~Não se compreende por isso que a coligação Somos Barcelos tenha votado contra esta proposta. Que se saiba as organizações locais dos vossos partidos nunca se demarcaram das políticas do Governo.~~~~~~ -----E por isso lembrem-se, mas lembrem-se bem.---------Foram os vossos partidos que aprovaram o enorme aumento de



| impostos, nomeadamente o do IRS. Foram os vossos partidos que, com a |
|----------------------------------------------------------------------------|
| obsessão da austeridade, criarem bolsas de pobreza por todo o país e |
| também no nosso concelho. Foram os vossos partidos que aumentaram o |
| fosso entre os ricos e os não ricos e pobres. Foram os vossos partidos que |
| fustigaram o país com uma recessão profunda e duradoira de que não há |
| memória nos últimos tempos. |
| Senhor Presidente, Senhores Deputados, |
| É politicamente incongruente e inconsequente estar a exigir que |
| as depauperadas Câmaras minorem os graves desmandos políticos |
| cometidos pelo governo central. Mais, mesmo que quisessem nunca o |
| conseguiriam, porque as percentagens são tão pequenas e os valores tão |
| baixos que nunca o conseguiriam. Repare-se que estamos a falar apenas |
| em um vinte avos do valor total do imposto que é cobrado para o |
| Governo. |
| Repito, não compete ao poder local corrigir os erros, mesmo que |
| sejam graves como é o caso, do governo central, no exercício das suas |
| competências. |
| Compete, isso sim, aos governos locais apoiar as populações, |
| exercer com rigor e eficácia os poderes que a lei lhe confere e, segundo |
| essas atribuições e os meios disponíveis, assim promover o progresso das |
| suas terras e o bem-estar das suas populações |
| É isso que a Câmara Municipal de Barcelos tem feito e estamos |
| certos que vai continuar a fazer. |
| Mas se os vereadores e porventura os deputados da coligação |
| Somos Barcelos estão assim tão interessados nas populações de Barcelos, |
| então podemos exigir-lhes um repto: convençam o Governo que apoiam a |
| alargar a participação dos municípios para dez por cento que esta |
| Câmara imediatamente baixaria o IRS cobrado por ela para cinco por |
| cento |

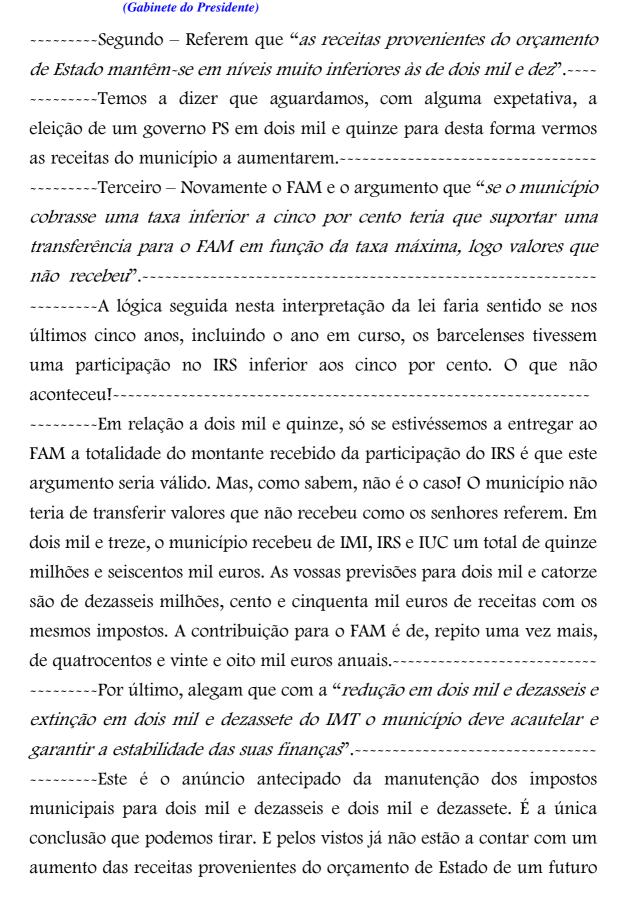


| Tenho dito. |
|---------------------------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado João |
| Lourenço. Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva.~~~~~~~ |
| DEPUTADO DO CDS-PP - Firmino Silva - Excelentíssima Mesa, |
| Excelentíssima Câmara, Minhas Senhoras e Meus Senhores. |
| Senhor deputado João Lourenço, as minhas primeiras palavras |
| são dirigidas a si, estou inteiramente de acordo com o que Vossa |
| Excelência aqui disse no início da sua intervenção, pedindo dignificação |
| no debate político e mais elevação nesse debate. |
| Mas essas suas palavras deverão primeiramente ser dirigidas |
| para os membros deste executivo do Partido Socialista e também para |
| alguns membros do Partido Socialista desta Assembleia. |
| Entrando no campo do que aqui me trouxe, o tema, o grupo |
| municipal do CDS-Partido Popular irá naturalmente votar contra a |
| presente proposta. |
| O nosso sentido de voto diferente em relação à proposta anterior |
| tem a justificação apenas no facto de nesta proposta estarem a ser |
| afetados os rendimentos de pessoas singulares, ao passo que na anterior |
| eram os rendimentos de pessoas coletivas |
| Mas é curioso constatar que o executivo, uma vez mais, para |
| justificar as razões que o levam a lançar esta participação de cinco por |
| cento no IRS vai responsabilizar terceiros. Ou seja, alegam que não podem |
| abdicar desta receita pois que, e passo a citar, "do atual ambiente |
| económico e financeiro decorrem responsabilidades acrescidas para o |
| município" e dizem mais "e as políticas do Governo não deixam de |
| refletir instabilidade para as finanças municipais" |
| Resumidamente, o que o executivo municipal nos quer dizer é |
| que por ele até abdicava desta receita, mas que o Governo não lhes deixa |
| outra solução. |

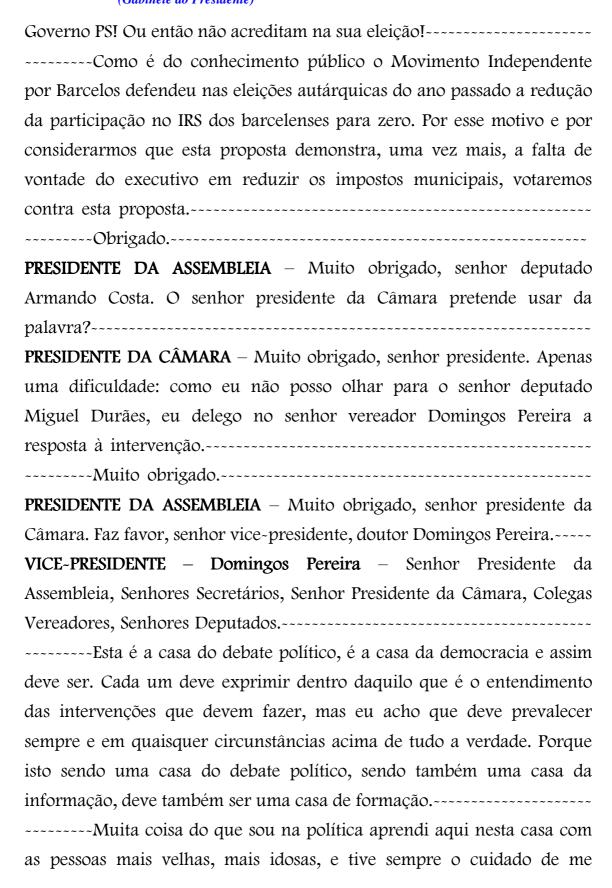


| Esta responsabilização de terceiros para justificar os atos deste |
|--------------------------------------------------------------------------|
| executivo já se tornou useiro e vezeiro. |
| Saibam os presentes que caso o executivo não lançasse mão desta |
| receita ou então que fosse fixada uma percentagem inferior a cinco por |
| cento o produto da diferença seria considerado como dedução à coleta do |
| IRS. E assim, por pouco que fosse, esse pouco serviria para desagravar a |
| carga fiscal que incide sobre cada um dos barcelenses que pagam IRS |
| Como disse ao início, votaremos contra |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado |
| Firmino Silva. Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.~~~~~ |
| DEPUTADO DO MIB - Armando Costa - Caras Senhoras, Caros |
| Senhores. |
| Na proposta submetida hoje a votação, o executivo PS manifesta, |
| passo a citar, "a sua preocupação em reduzir a carga fiscal para os |
| munícipes" |
| Convenhamos que, com esta proposta, continuarão a ter esta |
| preocupação. Para dois mil e quinze mantêm a taxa máxima de |
| participação no IRS, isto é, cinco por cento. |
| Agora, as justificações para não abdicarem da totalidade ou parte |
| da participação do IRS são: |
| Primeiro - "O Fundo de Apoio Municipal, onde segundo as |
| contas apresentadas, o município de Barcelos terá um contributo de |
| aproximadamente três milhões de euros" |
| Sobre este ponto, e de acordo com as vossas contas, este valor |
| representará uma despesa adicional em cerca de quatrocentos e vinte e |
| oito mil euros/ano, durante os próximos sete anos. Isto é, um acréscimo |
| de zero vírgula sete por cento na despesa de acordo com o exercício de |
| dois mil e treze. Dados revelados aqui hoje indicam um aumento da |
| receita muito superior a este valor. |











recatar, quando não tinha a informação nem a formação suficiente tive a capacidade e também a humildade de me ir informando e formando também para depois poder corresponder e contribuir para o debate e engrandecer a democracia.----------Isto leva-me a dizer que há muita confusão que é feita nesta casa, nesta sala, há muita intervenção que não corresponde nem pouco mais ou menos àquilo que é a verdade dos factos, nem refletem nem de perto nem de longe aquilo que é de facto o exercício de uma gestão municipal. Eu aprendi durante muito tempo aquilo que foi possível aprender e naturalmente que continuo e todos nós continuamos a ter erros. Portanto, o que eu aqui queria dizer e o senhor presidente delegou em mim esta intervenção, porque entendo que a intervenção do senhor deputado Miguel Durães foi uma intervenção elitista, talvez arrogante e, com a humildade que me caracteriza, de certeza absoluta que a maioria das coisas que aqui proferiu não tem a noção daquilo que está a dizer. E gostaria que se fosse preparando, porque aqui citou que seria alternativa do PPD/PSD, assim se vá preparando, porque enquanto político não tenho a mais pequenina preocupação porque será o próprio PPD/PSD ou o PSD, como queiram, a travar-lhe este ímpeto talvez exagerado da forma como se dirigiu ao senhor presidente da Câmara. Eu acho que as pessoas quando querem subir alto demais, sem humildade, também o tombo será naturalmente maior. ----E dizia-lhe que o FAM realmente era, primeiro, para ser oriundo a sua receita através da cobrança da nova avaliação do IMI, hoje será constituído por uma parte do IRS, do IUC e também do IMI. ----E dizer ao senhor deputado Miguel Durães que há uma coisa que devemos fazer. O executivo municipal podia apresentar uma proposta de redução do IMI, como falou em Braga. Eu não sei se o senhor deputado fez as contas, mas eu vou-lhe dizer de uma forma muito rápida porque



VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Muito obrigado, senhor presidente. Portanto, acho que até quando o senhor deputado Miguel Durães chegou aqui ao púlpito para falar disse que há muita gente que aparece aqui para fazer discursos ou intervenções de circunstância e foi exatamente aquilo que ele fez, ou pior do que isso até. Mas, como dizia, e retomando aquilo que disse, há coisas que não devem ser feitas e particularmente aquilo que é demagógico. E, como sabe, este executivo municipal chegava aqui à Assembleia Municipal, apresentava uma proposta antes votada no órgão executivo de quatro ponto sete e depois era acusado de demagogia, e bem. Porque eu acho que uma coisa que não deve ser feita é passar um atestado de menoridade ou de incompetência aos senhores deputados, devem ser respeitados, porque esta taxa de quatro ponto sete, como sabe, se um casal ou uma pessoa pagar mil euros de IRS o município vai receber cinco por cento, são cinquenta euros. Portanto, cinquenta euros que vai receber, se eu lhe retirar zero vírgula zero três vou distribuir ou retribuir ao munícipe três euros. Três euros é menos que um cêntimo por dia. Portanto, temos que ter aqui alguma seriedade nisto porque o município chegava aqui, apresentava uma



proposta de quatro ponto sete e se calhar diziam que isto que não chega a nada e é muito pouco. Claro que é.--------Portanto, o município tem que ter receitas, tem feito um cuidado muito grande com a gestão que tem vindo a fazer, desde que entrou nunca aumentou as taxas na sua generalidade. Como sabe, os municípios em geral podem fazer uma atualização de todas as taxas com índice de preços ao consumidor observada no mês de outubro. Portanto, nunca fez desde dois mil e dez. Não cobra taxas das esplanadas, tem isentado uma série de taxas, o preço das taxas de mercado e feiras reduziu, o IMI que era cobrado, se quiser tenho aqui uma tabela que lhe dou, desde dois mil e um era cobrado zero vírgula cinco, dois mil e dois, zero vírgula cinco, portanto, sempre por aí acima... senhor deputado, assim não dá... ou me deixa falar, assim eu perco-me...----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – O senhor deputado sabe claramente que está escrito no regimento que tem que observar a ordem e disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do presidente da mesa da Assembleia Municipal. Senhor deputado, desculpe, agradeço então que aceite e que de facto deixe continuar a intervenção do senhor vicepresidente da Câmara. -----Faz favor, senhor vice-presidente. VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Como dizia, há pessoas que não resistem de facto, eu compreendo que é a primeira vez que aparecem, faz parte da liderança atual do PSD, dos órgãos dirigentes do PSD, é natural que queira mostrar-se e mostrar serviço, é tudo legítimo, mas há que respeitar aqui as pessoas, as pessoas que chegam aqui devem ter a humildade de ouvir e quando for a sua vez acho que deve falar. -----Portanto, como dizia eu, nós não podemos fazer aqui demagogia e o que o município tem vindo a fazer é reduzir efetivamente as taxas, só não acredita quem não quiser, os senhores podem dizer que a opção do



executivo municipal não é a melhor, que devia ter outro sentido, isso é tudo legítimo, faz parte do combate político. O que não é sério é virem aqui dizer que não cobravam taxas máximas quando cobram. Eu fui durante quatro anos vereador da oposição e sei muito bem o que é que votava. Portanto, façam as críticas, façam o que quiserem mas há que ter seriedade nisto. Porque o senhor deputado Miguel Durães chegou aqui, fez uma série de insinuações ao senhor presidente, acho que está muito longe para ter essa dimensão política, deve-se submeter à votação e a sufrágio dos barcelenses e quando começar a submeter-se ao sufrágio dos barcelenses e saber que os barcelenses não lhe conferem a maioria para o eleger saberá talvez ter uma postura atual. Isso até me levaria, talvez, a lembrar quando era miúdo, lembro-me do tempo da categuese e de ir à missa, quando faziam os sermões naqueles eventos religiosos, quando saía: – "Então, senhora Maria, gostou do sermão?". – "Gostei muito mas não percebi nada". Foi aquilo que eu também compreendi da sua intervenção. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor vice-presidente da Câmara. Tem a palavra o senhor deputado Nélson Brito, para direito de resposta. **DEPUTADO DO PS – Nélson Brito** – Senhor presidente, muito obrigado. É muito rápido, só para desfazer aqui um equívoco, porque o senhor deputado veio aqui manipular um bocadinho o seu discurso criando a ideia de que realmente dizemos uma coisa e depois fazemos outra. ---------Esta intervenção foi feita numa Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e oito, íamos ter eleições em dois mil e nove, e havia duas propostas que o Partido Socialista tinha apresentado, muito claras, uma delas era de facto a redução do IRS municipal e quantificava, e a outra era a eliminação da derrama e quantificava. E



depois dizia assim: "E como é que se financia?". É a diferença em relação ao Partido Comunista que só vem aqui dizer baixar, baixar, baixar e depois logo se vê. Não, aqui dizia assim muito claramente. É que as transferências do orçamento de Estado para o ano dois mil e nove iam aumentar um milhão de euros. Sabe o que é que este Governo fez? Cortou vários milhões. Foi uma grande diferença face a essa altura, compreende, senhor deputado? Mas está aqui escrito na mesma intervenção, tenho pena é que não tenha tido tempo para ler a intervenção toda, porque se tivesse lido tinha chegado à conclusão que afinal aquilo que foi dito em nada está incoerente, não há aqui nenhuma alteração de posição nem absolutamente nada. Isto é uma intervenção que está publicada no site do Partido Socialista de Barcelos, quem quiser pode lá ir lê-la com todo o àvontade.---------E já agora só terminava com uma citação. Dizia assim: "Este é o último orçamento municipal apresentado pela gestão PSD no horizonte temporal mais próximo". Ainda me lembro da gargalhada monumental que o senhor presidente da Câmara da altura deu e aqui a maioria que na altura o suportava quando eu disse esta frase. Mas, afinal, estava certo.~~~ PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Nélson Brito. Tem a palavra o senhor deputado Miguel Durães. **DEPUTADO DO PSD - Miguel Durães** - Eu vou ser muito rápido. Não tenho pejo nenhum...----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Ó senhor deputado, desculpe, no seu caso particular, e é a primeira vez que o faço, de facto devia ler o regimento, porque quando usa da palavra deve primeiro dirigir-se ao presidente da mesa da Assembleia Municipal. Portanto, faz favor de iniciar a sua intervenção como está estipulado no regimento. **DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães** – Eu tinha acabado de dizer que vou ser muito rápido, não tenho pejo nenhum em começar por dizer e a



cumprimentar o Presidente da Mesa, os Secretários, os Deputados, o Presidente da Câmara, mas obrigado pela lição, senhor presidente da Assembleia...-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Não, não é lição. É para de facto relembrar-lhe o regimento, como já fiz mais do que uma vez hoje ao senhor deputado Miguel Durães.----**DEPUTADO DO PSD - Miguel Durães** - Eu faço parte de muitos organismos públicos nacionais e internacionais e realmente estou habituado a regimentos. Eu posso ter a idade, aliás, há muito essa ideia de às vezes avaliarmos as pessoas pela idade e deviam avaliar por aquilo que nós dizemos, porque realmente até agradeço o facto de o senhor presidente da Câmara, senhor Miguel Jorge da Costa Gomes, peço-lhe imensa desculpa se o ofendi ao ponto de não me querer responder, mas também vi que seguiu o meu conselho e se não quis falar de IRS nem responder às perguntas que lhe fiz sobre o IRS é porque não sabia, pediu ao senhor vice-presidente para o fazer. -----Bem, sobre subir alto e sobre os meus companheiros, sobre a vida do PSD, realmente fico contente por vocês saberem e vocês quererem saber da vida do nosso partido, é um partido que respira saúde e que neste momento está pleno de energia positiva. Por isso, também fico contente por você saber e reconhecer que eu já subi muito alto. Eu já falei daqui muitas vezes em muitos congressos, é a primeira vez que o faço nesta Assembleia Municipal, mas também já o fiz em Assembleias de Freguesia, por isso não me menoriza em nada fazer este tipo de intervenções.---------Aliás, o que me pode menorizar, e não é de facto do meu estilo, é eu usar certas citações do próprio presidente. Se ele se sentiu ofendido são citações dele. Eu usei as citações de um bocadinho maniento porque ele já as usou, eu usei este tipo de citações porque verdadeiramente veio sempre



da parte dele e estou cansado de ouvir esse tipo de intervenções e acho que realmente para se ser sério não é preciso parecer-se, é preciso ser-se. ----Para terminar, vocês lançam muitas vezes este tipo... o hábito dos ralhetes, por poucas vezes lançam estes juízos ou suposições sobre as pessoas e sobre o seu caráter, realmente estão nesse direito porque o vosso presidente da Assembleia também o permite, mas eu estou aqui por voto e vontade populares...----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Desculpe, senhor deputado Miguel Durães. É capaz de especificar melhor o que quer dizer? **DEPUTADO DO PSD – Miguel Durares** – Estou a dizer que há bocado eu estava a fazer uma intervenção e estava uma série de pessoas daquela bancada a falarem e você não disse nada. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Não, desculpe, eu tenho exercido com isenção e tenho chamado à atenção. Portanto, senhor deputado, faz favor, tem que respeitar efetivamente o estatuto que está previsto. O senhor tem direito à sua intervenção democrática, mas não tem o direito de procurar ofender as pessoas que foram legitimamente eleitas. Faz favor. **DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães –** Eu não ofendi ninguém. Eu também fui legitimamente eleito e não posso ser ofendido. Essa é que é a questão.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Desculpe, mas o senhor está a ofender. Então faz favor de se concentrar no seu direito de resposta e terminar. **DEPUTADO DO PSD - Miguel Durães** - Mas eu estou a ofender agora quem?-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Desculpe, não posso ser mais claro em relação a isso. Faz favor de terminar a sua intervenção. **DEPUTADO DO PSD – Miguel Durães –** A questão ética e deontológica é precisamente esta: é que nós revemo-nos nos outros e temos esta ideia de às vezes olharmos para os outros e espelhámo-nos naquilo que



verdadeiramente fazemos diariamente. Por isso, a verdade é que se nós queremos ética temos que usá-la aqui e de todos os lados. Eu não tenho problema nenhum em usar ética e aquilo que eu falei foi sobre IRS. Ouvi falar sobre o Governo porque o Governo é o chapéu-de-chuva para muitas das desculpas e neste caso, esta medida em particular, não depende do Governo, depende deste executivo, este executivo se quisesse podia baixar o IRS. Essa é que é a questão. Por isso é que eu disse, quando não souberem responder, inovem, respondem por escrito. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado Miguel Durães. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo. DEPUTADO DA CDU - Mário Figueiredo - Muito obrigado, senhor presidente pela palavra que me concedeu, dizer o seguinte:---------Aquilo que o senhor deputado Nélson Brito veio fazer, aliás, é uma tática muitas vezes individual do Partido Socialista ou coletiva entre o Partido Socialista e o PSD de confundir acusações e depois no meio da confusão toda a gente sai incólume, ou seja, a culpa é de todos e não é de ninguém, foi aquilo que fez. Veio aqui, misturou alhos com bugalhos para ver se sai incólume nas suas próprias incoerências individuais e nas incoerências do Partido Socialista. ----Primeiro, dizer que eu em nenhuma circunstância aqui disse baixar, baixar os impostos como essa forma leviana como pôs. Se há aqui alguém que tem argumentado a posição que tem tido, em vez da acusação a terceiros, é o Partido Comunista Português. E se há aqui alguém que tem sido consistente ao longo dos anos e coerente igual a si, todos os anos, naquilo que defende é o Partido Comunista Português. Mas a minha resposta vai ser dada pelas suas palavras e pelas palavras do senhor Joaquim Barbosa. Intervenção na Assembleia Municipal de vinte e nove do doze de dois mil e oito, executivo PSD. "Em sede de executivo



camarário..." disse o senhor deputado Joaquim Barbosa "...o PS apresentou três propostas concretas...", e quais foram? "A diminuição da participação do município de cinco por cento para dois e meio por cento". Foi isso o que eu disse. E hoje vocês dizem o contrário. Mas há outra inconsistência que eu na altura nem referi: "Isenção da derrama". Outra aqui, suas palavras, também na mesma data: "Redução do IRS municipal para metade". Mas há outra: "Eliminação da derrama".----------Portanto, aquilo que você defendeu hoje aqui não foi a mesma coisa que defendeu em dois mil e oito, não pelas circunstâncias económicas e sociais serem diferentes, mas porque quem estava no executivo, quem estava no poder era outro partido e vocês estavam na oposição. A única coisa que mudou foi isso. E você vem aqui misturar alhos com bugalhos para fugir às suas responsabilidades. E, ao contrário daquilo que eu disse da outra vez, eu assumo tudo o que digo, mas o senhor parece que tem dificuldades em assumir tudo o que diz.~~~~~~ -----Mas eu não quero deixar de terminar, até porque tenho dois minutos e meio, para fazer um protesto à forma como tem sido conduzida esta Assembleia Municipal. E vou-lhe dizer porquê, senhor presidente da Assembleia. -----O senhor vice-presidente estava aqui a fazer a sua intervenção e estava a ser interrompido por um deputado e você, e bem, chamou a atenção do deputado, mas quando eu estava a fazer a minha intervenção e o senhor deputado Nélson Brito estava-me a interromper o senhor foi a mim que me mandou calar.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Desculpe. Está-se a referir quando?----**DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Há bocado quando eu fiz a minha intervenção exatamente sobre este ponto. **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Desculpe, mandámos evitar o diálogo.~~~~ **DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Senhor presidente, é um



| protesto que eu estou a fazer que me e legitimo e acho que e justo. Voce |
|--------------------------------------------------------------------------|
| deve evitar o diálogo como fez com o senhor vice-presidente, mandando |
| calar o lado de lá. Mas quando foi a minha intervenção você mandou-me |
| calar a mim. |
| Muito obrigado, senhor presidente |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, tive o mesmo |
| procedimento. Desculpe, talvez no calor da sua intervenção não tivesse a |
| frieza para ter verificado isso, mas tive o mesmo procedimento. Tem a |
| palavra o senhor vice-presidente da Câmara, para direito de resposta |
| VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Obrigado, senhor presidente. Eu |
| naturalmente queria-me dirigir ao senhor deputado Miguel Durães, não |
| está na sala, naturalmente que vou prescindir e dir-lhe-ei isso noutra |
| altura |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vice-presidente |
| Vamos passar à votação do ponto número quatro! |
| Quem vota contra faz favor de se levantar. |
| ~~~~~(Vinte e seis, sendo catorze do PSD, sete do MIB, três do CDS-PP, |
| um do BE, um do PPM) |
| Quem se abstém faz favor de se levantar. |
| (Dois do PSD) |
| Aprovado por maioria com vinte e seis votos contra e duas |
| abstenções. |
| Vamos passar ao ponto número cinco da ordem do dia |
| SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a saída do município de Barcelos da Cooperativa |
| TUREL – Turismo Cultural e Religioso. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve? |
| Tem a palavra a senhora deputada Ana Paula Carreira. |

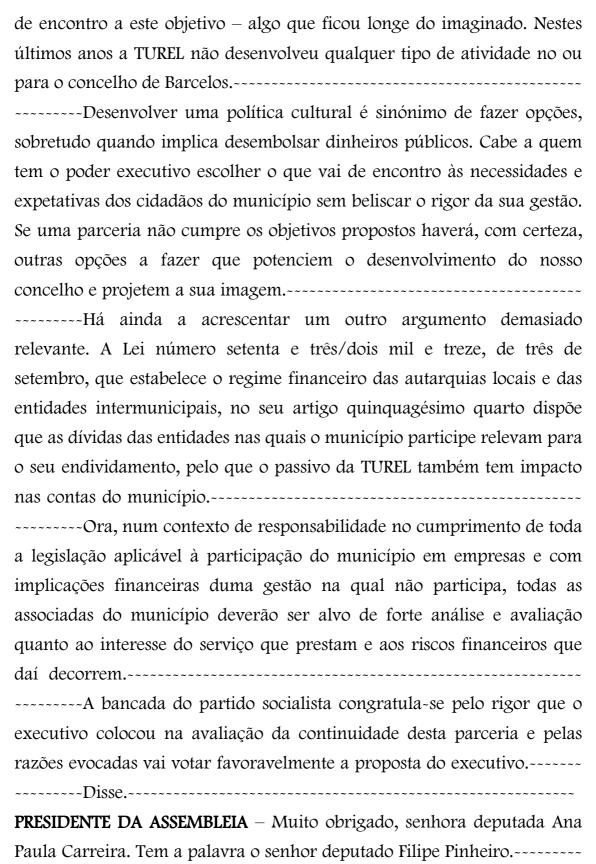


DEPUTADA DO PS – Ana Paula Carreira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Excelentíssima Senhora Secretária Excelentíssimo Senhor Secretário da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, restantes Membros da Assembleia, Digníssimo Público e Comunicação Social.~~~~ -----No início desta legislatura o atual Governo surpreendeu os portugueses com a extinção do Ministério da Cultura ou, se preferirem, pela sua substituição por uma Secretaria de Estado da Cultura. ----------A leitura que resultou deste facto parece demasiado óbvia: a cultura, em Portugal, foi despromovida e revelou claramente uma opção política na condução do destino do desenvolvimento integral do país, contrariamente às políticas culturais nos países que hoje atingiram um elevado nível de desenvolvimento global. A cultura, reduzida a uma Secretaria de Estado, acaba por se tornar instrumental e ornamental, o que não vai de encontro ao seu valor intrínseco e à sua natureza, logo transforma-se em tudo o que não deve ser. -----A cultura, pelo seu contacto, transforma os indivíduos, abre horizontes e é capaz de desenvolver o potencial máximo que cada um tem. Caberia assim ao Ministério da Cultura o papel de garantir, aos cidadãos, o contacto com uma série de expressões importantes para que os cidadãos se transformem e se constituam, eles próprios, fonte de sinergias no seu relacionamento interpessoal, capaz de transformar a sociedade numa sociedade mais esclarecida, mais justa, competente e melhor. É fundamental que o Estado seja o garante da democratização da cultura facultando o livre acesso a todos. ------Hoje, a cultura, usa-se num conceito muito alargado, que envolve por exemplo as indústrias criativas, e que se tem provado através de estudos económicos que são uma fonte de riqueza para o país. Riqueza



esta que parece ainda estar demasiado subaproveitada por falta de políticas que fomentem estas práticas. ----Todos conhecemos e sentimos, no dia a dia, a conjuntura sócioeconómica precária em que nos encontramos mas, não nos parece, até pelas razões evocadas anteriormente, que fique justificada uma escolha que despromova a cultura do lugar onde deveria estar. O Estado, até por uma questão simbólica, deveria dar sinais aos cidadãos do patamar onde quer que ela esteja.----~~~~~Contrariamente aos sinais vindos do Governo, a Câmara Municipal de Barcelos, no mandato anterior, começou a desenvolver uma política de desenvolvimento cultural do concelho através da criação de eventos potenciadores da criação de rotinas de consumo, deste tipo de atividades, de que são exemplo o ciclo de concertos temáticos para divulgação também do nosso património arquitetónico. ----Neste mandato, a Câmara Municipal de Barcelos foi mais longe ao atribuir um pelouro a "solo" à cultura. O PS congratulou-se por ver cumprida assim uma componente da sua matriz ideológica: a valorização da cultura em todas as suas dimensões. ~~~~Esta nota introdutória serve para contextualizar reconhecimento da nossa bancada à idoneidade desta Câmara na decisão que nos propõe de cessar o acordo de cooperação ou parceria com a Cooperativa TUREL – Turismo Cultural e Religioso. ~~~~~O município de Barcelos integra a TUREL desde dezassete de fevereiro de dois mil e seis, com uma participação de cinco mil euros e uma jóia de cem euros. Aquando da sua adesão estava subjacente um conjunto de atividades de âmbito turístico e cultural que não foram alcançados e que cabe ao município objetiva e responsavelmente avaliar. O turismo cultural implica necessariamente um esforço de dar a conhecer o nosso património, a nossa identidade e a criação de atividades que vão







| DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro - Excelentíssimos Senhores. |
|------------------------------------------------------------------------------|
| Relativamente a esta proposta |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA $-$ Ó senhor deputado, desculpe, eu tenho |
| também de lhe relembrar o regimento, portanto, tem que se dirigir ao |
| presidente da mesa da Assembleia Municipal. |
| DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Senhor presidente, então fazia |
| um ponto de ordem à mesa, faz favor de me esclarecer onde é que no |
| regimento diz que todas as vezes que faço uma intervenção tenho que o |
| cumprimentar. Eu acho que quando cheguei aqui na primeira |
| intervenção cumprimentei-o, como cumprimentei toda a gente |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - O regimento diz que quando os |
| deputados intervêm têm que se dirigir em primeiro lugar ao presidente da |
| mesa da Assembleia Municipal ou à mesa da Assembleia Municipal, |
| obviamente subentende-se isso |
| DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro - Eu cumprimentei-o, mas não |
| tenho problema nenhum em cumprimentá-lo todas as vezes que vier |
| aqui, senhor presidente. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – E depois faz favor então, se quiser, pode |
| reler, tenho aqui o regimento. Faz favor. |
| DEPUTADO DO CDS-PP - Filipe Pinheiro - Sim, mas gostaria que me |
| dissesse aonde, sinceramente não interpreto dessa maneira. Mas de todas |
| as vezes que vier aqui com todo o gosto o cumprimentarei. |
| Relativamente a esta proposta eu passo a ler aqui partes desta |
| proposta, como são partes se realmente alguém achar que estou a tirar- |
| lhe o contexto que me corrija, que não é essa a intenção. Passo a ler:~~~~~ |
| ~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~ |
| fevereiro de dois mil e seis () Estava subjacente um conjunto de |
| atividades () Porém, ao longo dos anos não se realizaram".~~~~~~ |
| ~~~~~Estamos em dois mil e catorze decorreram praticamente oito |



anos e meio sobre esta adesão. Continuo a ler:----------"Por outro lado (...) as dívidas das entidades nas quais o município participe relevam para o seu endividamento, pelo que o passivo ----Ora, o que entendemos aqui é duas coisas, que também acho que já foi dito aqui: esta associação em que nós estivemos integrados durante oito anos e meio não fez nada e tem um passivo que nós vamos ter que pagar em parte. Além disso, ainda há aqui uma participação de cinco mil euros e uma jóia de cem euros, o que dá a impressão que o que está aqui é que a nossa participação vamos ficar sem ela. ----Ora, o que eu gostaria, e perdoe-me o deputado Joaquim Barbosa, eu vou fazer outra vez perguntas, que eu acho que são legítimas, que nós gostaríamos de saber quais foram as dinâmicas, para concretizar os objetivos quando nós integrámos esta associação, que foram desenvolvidas para que realmente nós continuássemos durante oito anos e meio nesta associação, se não foram desenvolvidas nenhumas dinâmicas, porque era a nossa perspetiva quando integrámos esta associação. Porque é que estivemos oito anos e meio? Quem é a responsabilidade disto? Qual é o passivo? Quanto é que realmente, pelo que eu estou a ver aqui, nós vamos ter que pagar? Porque não diz aqui quanto é que nós vamos ter que pagar, ou melhor, diz aqui que vamos ter que pagar, mas não diz aqui qual é o valor que vamos ter que pagar. Isto acho que é importante esta Assembleia saber. Saber quanto é que vamos ter que pagar e porque é que vamos ter que pagar. Isto é importante. Logicamente por este figurino o CDS-PP vai votar a favor, porque estamos numa associação que não faz nenhum trabalho em Barcelos e além disso ficámos sem a participação e ainda vamos ter que pagar um passivo, logicamente que nós vamos ter que votar a favor. Mas gostaríamos de saber porque é que demorou oito anos e meio a tomar-se uma decisão destas, porque é que não houve



| nenhuma dinâmica durante estes oito anos e meio que fossem |
|---------------------------------------------------------------------------|
| implementadas ações em Barcelos relativamente a esta associação e |
| realmente também gostaríamos de saber quanto é que vamos pagar.~~~~ |
| Tenho dito. |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Filipe |
| Pinheiro. Queria-lhe referir que relativamente ao regimento é no artigo |
| décimo sexto, ponto número um, que diz: |
| "Modo de usar a palavra. |
| No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao presidente da |
| Assembleia Municipal, ao presidente da Câmara Municipal, vereação e |
| membros da Assembleia" |
| Como deve observar, eu tenho sempre retribuído aos senhores |
| deputados desta Assembleia. |
| Tem a palavra a senhora deputada Joana Garrido |
| DEPUTADA DO PSD – Joana Garrido – Excelentíssimo Senhor Presidente |
| da Assembleia, Excelentíssima Senhora Secretária, Senhor Secretário, |
| Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e |
| Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo |
| Público |
| Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, no que |
| respeita à saída do município da Cooperativa TUREL, não pomos em causa |
| a decisão nem aqui a vimos contestar, até porque vamos votar |
| favoravelmente tratando-se de uma decisão de gestão que é. Trata-se de |
| um assunto importante relativo ao turismo religioso e por isso mesmo |
| merecedor da nossa atenção. |
| Um dado incontestável prende-se com as potencialidades do |
| setor do turismo como área de crescimento que contraria o cenário de |
| crise que enfrentamos |



| Por isso, é fundamental centrar as atenções neste setor e |
|----------------------------------------------------------------------------|
| procurar a melhor forma de contribuir para o crescimento económico, |
| aproveitando as oportunidades que os portugueses poderão encontrar |
| utilizando todos os recursos que o turismo nacional dispõe |
| Assim, o turismo pode ser e é com certeza uma alavanca para |
| projetar todo o potencial de uma região |
| Vivemos num país que apresenta uma oferta turística muito |
| variada e diversificada e bastante atrativa para quem nos visita e para os |
| próprios portugueses que muitas vezes optam por fazer férias dentro do |
| seu próprio país, usufruindo de uma riqueza natural, cultural, |
| patrimonial, gastronómica, entre outras, o que faz de Portugal um dos |
| primeiros destinos de férias. |
| E esse valor acentua-se quando falamos do destino Porto e Norte |
| de Portugal, no qual estamos inseridos. |
| Por outro lado, quando falamos de turismo não falamos apenas |
| de férias, pois turismo significa muito mais |
| Através da aposta neste setor surge cada vez mais o interesse em |
| áreas como a gastronomia, a natureza, o ambiente, o património, a |
| cultura e a religião |
| Um bom exemplo desta oferta atrativa é o turismo religioso que |
| atrai cada vez mais visitantes que procuram o nosso país com o objetivo |
| de conhecer e contactar com a nossa religiosidade tão caraterística do |
| povo português. |
| ~~~~~Com o turismo religioso as pessoas têm como motivação |
| principal a sua fé fazendo muitas vezes a sua viagem uma peregrinação a |
| locais onde se realizam acontecimentos religiosos e outras vezes apenas |
| para conhecer esses locais. |
| ~~~~Como exemplo deste potencial falamos dos caminhos de Santiago |
| que apresentam cada vez mais seguidores, pois muitas são as pessoas que |



| diariamente percorrem estes caminhos atribuindo uma dimensão cada |
|--------------------------------------------------------------------------|
| vez maior ao turismo religioso. |
| Outro dado importante a registar é o facto do turismo religioso |
| ter representado no ano de dois mil e doze dez por cento dos fluxos |
| turísticos em Portugal, com tendência de crescimento. |
| Este é um produto estratégico que merece ver o seu potencial |
| reconhecido para o desenvolvimento estratégico de uma determinada |
| região ou de um determinado local |
| Para além disso, destaca-se o facto do turismo religioso ter sido |
| considerado um produto estratégico no âmbito do Planto Estratégico |
| Nacional do Turismo, o PENT, e este foi sem dúvida um reconhecimento |
| fundamental para este setor e um passo de gigante. |
| Barcelos bem se pode orgulhar de ter a possibilidade de |
| desenvolver o turismo religioso dado o potencial que apresenta nesta |
| área |
| Por tudo isto, perguntamos quais são as ideias e as alternativas |
| que o município pretende apresentar no âmbito da promoção do turismo |
| religioso, uma vez que não há dúvidas da importância que esta vertente |
| do turismo representa para a nossa região e mesmo do seu papel |
| promissor na revitalização do turismo cultural. |
| Muito obrigada |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada Joana |
| Garrido. Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?~~~~~ |
| PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Apenas |
| um ou outro esclarecimento e dizer ao senhor deputado Filipe Pinheiro |
| que a integração não foi feita por este executivo, foi feita no passado, |
| naturalmente foi feita com os objetivos da promoção do turismo religioso |
| e, como bem disse a senhora deputada Joana Garrido, é de facto um dos |
| setores que devemos acarinhar. O problema é que esta organização, a |



Cooperativa TUREL, eu diria que não produziu o efeito que eu penso que foi aquilo para o qual se iniciou esta parceria da Cooperativa. ----Portanto, para dizer que consideramos naturalmente o turismo religioso muito importante como uma área económica, como dentro do turismo, e bem, também concordo com o que disse, que o turismo não é só férias, há hoje ideias completamente diferentes do que é o potencial económico do turismo e da criação de postos de trabalho. Portanto, o município está preparado para isso, estamos a fazer neste momento o guia turístico onde está naturalmente evidenciado o património e a arte sacra, que também, como sabe, temos feito uma aposta muito clara e muito objetiva nos caminhos de Santiago. Temos tido várias iniciativas porque consideramos também de facto os caminhos de Santiago um tipo de turismo religioso com um potencial enorme para o nosso município.~~~~~ -----Portanto, articulado naturalmente com outros interesses de áreas turísticas do município, estamos a apostar nesse turismo, embora de facto a TUREL não tem feito grande intervenção e, como sabem, toda a consequência de endividamento da instituição repercute-se no município proporcionalmente à participação que tem. E de facto ultimamente a instituição não tem andado bem, tem um endividamento elevado, e uma vez que não produziu o efeito para o qual houve a inscrição o executivo, a bem de uma gestão rigorosa, entendeu abandonar a instituição, fazendo naturalmente o seu caminho respeitando aquilo que é naturalmente o turismo religioso e as necessidades do município. -----Muito obrigado.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Vamos passar à votação do ponto número cinco!----------Quem vota contra, faz favor, levanta-se. -----(Ninguém)----------Quem se abstém, faz favor, levanta-se.



(Gabinete do Presidente)

| (Ninguém) |
|---------------------------------------------------------------------------|
| Aprovado por unanimidade |
| Vamos passar ao ponto número seis da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar autorização para os encargos plurianuais |
| decorrentes da contratação de fornecimento contínuo de combustíveis |
| rodoviários para a frota do município |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições! Quem se |
| inscreve para usar da palavra? |
| Vamos passar à votação! |
| Quem vota contra levanta-se, por favorQuem vota contra levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém levanta-se, por favorQuem se abstém levanta-se |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade |
| Vamos passar ao ponto número sete da ordem do dia |
| SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a prorrogação do prazo de homologação da lista de |
| classificação final dos procedimentos concursais constantes do documento |
| anexo |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições! Quem |
| pretende usar da palavra faz favor de se inscrever. |
| Tem a palavra a senhora deputada Susana Araújo |
| DEPUTADA DO PSD – Susana Araújo – Excelentíssimo Senhor Presidente |
| da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e |
| Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhores |
| Jornalistas, Senhoras e Senhores aqui presentes, muito boa-noite |
| Esta é a quarta vez, num espaço de dois anos, que se traz a |
| discussão e votação a proposta de prorrogação do prazo de homologação |



da lista de classificação final dos procedimentos concursais. -----Independentemente da posição do grupo municipal do PSD, cremos que é importante, mais uma vez, perceber quanto tempo mais se vai andar a adiar o que parece inadiável. Estamos, reafirmo, na quarta prorrogação de um concurso de pessoal. Concurso esse que, embora fosse lançado antes da Lei do Orçamento de Estado de dois mil e treze, foi aberto num período em que a taxa de desemprego já tinha atingido, infelizmente, os quinze vírgula cinco por cento, a mais alta até essa data, que já havia todo um sem número de constrangimentos económicofinanceiros, e como tal já se teria que conjeturar alguns condicionamentos no que toca a contratação de pessoal. Inclusive, a troika em dois mil e onze já previa metas de redução de pessoal e restrições de recrutamento. Obviamente que não queremos com isto aqui dizer que a Câmara teria que adivinhar as especificidades da lei que viria, mas atendendo à conjuntura à data, o cenário nunca poderia ser o melhor. Aliás, se pensarmos que o concurso foi aberto em outubro de dois mil e doze, e se pegarmos na lei, mais concretamente no artigo quarenta e oito, já estava previsto, nesse mesmo artigo, a redução de trabalhadores em um por cento para as Câmaras que tinham reduzido dez por cento ou mais desde dois mil e nove, e em dois por cento para as Câmaras que tinham reduzido em menos de dez por cento os trabalhadores, portanto, a Câmara já sabia com o que contar. -----Daí que lançar as culpas única e exclusivamente para o Governo não será de todo sensato, porque realço mais uma vez que o concurso foi criado pela Câmara e foi criado num clima de crise. E sim, todos aqui já sabemos que tal se deve em parte à redução de dois por cento do pessoal, exigida pelo Governo do qual o partido do meu grupo municipal faz parte, sim já sabemos isso tudo. Mas também sabemos que quem abriu este concurso não foi o Governo, foi a Câmara Municipal, e como tal é



exigível que dêem uma justificação para estas prorrogações cujos prazos já não parecem razoáveis. E não parecem razoáveis porque se dois anos para qualquer cidadão já é imenso tempo, imagine-se para um cidadão desempregado, que cria expetativas, mas que a única coisa que consegue nestes dois anos é uma prorrogação dessas mesmas expetativas. Foram três mil e duzentas e cinquenta pessoas que criaram expetativas. -----Concluindo, sabemos que há condicionalismos, sabemos que havia os rácios para atingir e que para isso foi necessário mais tempo, mais prorrogações... mas sabemos também, e foi dito em novembro de dois mil e doze que os encargos previstos nestas contratações estariam previstos no orçamento e como tal, para esses concursos serem abertos, a Câmara até teria reduzido em mais de dez por cento o número de trabalhadores comparativamente a dois mil e nove, resta saber agora o que falta para finalizar os concursos, até quando, visto que começa a parecer irresolúvel. E também importa esclarecer como e de que forma têm solucionado aquilo que há dois anos foi um dos motivos para se abrir o concurso: a não existência de trabalhadores disponíveis para exercerem as funções exigidas. -----Obrigada.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada Susana Araújo. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----**PRESIDENTE DA CÂMARA** – Pretendo, senhor presidente, mas delego no senhor vice-presidente. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Senhor vice-presidente, faz favor.----VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restantes Colegas Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus

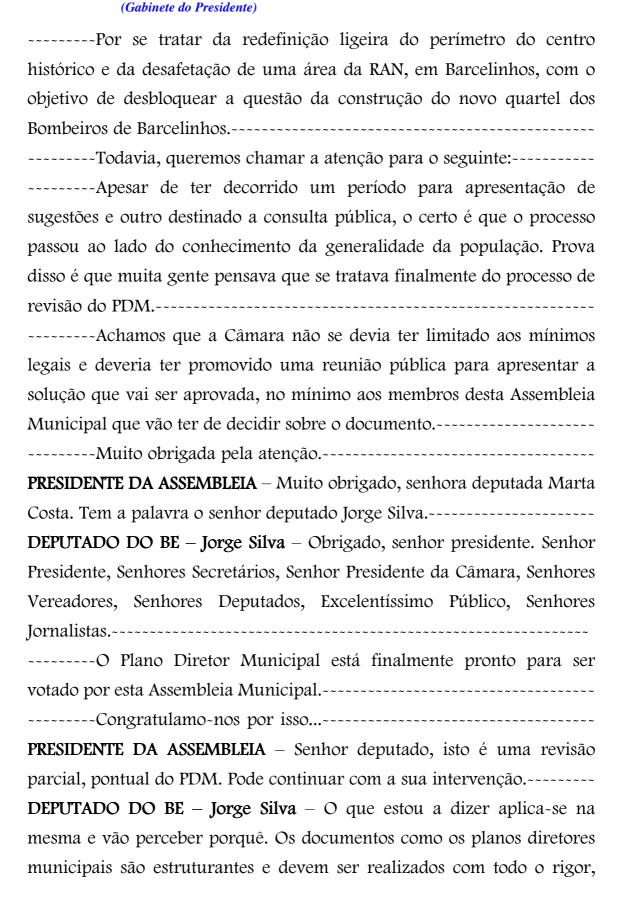


Senhores.---------Lamento ter que contrariar a senhora deputada Susana Araújo, eu tenho o pelouro dos recursos humanos e não é assim como diz, nem pouco mais ou menos, mas também não temos que saber tudo na vida, não é? E posso-lhe dizer que isto faz todo o sentido porque nós temos a expetativa, a gestão dos recursos humanos, como sabe, é dinâmica e o município está atento a todo o momento a ver qual é a possibilidade de admitir pessoal. -----Estes concursos que foram abertos em dois mil e doze têm tido uma gestão em função das necessidades mais prementes em cada área, eu posso-lhe dizer, e se estiver atenta à informação escrita, isso foi votado por unanimidade nas reuniões do executivo municipal, nós nestes últimos meses, ao longo deste ano, admitimos cerca de dez funcionários mercê dos concursos que estavam abertos, e esta prorrogação é exatamente para manter esta expetativa que temos, porque agora eventualmente poderá haver mais um ou outro concurso que vão começar as provas e em função das vagas que existirem o município está atento e vai admitir mais pessoal.---------Portanto, desde que nos permita nós temos que de facto reduzir dois por cento ao ano de pessoal, temos cumprido religiosamente senão o município será punido através das transferências dos fundos municipais, como sabe, e há muitas pessoas que saem para a reforma através da mobilidade, tem acontecido, temos feito esta gestão, e estes concursos estão abertos, vão-se manter eventualmente, vamos apresentar o orçamento, e vão estar previstas novas vagas porque o que hoje acontece pode amanhã não acontecer. E naturalmente o município tem setores que precisa de admitir pessoal, é só essa possibilidade acontecer, nós estamos atentos e desde que haja possibilidade continuaremos a fazer e a optar pelo recrutamento de pessoal, de muitos jovens, são na esmagadora



| maioria jovens que têm ingressado nos quadros do município, é isso que |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| iremos continuar a fazer. A prova é da validade desta proposta, foi-lhes já |
| respondido que este ano devem ter entrado à volta de dez pessoas fruto |
| desses concursos que tinham sido abertos |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vice-presidente |
| da Câmara |
| Vamos passar à votação do ponto número sete! |
| Quem vota contra, faz favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, faz favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade |
| Vamos passar ao ponto número oito da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal de alteração do Plano Diretor Municipal de Barcelos. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, façam o favor de se |
| inscrever quem pretender usar da palavra! |
| Senhora deputada Marta Costa, faz favor de usar da palavra |
| DEPUTADA DO MIB – Marta Costa – Excelentíssimo Senhor Presidente da |
| Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores |
| Vereadores, Caros Colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa-noite. |
| Apesar de já ser longa, continuação de boa-noite |
| O grupo municipal do Movimento Independente por Barcelos |
| vota favoravelmente esta proposta, aliás, no mesmo sentido em que o fez o |
| nosso vereador, pelas seguintes razões: |
| Por se tratar de alterações pontuais ao regulamento no sentido de |
| clarificar alguns artigos do mesmo, com o objetivo de solucionar algumas |
| situações pendentes nomeadamente o Teatro Gil Vicente' |



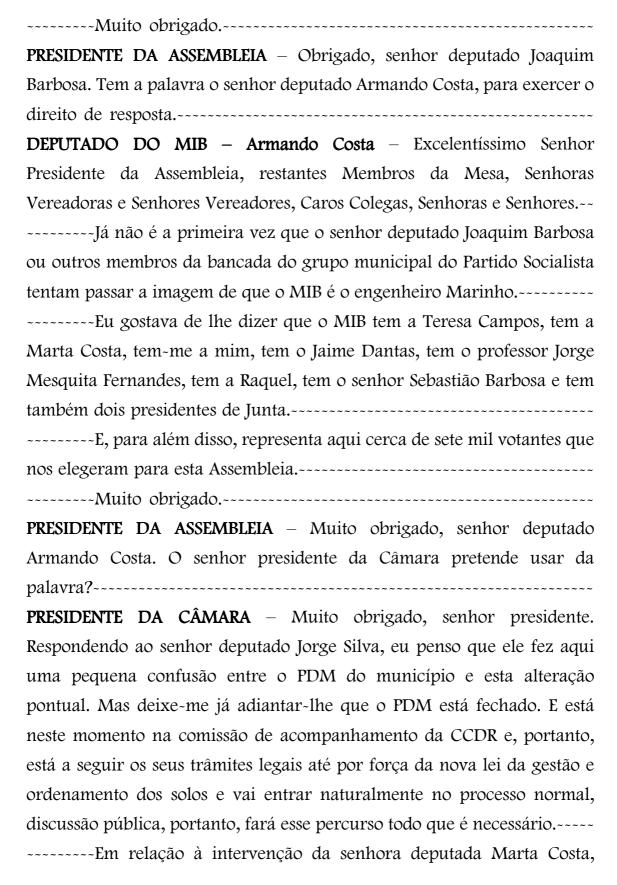




| como terá sido este, e procurando o máximo de contributos da população |
|------------------------------------------------------------------------------|
| e das instituições |
| ~~~~Olhando para o processo que nos foi apresentado, verificamos |
| que a lei foi cumprida |
| A divulgação obedeceu aos trâmites legais e não houve nenhuma |
| proposta da parte do público. Portanto, foi publicado no Diário da |
| República, foi publicado num jornal local, Jornal de Barcelos, por sinal |
| não é o mais lido no concelho, foi publicado um aviso nas instalações da |
| Casa do Rio, foi divulgado no sítio da Câmara Municipal de Barcelos. |
| Portanto, em termos políticos parece-nos que não basta cumprir |
| a lei |
| Eu como cidadão e muitos cidadãos e cidadãs de Barcelos |
| recebemos inúmeros <i>e-mails</i> enviados pela Câmara Municipal de Barcelos |
| nas nossas caixas de correio eletrónico, é sobre inaugurações, protocolos, |
| exposições, espetáculos no TGV, etc., etc. Eu como cidadão fico satisfeito |
| por receber essa informação. Se não gostar apago e se quiser fico a saber o |
| que aqui se passa. |
| A minha pergunta é esta: quando queremos que os cidadãos e |
| cidadãs do concelho, as pessoas todas, participem mais na política e nas |
| tomadas de decisão e dêem contributos, porque é que não usamos esse |
| meio também para divulgar este documento? |
| Obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Jorge |
| Silva. Tem a palavra o senhor deputado Joaquim Barbosa. |
| DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, |
| Ilustre Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, |
| Senhores Deputados. |
| Esta alteração ao Plano Diretor Municipal, e não se trata, |
| portanto de nenhuma revisão é porque de facto havia que corporizar em |



termos de alteração aquilo que anteriormente foi feito e que não estava de acordo com o Plano Diretor Municipal. E isto deve-se à gestão, não obviamente do Partido Socialista, mas que já vem do passado, e que tem um responsável que por acaso não está aqui hoje presente, mas que é o engenheiro Marinho. E nessa perspetiva nós compreendemos que o MIB naturalmente só poderia votar a favor desta proposta. ----Esta proposta visa integrar dentro do perímetro urbano da cidade de Barcelos, nomeadamente na parte sul do Cávado, uma zona de reserva agrícola, onde foi construído o loteamento da Quinta do Egipto. Portanto, é disso que estamos a falar, numa das três partes correspondentes à alteração do regimento que agora fazemos. -----E a outra grande alteração tem que ver com o Teatro Gil Vicente. Penso que quem leu o documento também teve isso presente. -----Os serviços camarários, a quem eu dou os parabéns, foram de facto bastante competentes e engenhosos aqui na fundamentação que conseguiram encontrar para legalizar o Teatro Gil Vicente que, como todos os senhores deputados sabem, como sabem os barcelenses, esteve em risco de ser demolido.----------Portanto, o Partido Socialista quer antes de mais saudar a Câmara por esta iniciativa, compreende que esta alteração não poderia esperar pela revisão que creio está na sua fase final, e, portanto, apelo a esta Assembleia para que aprove esta proposta. -----Gostaria ainda também de perguntar ao executivo e uma vez que sei que o Plano Diretor Municipal está na fase final, também que, se possível, informe esta Assembleia daquilo que falta realizar para a sua conclusão. -----Portanto, insisto, esta aprovação era necessária e visou legalizar situações que não estavam legais, cujos despachos não estavam legais e que agora se procura corrigir.-----





deixe-me dizer-lhe que esta alteração pontual foi para corrigir uma série de coisas graves que vinham do passado e que não se queira dar a entender que foi por causa dos bombeiros, os bombeiros foi consequente. Há aqui um problema muito grave também da chamada Quinta do Egipto. Mas essencialmente uma das coisas que teve que ser corrigida, que o senhor deputado Joaquim Barbosa disse que corria riscos de ser demolido, não, corre riscos de ser demolido e, digamos, a justiça percebeu a complexidade deste processo, a demora deste processo, e o senhor juiz decidiu suspender a execução da sentença, porque aquilo que estava tudo preparado era para demolir a parte superior do Teatro Gil Vicente. E estes processos do PDM são de facto muito, muito dolorosos, têm burocracias extensas, é muito técnico, estamos a falar também da zona histórica, portanto, foi muito complexo. ----E também dizer ao senhor deputado Jorge Silva que este documento esteve no site do município e qualquer cidadão teve acesso a este documento no âmbito daquilo que está determinado por lei na respetiva discussão pública.----------Portanto, penso que com esta formalização neste momento estamos numa fase final de um processo que demora há muito tempo, é um facto, mas para o qual o executivo não tem culpas absolutamente nenhumas, porque de facto é um processo muito complexo e decidimos avançar precisamente porque o PDM do município atrasou um bocadinho por outras razões, porque houve aqui muitas resistências quer da Reserva Agrícola, quer da Reserva Ecológica. Isso é que acabou por demorar um bocadinho, porque entendíamos que deviam ser acauteladas uma série de ilegalidades de construções que vinham de trás e tentámos introduzir, infelizmente algumas não conseguimos, porque houve uma resistência muito grande da Reserva Ecológica pelo menos, mas é no fundo um bocado olhar para o problema e fazer de conta que ele não existe, virar a



| cara ao lado, mas ele está lá. Portanto, tentámos a todo o custo, neste |
|---------------------------------------------------------------------------|
| momento, por consequência da nova lei dos solos, tivemos mesmo que |
| concluir o PDM, porque senão corríamos o risco, se não o concluísse, de |
| ter que fazer novo PDM e isso de facto não era possível. |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor presidente da |
| Câmara |
| Vamos passar à votação do ponto número oito! |
| Quem vota contra, faz favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, faz favor, levanta-se |
| (Um da CDU) |
| Aprovado por maioria com uma abstenção |
| Tem a palavra o senhor deputado José Novais, para declaração |
| de voto. |
| DEPUTADO DO PSD - José Novais - Senhor Presidente, Senhores |
| Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras |
| e Senhores Deputados |
| Efetivamente o Partido Social Democrata votou a favor porque |
| trata-se de um procedimento imperativo para a correção de algumas |
| necessidades decorrentes nesta área, mas a minha intervenção é no |
| sentido de rejeitar a carga negativa que nalgumas intervenções foi |
| colocada sobre a gestão anterior. |
| Compete pura e simplesmente à administração do momento, que |
| é do Partido Socialista, promover a correção daquilo que necessita de ser |
| corrigido, e nada mais |
| Agora, pretender transformar a análise deste ponto numa análise |
| crítica e negativista sobre dois pontos em concreto da gestão anterior |
| rejeitamos categoricamente essa visão. |

| Obrigado |
|---------------------------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José |
| Novais. Faz favor, senhor presidente da Câmara. |
| PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, se me permite, eu gostava |
| de dar aqui dois esclarecimentos ao senhor deputado José Novais. C |
| senhor deputado José Novais esquece-se que o loteamento do Egipto, que |
| vem do executivo anterior, está no Ministério Público por força da |
| Inspeção Geral da Administração Local. |
| E não pode esquecer que a cerce do Teatro Gil Vicente é uma |
| ilegalidade que foi cometida no exercício anterior. |
| ~~~~Nós tentámos foi resolver um problema que os senhores nos |
| deixaram, não foi este executivo. Não é uma obrigação. Era uma |
| obrigação se os senhores tivessem feito tudo legal! Não o fizeram, nós |
| tivemos que legalizar |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da |
| Câmara.~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~ |
| Vamos então passar ao ponto número nove da ordem do dia |
| SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal para o |
| domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de |
| trezentos e um vírgula trinta e seis metros quadrados, sita no lugar da |
| Costa, freguesia de Martim. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições! |
| Senhor deputado Joaquim Barbosa, faz favor de usar da palavra |
| DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia |
| Ilustre Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, |
| Senhores Deputados |
| Nós oruno municinal e naturalmente os restantes orunos |



municipais receberam excecionalmente antes do início da Assembleia a informação anexa a este ponto da ordem de trabalhos que não tínhamos inicialmente e, dentro do tempo que tivemos disponível, estivemos a ler esta informação em anexo que a Câmara Municipal produziu e não posso deixar de colocar, até porque vamos naturalmente votar de seguida esta proposta, aqui uma dúvida que peço ao senhor presidente da Câmara que, se possível, esclareça esta Assembleia. ----Este terreno foi avaliado pelos serviços camarários, em dois mil e cinco, em quarenta e sete mil e trezentos euros. ----Em dois mil e seis, foi comprado pela Câmara Municipal pelo valor de noventa e oito mil e quinhentos euros. -----E perdoem-me, de facto isto é uma análise muito simplista, que certamente o é, e daí considerarmos ser necessário algumas informações adicionais, se possível. -----Portanto, uma avaliação em dois mil e cinco de quarenta e sete mil e trezentos euros, a compra pela Câmara Municipal por noventa e oito mil e quinhentos euros e agora o que é proposto a esta Assembleia é que passe para o domínio privado do município, para depois ser alienado,---------E ao ser alienado este terreno cujo valor de venda que a Câmara propõe é, salvo erro, de catorze mil euros, mas que o comprador também pelos vistos não concorda, está avaliado pelos serviços camarários entre quinze mil, seiscentos e setenta e três ponto oitenta e um euros e treze mil, duzentos e cinquenta e nove ponto seis euros. Ou seja, há aqui uma desvalorização muito significativa, mas há aqui sobretudo, parece-nos, uma diferença ainda muito mais significativa pesa esta desvalorização que é patente na avaliação que os serviços camarários fazem e que parece correta, mas entre o valor destas duas avaliações em diferentes momentos do tempo e a compra num ano a seguir a uma das avaliações que foi de



| noventa e oito mil e quinhentos euros. |
|---------------------------------------------------------------------------------------|
| Por isso eu pedia então, se possível, ao senhor presidente da |
| Câmara os esclarecimentos que entender adequados.~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~ |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado |
| Joaquim Barbosa. Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva |
| DEPUTADO DO CDS-PP - Firmino Silva - Excelentíssima Mesa, |
| Excelentíssima Câmara. |
| Duas questões muito simples: |
| A primeira, para manifestarmos aqui o nosso protesto. Isto vem |
| na sequência precisamente da proposta que nós apresentámos no início |
| desta sessão. Ou seja, o Partido Socialista acusou-nos de não |
| apresentarmos uma proposta completa. Portanto, nós agora só vimos aqui |
| dizer que esta proposta que nos foi feita chegar à mão não foi completa, |
| só hoje é que nos entregaram a informação que vem anexa à proposta |
| Em relação à proposta que aqui está, sinceramente nós não |
| percebemos o porquê desta informação anexa. Isto porquê? |
| A informação anexa, aquilo que me dá a impressão, é para |
| vender o terreno. Nós não vamos aqui autorizar a Câmara, pelo menos |
| não consta da proposta, a vender. Nós só vamos aqui votar que esta |
| parcela de terreno passe para o domínio privado do município |
| Portanto, não sei o que é que faz aqui esta informação?! Não |
| percebemos o porquê?! |
| Porque nós não vamos autorizar a Câmara a vender esta |
| proposta! Não sei o que é que a Câmara quer demonstrar com a |
| informação que fez aqui juntar?! Com certeza terá uma intenção! Agora, |
| nós é que não percebemos o porquê disto estar aqui agora. |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado senhor deputado |



Firmino Silva. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?~ **PRESIDENTE** DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Começar por dizer ao senhor deputado Firmino Silva que aqui só há uma intenção: é informar e pôr como água límpida o que se passa. -----É que entretanto eu sou confrontado com uma série de informações e, portanto, acho que é meu dever informar a Assembleia deste pressuposto. -----O senhor tem razão que o que estamos a discutir aqui é a passagem do domínio público para o domínio privado e depois, naturalmente em sede própria, se decidirá vender ou não vender. -----O problema é que este terreno foi adquirido por noventa e oito mil e quinhentos euros. ----Eu só não vou divulgar agora aqui mais informações porque infelizmente o senhor vereador Manuel Marinho não está cá e eu não vou usar da indelicadeza de expor aqui documentos que gostava de discutir e que me fossem esclarecidos. Porque eu fui tão surpreendido como vocês estão a ser agora. -----Isto é uma questão simples. Isto é um terreno em Martim que a Câmara adquiriu por noventa e oito mil e quinhentos euros e que tinha quatrocentos e trinta metros quadrados. Fez uma utilização que ainda está a decorrer neste momento de oitenta e oito metros quadrados, portanto, tem disponível neste momento trezentos e um metros quadrados. A proprietária da bomba de gasolina de Martim apresenta uma proposta ao município de aquisição do terreno. Eu vou buscar os documentos e verifico que, em dois mil e seis, foi dado a duzentos e vinte e nove euros o metro quadrado do terreno. Eu quis saber porquê?! Porque a senhora vaime fazer uma proposta de quarenta e três euros o metro quadrado e estranhei que se tivesse pago a duzentos e vinte e nove euros o metro quadrado. Portanto, aprofundei o problema e então descubro aqui uma



coisa extraordinária: um processo de licenciamento que nunca podia ser licenciado porque a habitação que lá estava de recuperação está em reserva ecológica, tem limitações em termos de PDM naquilo que é o disponível para construção, desenvolve-se um primeiro processo em nome de uma imobiliária com a falácia de que era possível construir ali. Depois chegaram os serviços à conclusão que não era legal construir ali e indeferiram os processos de construção. Isto desaparece num espaço temporal, é feita uma avaliação na altura pelo senhor engenheiro Ivo Boaventura e o preço que naquela altura dava, dava sensivelmente trinta e cinco mil euros o metro quadrado. Entretanto fecham este processo porque chegam à conclusão que não é possível construir, e estamos a falar de construção a custos controlados. É o que está no processo. -----Desenvolve-se um novo processo em nome de um cidadão, rigorosamente a mesma coisa, mas em nome individual. E é aqui que o problema acontece. O mesmo senhor engenheiro Ivo Boaventura avalia o mesmo espaço, o mesmo terreno, a mesma construção, o mesmo sítio, comércio, por exemplo, a mil e quinhentos euros o metro quadrado, arrumos a cento e cinquenta euros o metro quadrado, e então percebe-se que aqui há um objetivo de entregar uma determinada verba a esse cidadão. E há uma informação interna do senhor vereador na altura para o senhor presidente da Câmara na altura que diz isto, extraordinário: "Os serviços avaliaram aquilo em sete mil e quinhentos contos (que ainda está em contos), o requerente pede vinte e cinco mil contos, mas de acordo com a nossa reunião vamos acertar isto para vinte mil contos". Eu quero perceber o que é isto!----------O problema é que agora a senhora vem-me dizer que quer adquirir o terreno, eu mandei-o avaliar e aqueles valores que o senhor deputado Joaquim Barbosa há bocado evidenciou estão precisamente nesses parâmetros, entre os quinze mil e poucos euros e os treze mil. A



proposta que eu apresentei à senhora foi na lógica daquilo que pagámos em dois mil e seis. Portanto, a lógica é que os trezentos e um metros quadrados dariam sessenta e nove mil euros. Eu penso que isto é fácil de perceber. O problema é que a avaliação dá quinze mil euros. Eu não me sinto bem estar a vender ou a revender um terreno que foi adquirido pelo município a duzentos e vinte e nove euros o metro quadrado, vou vender agora a quarenta e três que é o limite da avaliação. Isto até dá a impressão que estou aqui a fazer um jeito a alguém. Portanto, eu não quero esse tipo de dificuldade. -----Portanto, é mais do que evidente que há aqui algo muito estranho. E mais não posso dizer porque gostava que o senhor vereador Manuel Marinho estivesse aqui, poderia eventualmente esclarecer~nos muita coisa, e, portanto, não vou usar essa indelicadeza dos documentos que tenho aqui internos porque ele não está aqui para se defender e eu entendo que não devo fazer isso. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor presidente.~~~~~ -----Vamos então passar à votação do ponto número nove!----------Quem vota contra, por favor, levanta-se. -----(Ninguém)----------Quem se abstém, por favor, levanta-se. -----(Ninguém)----------Aprovado por unanimidade.---------Uma declaração de voto do senhor deputado José Novais. Faz favor. **DEPUTADO DO PSD – José Novais** – Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----Efetivamente eu corroboro em absoluto da preocupação do

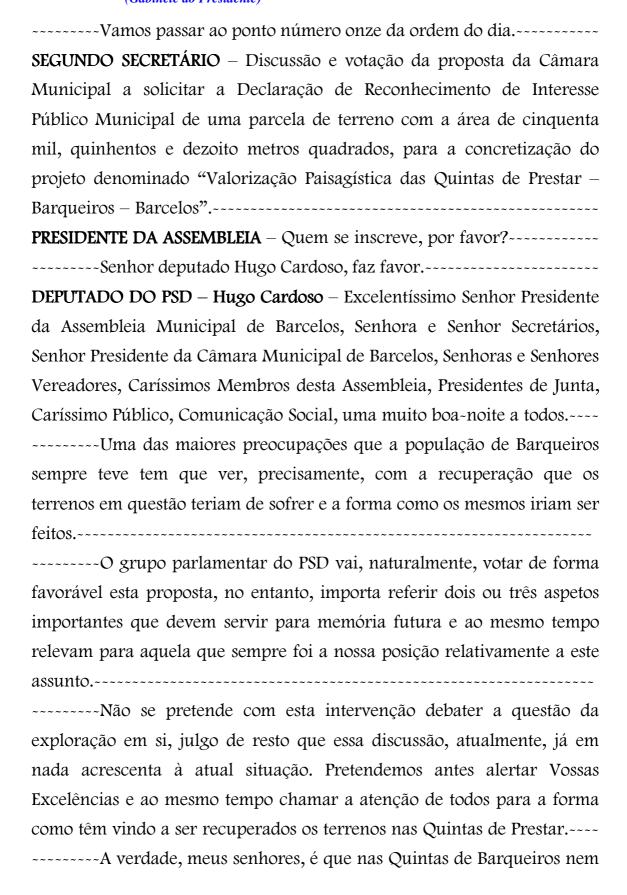


senhor presidente da Câmara. Quem não deve, não teme. Portanto, o seu a seu dono e corroboro em absoluto. Só que na sequência de toda a explicação que o senhor presidente da Câmara produziu decerto há aqui alguma curiosidade que também interessa saber. É que simplesmente o terreno comprado pelo município em dois mil e seis pertencia a um exdirigente do Partido Socialista e vereador do executivo: Manuel Martins Rodrigues Dixe. È só essa informação que eu quero transmitir. -----Agora, corroboro em absoluto o porquê da compra por esse valor, também estou perplexo conforme o senhor presidente da Câmara. Manifesto a mesma perplexidade. Mas quem não deve, não teme. Portanto, quem dever, que pague. É assim que deve ser na vida pública e com os dinheiros públicos.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José Novais. Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva. DEPUTADO DO CDS-PP - Firmino Silva - Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara. ----Só para uma declaração de voto muito simples. Depois da explicação do senhor presidente da Câmara, eu tenho a certeza que esta informação não tem nada a ver com esta proposta. Fiquei com essa certeza.----------Agora, se isto é um caso de polícia, entregue-se a quem de direito,----------Agora, percebe-se a estratégia da Câmara de fazer anexar esta informação junto desta proposta, que era para criar aqui discussão política.---------Agora, não há dúvida que a informação não tem nada a ver com a proposta. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado



| Firmino Silva. Senhor Presidente da Câmara, agradecia que fosse |
|---------------------------------------------------------------------------|
| sintético |
| PRESIDENTE DA CÂMARA – Serei, senhor presidente. Uma vez que c |
| senhor deputado José Novais decidiu falar nos nomes, eu entendi que não |
| devia falar, até porque não estão aqui as pessoas para se defenderem. Mas |
| a bem da realidade, isto foi inicialmente começado pela LD Imobiliária |
| que tinha a sede no Largo Jesus Bom da Cruz. Foi este o primeiro processo |
| que, entretanto, pararam. A escritura do segundo processo, e há um outro |
| segundo processo, é feito em nome do senhor Manuel Joaquim Martins |
| Rodrigues Dixe e esposa. Não quero saber se é do Partido Socialista ou |
| não, isso a mim não diz nada. Eu tenho aqui os documentos e |
| independentemente de ser quem seja, é com clareza que queremos pôr |
| isto |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente |
| Vamos passar ao ponto número dez da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse |
| Público Municipal de um terreno com a área de cinco mil, setecentos e |
| dez metros quadrados, para construção de uma Casa Mortuária |
| (incluindo arranjos, de enquadramento, acessos e estacionamento) |
| localizada em Outeiro, freguesia de Silveiros |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve, por favor? |
| Vamos passar à votação! |
| Quem vota contra levanta-seQuem vota contra levanta-se. |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém levanta-seQuem se abstém levanta-se. |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidadeAprovado por unanimidade. |







| tudo está conforme a lei. |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| As irregularidades possíveis de constatar comprovam, de resto, |
| que aquela exploração nunca foi um bom exemplo, desde as barreiras de |
| segurança absolutamente inexistentes, à sinalização insuficiente, ao aterro |
| dos terrenos que tem vindo a ser feito com resíduos que não são |
| facilmente degradáveis, quando o que a lei impõe é que o aterro seja feito |
| com material inerte ou solo original, entre muitas outras coisas! |
| Não é suposto, senhor presidente, deixar uma cratera como a |
| que hoje em dia temos em Barqueiros à mercê de qualquer criança e de |
| todos os perigos que isso possa acarretar. |
| ~~~~~Não é suposto, senhor presidente, que o aterro dos terrenos se |
| faça da forma e com materiais como os que aqui e agora relatámos e que |
| facilmente são comprováveis e visíveis por quem lá passa.~~~~~~ |
| ~~~~Não há nada que consiga pagar às pessoas que, diariamente, |
| convivem com aquela realidade que lhes colocaram à frente, nem há nada |
| que devolva a expetativa de qualidade de vida que pura e simplesmente |
| lhes retiraram. Mas devemos exigir que se cumpra com aquilo que são as |
| normas legais nesta matéria. |
| O grupo parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta |
| proposta e vai fazê-lo com a enorme expetativa que a recuperação |
| paisagística dos terrenos seja uma verdadeira realidade e na certeza que a |
| lei se faça cumprir. |
| O senhor presidente da Câmara, sobre este mesmo assunto, |
| referiu num passado ainda bem recente que tudo o que é ilegal tem de ser |
| contestado e que a Câmara tem que, acima de tudo, concordar com a |
| legalidade das situações |
| Ora nesta situação, senhor presidente, não está em causa o |
| pensamento político do Hugo Cardoso, enquanto membro desta |
| Assembleia nem tão-pouco deverá estar em causa o partido político que |



| hoje suporta a atual Junta de Freguesia de Barqueiros. O que realmente |
|-------------------------------------------------------------------------|
| está em causa é uma questão de cumprimento de regras, de respeito (se |
| assim também lhe queiram chamar), o que está em causa é uma questão |
| de legalidade, e os senhores têm a obrigação de exigir que a mesma se |
| faça cumprir. |
| Disse. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Hugo |
| Cardoso. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra? |
| PRESIDENTE DA CÂMARA – Apenas para dizer ao senhor deputado Hugo |
| Cardoso que ele sabe tão bem quanto eu que a responsabilidade da |
| legalização e do controle não é do município, é da Direção Geral. Das |
| duas, uma: ou me faz aqui a participação e reencaminho para a Direção |
| Geral ou fala diretamente, porque é a entidade competente para fazer a |
| fiscalização |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos passar então à votação do ponto |
| número onze! |
| Quem vota contra, faz favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, faz favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade |
| Tem a palavra o senhor deputado António Cardoso, para |
| declaração de voto. |
| DEPUTADO DO PS – António Cardoso – Senhor Presidente da Assembleia, |
| Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, |
| Caros Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Público, bom- |
| dia a todos. |
| Sigmund Freud disse uma coisa assim: "Fu não me envergonho |

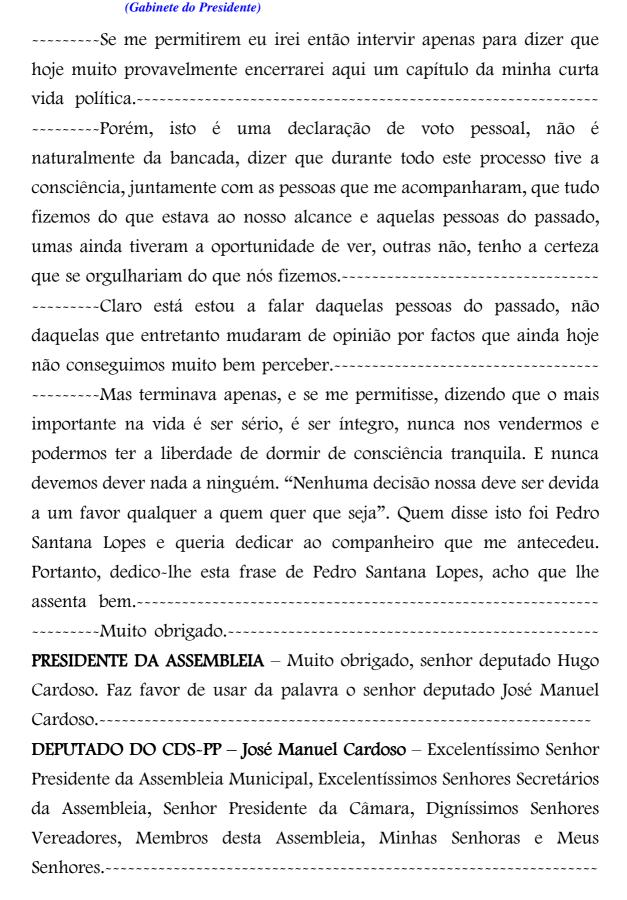


de mudar porque não me envergonho de pensar". E hoje tivemos a prova provada aqui. E ainda bem.----------Estou particularmente feliz porque o Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta e estou naturalmente feliz porque foi preciso acontecer tantos anos de conflitualidade política, não social, para que se chegasse a um consenso: as Quintas de Prestar são da Junta de Freguesia.---------O reconhecimento do interesse público municipal das Quintas de Prestar, propriedade da freguesia de Barqueiros, que acabou de se votar, é o culminar de um processo que durou anos e é a prova de que onde há sensatez, razoabilidade e verdade podemos todos sair a ganhar. -----Isto vale sobretudo para aqueles que sempre disseram que as Quintas nunca seriam nossas e que estávamos a enganar os barqueirenses.----------Hoje podemos dizer a todos que o compromisso assumido com a Mibal e com os barqueirenses foi cumprido. E é assim que devemos estar na política e defender a causa pública: hombridade, seriedade e transparência.---------Mas este processo, apesar de nunca ser causador de qualquer agitação social desde dois mil e oito, tão apregoada pelo Partido Social Democrata e pelos outros partidos que compõem esta Assembleia, não foi tão pacífico quanto parece. Cito, por exemplo, um acontecimento passado nesta Assembleia e de que todos nós nos lembramos em que agitadores barqueirenses e civis com as letras todas invadiram esta Assembleia e insultaram com os adjetivos mais abjetos o presidente da Junta de Freguesia que eu considero o melhor presidente de Junta do nosso concelho e estou a falar do meu querido amigo Agostinho Pires. Todos nos lembramos dos insultos soezes, das coisas mais vis que a mente humana é capaz de conceber. E todos nos lembramos também, porque os

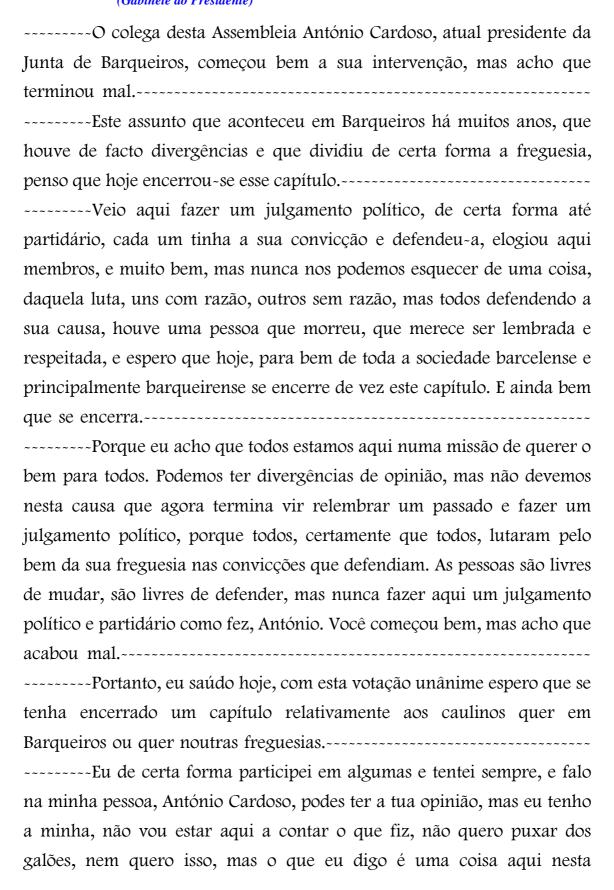


barqueirenses não vão esquecer isso, do riso hipócrita de quem estava sentado nesta Assembleia. Mas a vergonha que tentaram infligir ao Agostinho teve resultados muito benéficos para Barqueiros: a CDU deixou de apresentar a candidatura à Assembleia de Freguesia; a esperança do Bloco de Esquerda é hoje o líder da JSD concelhia; o CDS, partido com alguma representação em Barqueiros, autarquicamente está reduzido a nada; e o PSD de Barqueiros transformou-se numa espécie de uma coisa que ninguém sabe muito bem o que é.-----~~~~Mas hoje é também motivo de agradecimento. Agradecer aos barqueirenses, agradecer ao executivo municipal pela disponibilidade que teve para connosco para ajudar-nos a resolver este problema, agradecer ao meu partido que sempre soube respeitar os órgãos eleitos, agradecer a todos os membros da freguesia de Barqueiros que sempre lutaram contra fortes pressões e que eu sei de quem elas vieram, e quero também publicamente agradecer a um barqueirense que não é de nascença mas é de coração, e se não o fizesse não ficaria bem com a minha consciência, um jovem advogado que conheci para aí há sete/oito anos, esteve sempre do nosso lado mesmo na altura em que a Câmara não era poder e nem ele nem eu sonharíamos que hoje estaríamos aqui, quero agradecer reconhecidamente ao meu querido Alexandre Maciel, e permite-me que te trate assim, porque conheço-te há muitos anos e não é o facto de hoje seres vereador que vai fazer com que eu deixe de te tratar por tu.~~~~~~~ -----Um abraço, boa-noite e obrigado.----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado António Cardoso. Tem a palavra, para declaração de voto, o senhor deputado Hugo Cardoso.----**DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente** da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caríssimo Público.-----











| Assembleia, e há pessoas que podem testemunhar isso, de ambas as partes, |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| fiz para que se apaziguasse e se levasse o assunto sem haver mais guerras |
| como houve no passado. |
| A todos saúdo por hoje se encerrar este capítulo dos caulinos |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José |
| Manuel Cardoso. |
| Passamos ao ponto número doze da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse |
| Público Municipal de uma parcela de terreno com dois mil e noventa e |
| um metros quadrados, para a legalização e ampliação de uma exploração |
| agropecuária, localizada na Rua da Aldeia de Baixo, freguesia de |
| Fornelos. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições! |
| Vamos passar à votação! |
| Quem vota contra levanta-se, por favor |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém levanta-se, por favor |
| (Um da CDU) |
| Aprovado por maioria com uma abstenção |
| Vamos passar então ao ponto número treze da ordem do dia |
| SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse |
| Público Municipal de uma parcela de terreno destinada à construção de |
| um anexo de apoio ao edifício da Casa do Povo de Alvito, sita no lugar de |
| Rio Porto ou Igreja, freguesia de Alvito S. Pedro |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve para falar, por favor?~~ |
| Vamos passar à votação! |



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

| Quem vota contra levanta-se. |
|-----------------------------------------------------------------------------|
| (Ninguém) |
| Quem se abstém levanta-se |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade |
| Vamos passar ao ponto número catorze da ordem do dia |
| PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara |
| Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da |
| parcela de terreno doada à freguesia de Milhazes, com a área de cento e |
| quinze metros quadrados, localizada na Rua Padre Manuel Martins |
| Palmeira, e aprovação do pedido de isenção do pagamento de taxas pela |
| emissão do alvará de licença de construção referente ao processo GU |
| catorze mil, setecentos e treze. |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve para falar, por favor?~~ |
| Vamos passar à votação! |
| Quem vota contra, faz favor, levanta-se |
| (Ninguém) |
| Quem se abstém, faz favor, levanta-seQuem se abstém, faz favor, levanta-se. |
| (Ninguém) |
| Aprovado por unanimidade |
| Vamos passar então ao último ponto da ordem do dia desta |
| sessão ordinária da Assembleia Municipal: Apreciação da informação |
| escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, |
| bem como da situação financeira do mesmo, |
| Quem se inscreve para falar, por favor? |
| Senhor deputado José Novais, faz favor |
| DEPUTADO DO PSD - José Novais - Senhor Presidente, Senhores |
| Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras |
| e Senhores Deputados |



| Apenas algumas questões que queremos colocar ao senhor |
|----------------------------------------------------------------------------|
| presidente da Câmara sobre a PPP |
| O senhor presidente da Câmara anunciou recentemente que |
| tinha sido aprovada a dissolução da parceria público-privada |
| ~~~~~Nós perguntamos para quando prevê a conclusão dessa |
| dissolução, o efeito prático, e a retoma dos equipamentos por parte do |
| município. Essa, uma pergunta |
| Segunda – Se o campo de jogos de Martim tem licença de |
| utilização. |
| Terceira – Se o pavilhão de Adães está concluído e que previsão |
| do tempo para a sua abertura e usufruto pelo povo |
| Que projeto tem a Câmara para o campo de jogos de Rio Covo |
| Santa Eulália? |
| Com a dissolução da PPP, que não questionamos, é uma opção de |
| gestão do município, que estratégia tem a Câmara para o |
| desenvolvimento desportivo do concelho? |
| E que estratégia tem para a construção de outras infraestruturas |
| não desportivas previstas na PPP? |
| Sobre o edifício Panorâmico. Há três anos a Câmara ordenou aos |
| oitenta moradores o regresso às suas habitações, depois de anteriormente |
| a Câmara Municipal ter ordenado a sua saída, em gestões diferentes, com |
| a garantia de que o prédio não corria o risco de queda quando ordenou o |
| regresso, com a promessa de que seriam feitas intervenções de reforço na |
| estrutura. Estas beneficiações ainda não foram feitas. As estacas, escoras |
| dentro do prédio mantêm-se nos três pisos. Para quando a execução das |
| obras interiores na medida que a Câmara Municipal, como parte do |
| acordo tripartido, é quem é o referencial nesse acordo tripartido? |
| Perguntamos: os moradores do edifício podem sentir-se |
| seguros? |

| Obrigado |
|--------------------------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José |
| Novais. Tem a palavra a senhora deputada Raquel Marques. |
| DEPUTADA DO MIB - Raquel Marques - Senhor Presidente da |
| Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da |
| Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores |
| Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa-noite |
| Relativamente ao capítulo dois - Cultura, Desporto e Tempos |
| Livres – fomos informados que foi aprovada uma transferência no valor |
| de cem mil euros para a Empresa Municipal de Desporto, para despesas |
| de funcionamento. |
| Acresce que hoje mesmo o executivo municipal aprovou mais |
| uma transferência de igual montante para o mesmo fim |
| Ora, sendo do conhecimento de todos que por imposição de |
| legislação governamental sobre o setor empresarial local a Câmara viu-se |
| obrigada a apresentar um projeto de fusão de duas empresas municipais |
| que foi chumbado pelo Tribunal de Contas, que posteriormente o |
| executivo formulou a solução da Régie Cooperativa que não conseguiu |
| ultrapassar os obstáculos legais, voltando tudo a uma situação de |
| indefinição, e que os serviços e equipamentos das empresas têm vindo a |
| ser assumidos diretamente pela Câmara Municipal. |
| Posto isto, o grupo MIB solicita os seguintes esclarecimentos: |
| Qual o ponto de situação atual relativamente às empresas |
| municipais e no seu enquadramento legal? |
| Que serviços funcionam neste momento debaixo da alçada da |
| Empresa Municipal de Desporto que justificam a transferência de cem mil |
| euros? |
| E, por último, qual a situação da Escola de Tecnologia e Gestão?- |
| Muito obrigada |



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada Raquel Marques. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.~~~ **DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo** – Muito obrigado, senhor presidente. Dois ou três aspetos que quero trazer aqui porque considero de grande importância, alguns já foram referidos, mas acho que há uma necessidade de reforçar esse esclarecimento. ----Em primeiro lugar, aquilo que mais me tem perturbado nos últimos tempos é a situação do nosso hospital. E a esta situação de definhamento diário do hospital junta-se um silêncio ensurdecedor da Câmara Municipal de Barcelos em relação a este serviço mais básico à população de Barcelos, não vendo por parte da Câmara um posicionamento de defesa do Serviço Nacional de Saúde. -----Portanto, os barcelenses têm sofrido diretamente com a política de destruição do Serviço Nacional de Saúde. A política de redução de oferta de serviços e de resposta às necessidades dos utentes tem sido prosseguida desde dois mil e seis para o hospital Santa Maria Maior num claro favorecimento do setor privado. ----Em dois mil e seis, encerra pela mão do PS a maternidade, transferindo este serviço para o hospital de São Marcos. -----Após grande contestação da população, foi prometido um novo hospital que o Governo na altura foi adiando e o atual fez tábua rasa, desrespeitando as necessidades e aspirações dos barcelenses. ------A Câmara Municipal de Barcelos, ao contrário do que lhe era exigido, fecha-se no silêncio, não defende os interesses dos barcelenses, tornando-se nesta matéria o parceiro ideal do Governo na sua caminhada de vedar aos barcelenses o acesso à saúde. -----Depois disso, foi a desclassificação da urgência, as taxas moderadoras, o pagamento de transporte a doentes e, como disse, o definhamento do serviço de saúde prestado no hospital é diário e o



| silêncio da Câmara também. |
|---------------------------------------------------------------------------|
| As longas esperas nas urgências são desesperantes, segundo a |
| administração do hospital o quadro de profissionais diminuiu nos últimos |
| dois anos em trinta e oito profissionais efetivos e cinco prestadores de |
| serviços, com repercussões negativas no serviço de saúde. Em trinta e um |
| de maio havia cento e sete utentes à espera de consultas de ginecologia, |
| dois mil, trezentos e cinquenta e três para oftalmologia, quatro mil e |
| sessenta e cinco em otorrino e cento e quarenta e dois em ortopedia |
| Afirmou o presidente do conselho de administração em reunião |
| com o Partido Comunista que a falta de profissionais de saúde poderá |
| eventualmente, apesar do brio profissional, levar a algumas práticas |
| menos aconselháveis |
| Esta realidade revolta os utentes e torna o silêncio da Câmara e a |
| sua passividade no combate a esta política de destruição do Serviço |
| Nacional de Saúde ensurdecedor. |
| No entanto, pairam ainda no ar novas ameaças, desde o |
| esvaziamento do hospital como é a recomendação da carta hospitalar |
| materna que sugere novos encerramentos, e a ameaça sempre presente da |
| entrega do hospital à Misericórdia |
| ~~~~~O Partido Comunista diariamente, quer em Barcelos, quer pelo |
| país, faz um combate efetivo a esta política de destruição do Serviço |
| Nacional de Saúde e nunca em tempo algum esteve comprometido com |
| esta política neoliberal com o único objetivo de servir os interesses |
| privados. |
| E na concretização institucional desse mesmo combate que faz |
| diariamente na rua, juntos dos utentes, junto dos profissionais da saúde, |
| irá |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ó senhor deputado, eu gostaria que se |
| centrasse na informação escrita do senhor presidente da Câmara e não em |



termos de política nacional. DEPUTADO DA CDU - Mário Figueiredo - Senhor presidente, naturalmente que as questões necessitam de um contexto. Eu estou a contextualizar, senão ficam aqui as coisas penduradas e não sabe muito bem... Eu sei que noventa por cento dos deputados que estão aqui sentados estão incomodados com esta situação do Serviço Nacional de Saúde porque têm responsabilidades direta ou indiretamente nesta questão. Aqui é que é o grande problema, não é? E aí se calhar estão todos ao lado da Câmara na questão do silêncio, porque ninguém se movimenta para defender o hospital de Barcelos. -----Portanto, aquilo que eu quero dizer, fazendo o contexto para as coisas não ficarem com pontas soltas, é que nesta matéria é de extrema importância para a população uma Câmara que se remete ao silêncio e que se resigna pela passividade torna-se conivente com esta política.---------Portanto, aquilo que eu pretendo saber é o que é que a Câmara, naturalmente dentro das suas competências, irá fazer junto do Governo para defender os interesses da população neste serviço essencial? E quem diz deste, diz noutros serviços, como foi a questão do Tribunal, como é a questão daquilo que está a acontecer no balcão da Segurança Social, em que cada vez há menos profissionais e cada vez há mais espera, uma espera desesperante naquele serviço, pessoas que ficam por atender, e a Câmara fecha os olhos a este atentado que estão a fazer aos direitos dos barcelenses. -----Portanto, é também competência da Câmara lutar pela defesa dos serviços públicos, coisa que não faz e coisa que não tem feito. -----Depois realmente saber em que ponto é que está as empresas municipais. Acho que é o exemplo mais cabal da incapacidade que a Câmara Municipal de Barcelos tem em resolver determinadas matérias. E depois está de facto atada de pés e mãos a uma promessa eleitoral que se



está a revelar ao longo dos tempos irresponsável. -----Portanto, aquilo que eu quero saber, depois da decisão do Tribunal de Contas sobre a fusão completamente arrasadora, daquilo que foi feito com custos para a Câmara Municipal de Barcelos com tal estudo económico, a decisão da constituição de uma cooperativa que foi quase elogiada aqui por um deputado como se fosse uma novidade, um coelho tirado da cartola, e isto não dá em nada. Mas o que me preocupa não é isso, o que me preocupa é que estão aqui serviços municipais em causa, estão postos de trabalho em causa, e não há qualquer explicação acerca deste assunto, bem como o futuro da Escola de Tecnologia, também não sabemos o que é que vai acontecer. ----Também não me vou repetir, partilho das mesmas preocupações que o deputado do Partido Social Democrata colocou em relação às PPP. Gostaria de saber em que ponto de situação é que isso está. Claro que o deputado do PSD coloca as questões, mas permita-me que também foi o PSD que nos meteu nesta embrulhada toda. E de facto agora é preciso resolver, mas em matérias complicadíssimas o Partido Socialista, este executivo têm demonstrado de facto uma incapacidade de resolução dos problemas por mais bicudos que eles sejam. ----Em terceiro lugar, uma coisa que pode parecer menor mas os problemas às vezes aparecem nas pequenas coisas, é até hoje eu ainda não percebi a indefinição de metade da serventia da rua Irmã São Romão. Eu não sei se aquilo é uma rua pedonal, se é um parque de estacionamento, eu ainda não percebi nada do que é aquilo. Quem não está a localizar a rua, é a que ia antigamente da garagem Machado para a escola. Portanto, eu ainda não percebi se aquilo é um passeio pedonal, se é um parque de estacionamento, o que é aquilo. O que eu sei é que é uma mistura ali de pessoas a transitar com carros, o pavimento já todo degradado, cheio de poças, porque aquele piso não é adequado para andar automóveis por



| cima daquele piso, os carros antigamente entravam pelo sítio das |
|---------------------------------------------------------------------------|
| passadeiras, quer dizer, uma confusão, ninguém sabe o que é aquilo e |
| gostaria de saber de facto se a Câmara vai resolver ou não esta |
| indefinição |
| Disse |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário |
| Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso.~~~~ |
| DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Senhor Presidente da |
| Assembleia, Digníssimos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, |
| Vereadores, Minhas Senhoras, Meus Senhores e Caros Colegas.~~~~ |
| Aproveito esta oportunidade nesta ordem do dia para questionar |
| o senhor presidente em três perguntas muito simples. |
| Primeira pergunta – No ano passado entrou em funcionamento o |
| Centro Escolar de Gilmonde. Tive conhecimento por mim próprio que no |
| ano passado o elevador não estava a funcionar e não funcionou até ao |
| final do ano letivo. Não tenho informação se este ano está ou não a |
| funcionar, mas perguntava ao senhor presidente se este ano letivo já está |
| a funcionar. |
| Segunda questão - Foi constituída a Agência Municipal de |
| Investimentos, foi uma promessa do anterior mandato, e muito bem, e |
| vinha questionar o senhor presidente se nos pode dar informações sobre o |
| funcionamento dessa agência, se há projetos em curso e se há perspetivas |
| de investimento no nosso concelho. Todos sabemos que vivemos uma |
| altura de crise, não quero aqui invocar razões nem espero que também |
| invoque razões governamentais quer atuais, quer do passado para isso, |
| mas que a agência foi criada foi e se nos pode dar aqui à Assembleia, se |
| não for hoje noutra altura, um relatório, uma comunicação das atividades |
| desenvolvidas por essa agência. |
| Terceira questão - Não lhe vou falar da promessa que fez no |



anterior mandato porque ela já foi julgada no último escrutínio, que era o abaixamento do preço da água, isso para mim, após a sua reeleição, não volto a falar mais no assunto porque tem toda a legitimidade política pelo povo barcelense e, portanto, foi uma promessa que eu batalhei aqui durante muitas vezes consigo do cumprimento dessa promessa, mas não volto a falar mais nisso. Mas gostaria de saber, se é que também nos pode informar, pelo que eu tive conhecimento através dos órgãos da comunicação social que a empresa que detinha as águas de Barcelos foi vendida a um grupo, salvo erro, japonês. E se nos pode também contar os desenvolvimentos das negociações com as Águas relativamente à vossa proposta, penso eu, em adquirir a empresa.~~~~~ -----Era só.----------Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado José Manuel Cardoso. Antes de convidar o senhor presidente da Câmara a dar as respostas, gostaria de só dar aqui uma informação importante a todos os senhores deputados.----------Efetivamente a mesa com os líderes dos grupos municipais já terminaram a revisão do regimento. Portanto, na próxima reunião da mesa e líderes municipais será proposta à aprovação a versão final. Efetivamente há uma alteração significativa porque de facto há assuntos relevantes da atividade municipal que até agora, por vezes, têm sido aproveitados para ser questionado o senhor presidente da Câmara neste ponto que, e se for ao teor da letra do regimento, não é aqui enquadrável. Tem havido alguma tolerância natural pela relevância dos assuntos e esses assuntos vão passar a ser tratados antes da ordem do dia, em que todos os grupos municipais, em cada Assembleia Municipal, terão algum tempo.~~ ----Portanto, é uma alteração relativamente significativa, mas mantendo-se de facto o interesse do esclarecimento a determinados



assuntos relevantes da atividade municipal com o senhor presidente da Câmara, o senhor vice-presidente da Câmara e respetiva vereação. ----Senhor presidente da Câmara, faz favor então de usar da palavra.----PRESIDENTE DA CÂMARA - Muito obrigado, senhor presidente. Em relação a intervenção do senhor deputado José Novais. Senhor deputado, a dissolução da sociedade não foi aprovada, foi decretada pelo Tribunal, depois fez-se uma assembleia geral da sociedade onde todos os parceiros decidiram mesmo dissolvê-la. Mas também sabe, pelo menos os senhores vereadores da coligação Somos Barcelos têm acompanhado isto nas reuniões da Câmara e sabem que neste momento nós pedimos a anulação do acórdão e, portanto, ao pedir a anulação do acórdão tudo isto pode estar em questão. Isto para lhe dizer que o pavilhão de Adães continua na mesma, Martim continua na mesma, Santa Eulália continua na mesma, porque enquanto este imbróglio não for resolvido não podemos fazer rigorosamente nada.---------Em relação ao Panorâmico, eu vou-lhe tentar explicar isto de uma forma muito rápida.---------Primeiro, não foi a Câmara que ordenou a entrada no edifício, foi a comissão de proteção civil. Como sabe, tem a Câmara, tem os bombeiros, tem as autoridades policiais, a delegação de saúde, enfim, um vasto grupo de entidades que estão naquela comissão. Eles é que decidiram de que não haveria risco do prédio.----------Agora explicar-lhe também que a Câmara aqui, embora compreendendo o problema daqueles cidadãos, nós estamos a falar especificamente de um prédio privado. Aquilo que diz respeito à Câmara foi cumprido e executado, que foi a intervenção das águas pluviais que era necessário fazer para evitar as infiltrações no interior. -----O problema é que o condomínio e o mandatário do condomínio



ficaram, de entre os condóminos, que a empresa que construiu aceitava fazer a intervenção desde que todos os condóminos aceitassem. E há ali problemas que nunca nos foram entregues pelo condomínio. Aliás, digolhe já, se a memória não me falha, temos lá uma fração que é do BES, não sei se é do bom ou do mal, mas é do BES. E, portanto, há dificuldades, há pessoas que estão no estrangeiro, e o construtor aquilo que disse foi que só o faria quando todos tivessem assinado. Só que surgiram para aqui uma série de problemas. Eu fico triste que alguém, na altura se falou que a intervenção podia custar cem mil euros, são aqueles cálculos que se lhe dá, pode ser mais ou menos cem mil euros, e o orçamento foi de sessenta e tal mil euros, diga "não, o senhor disse que eram cem mil, tem-se que gastar cem mil", isso não existe, não é? E, portanto, havia ali uma intervenção técnica que está sustentada por técnicos da área e pelo professor Joaquim Figueiras da Universidade do Porto. A Câmara neste momento está completamente impotente para resolver seja o que for, porque não depende da Câmara. Aquilo que dependia exclusivamente da Câmara está feito e foi uma intervenção que custou quase cem mil euros. Portanto, foi feito, cumprimos. Aquilo que é da responsabilidade do condomínio, do mandatário, dos condóminos, é uma questão que tem que ser resolvida, da qual a Câmara está disponível na mesma para, não é moderar, mas tentar que as coisas sejam ultrapassadas. -----Portanto, eu também vejo com tristeza a situação do edifício Panorâmico, mas pelo menos pelo relatório técnico e pela comissão de proteção civil de certeza que aquilo não vai cair. Para quando as obras? Isso depende da capacidade da administração do condomínio e do mandatário, porque há ali um conflito, há ali muita gente a querer meterse no meio de uma coisa... até me apareceu aí um cidadão que mandou uma carta a pedir dados sobre as frações, o condomínio, em que ponto é que estava. Quer dizer, alguém externo ao edifício que se arroga um

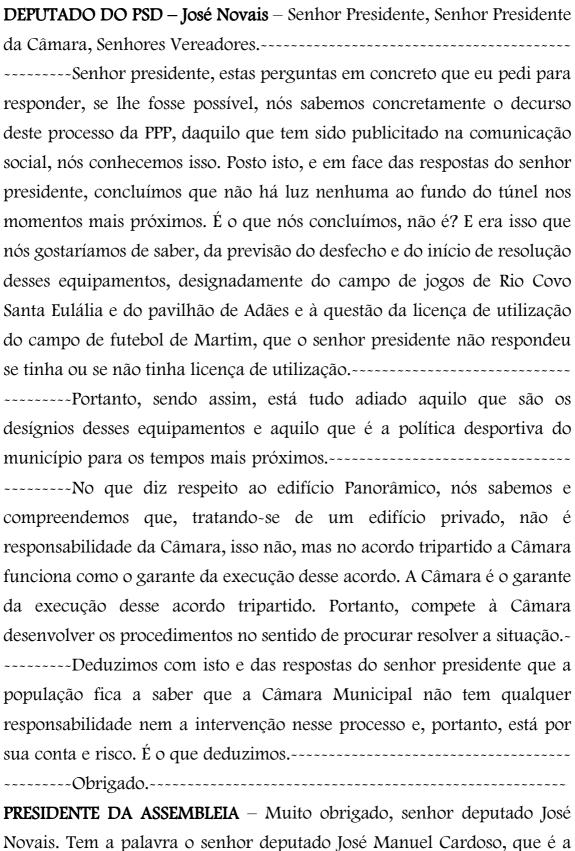


grande defensor desta causa, que não é mandatário, não representa a administração, não tem nenhuma fração, aliás, eu mandei um ofício a interpelar qual era a posição que ele tinha em relação àquele edifício, porque há uma coisa que nós temos que ter consciência, aquilo é um edifício privado, naturalmente olhando para ele como um problema do ponto de vista da segurança se ele existisse, mas é propriedade privada. Portanto, a Câmara até age muito mais como condómino porque tem umas frações lá do que neste momento pode agir noutra área, porque aquilo que era da nossa responsabilidade está feito. ----Em relação à intervenção da jovem Raquel Marques. Senhora deputada, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Ainda hoje se falou na reunião de Câmara sobre as empresas municipais e o vereador ao qual a senhora deputada pertence, do Movimento, foi-lhe também explicado que é constrangedor estarmos sempre a falar nas empresas municipais porque, no mínimo, nós temos que ter respeito por quem lá trabalha. Isto foi uma situação de legalidade que foi provocada por uma lei, nós estamos a fazer um esforço enorme para ultrapassar o problema e estamos a ver se evitamos o impacto que pode vir a ter a nível das pessoas que estão sob a alçada profissional das duas empresas municipais. -----Mas deixe-me dizer-lhe que não se preocupe com os cem mil euros, isto foi explicado hoje ao senhor vereador, e vou-lhe explicar de uma forma muito rápida, porque eu acho que a bem da proteção de todos aqueles que trabalham na empresa municipal não é bom que se mande coisas disparatadas para a rua e muitas vezes inconsistentes e contrainformação, porque nós temos que tentar acautelar o que pudermos legalmente acautelar, mas devia saber que os cem mil euros é para a gestão normal e corrente da empresa municipal. No passado havia contratos-programa, não podemos nem devemos fazer contratosprograma uma vez que a Lei cinquenta veio criar as condicionantes da



autonomia financeira e elas não têm, e, portanto, nós temos que assumir as responsabilidades! Porque no final disto tudo, e devia pelo menos tentar informar-se disso, faz-se a dissolução das empresas e a dissolução terá que ser feita com a consequente liquidação da empresa. A liquidação tem que ser assegurada pelos acionistas e o único acionista é o município. Portanto, aquilo que estamos a fazer é pagar sustentadamente as despesas que aquilo tem, porque quando chegarmos ao fim deste processo se aquilo tiver uma dívida – um milhão, cinco milhões, dez milhões, cinquenta milhões – vamos ter que a pagar, que é assim que a lei diz. Portanto, não estranhe que veio noutra Assembleia cem mil, agora mais cem mil, é para assegurar as despesas correntes da empresa. E aqui insere-se também a informação sobre a Escola de Tecnologia e Gestão que está rigorosamente na mesma situação. ----Em relação ao senhor deputado José Manuel Cardoso. Isso é interessante perguntar-me se o elevador de Gilmonde está a funcionar. A senhora vereadora diz-me que está a funcionar. Portanto, já está tudo resolvido. Achei interessante que eu estivesse preparado para dizer se o elevador estava ou não estava a funcionar. Mas, pronto, a senhora vereadora, como é do pelouro dela, tem esse cuidado e deu-me essa informação.---------Em relação à empresa Águas de Barcelos, o senhor tem um vereador na coligação Somos Barcelos com assento na Câmara Municipal e o senhor vereador tem toda esta informação da venda, como foi, porque ela foi aprovada em reunião de Câmara. -----Obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor presidente da Câmara. Vamos então fazer uma segunda ronda, conforme permite o regimento, e terminamos a sessão.---------Senhor deputado José Novais, faz favor de usar da palavra.







última inscrição, para depois o senhor presidente da Câmara responder aos pontos que de facto ainda não estavam incluídos, para se encerrar a Sessão------**DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso** – Muito obrigado, senhor presidente. Senhor presidente da Câmara, muito obrigado pela resposta, não me respondeu a tudo, a não ser que vá responder depois, relativamente à Agência Municipal de Investimento. ----E quanto a eu ter um vereador do meu partido na vereação, é na vereação, mas eu sou membro desta Assembleia, e gostaria se pode participar a esta Assembleia se há ou se não há negociações com a atual empresa detentora das águas de Barcelos e o pé da situação. Acho que pode não dar a resposta agora, ou nunca a dar, mas acho que para o bem desta Assembleia e para o bem de todos os barcelenses saber em que ponto da situação as negociações. -----Muito obrigado.----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Muito obrigado, senhor deputado José Manuel Cardoso. O senhor presidente da Câmara, faz favor. **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Muito obrigado, senhor presidente. De uma forma muito rápida. Ó senhor deputado José Manuel Cardoso, o senhor não me perguntou nada como estavam as negociações das águas. Aquilo que o senhor me perguntou foi se foram vendidas aos japoneses. Desculpe, o que o senhor me perguntou foi se foram vendidas aos japoneses. Eu não sei se foram vendidas aos japoneses ou se não foram. Aquilo que foi feito um pedido pela empresa, pelo acionista que é a Somague AGS, foi uma divisão do capital que eles lá têm para outro tipo de empresas, que foi para a Somague Ambiente e uma outra empresa com um nome estranho. E, portanto, os nossos juristas não viram qualquer tipo de problema. Agora nós não temos nada a ver com a venda do grupo Sacyr. O grupo Sacyr é que foi vendido aos japoneses e, portanto, as



Águas de Barcelos continuam a ser da Somague. Não conheço os valores do negócio, não conheço nada, aquilo que nos foi dito foi pura e simplesmente que a Sacyr foi adquirida pelos japoneses. Aquilo que ficou fora deste processo, segundo a informação do acionista principal, que é a Valoriza, as concessões de Barcelos, Paços de Ferreira e Marco de Canaveses ficaram fora do negócio porque os japoneses dizem "longe com isso" e, portanto, não as quiseram sequer. Talvez porque elas estão de facto numa boa situação. ----Em relação à agência, senhor deputado, já falámos tantas vezes nisso, é sempre a bater no ceguinho, não vale a pena. ----Senhor deputado José Novais, deixe-me dizer-lhe que a licença de utilização, e eu até compreendo onde é que o senhor quer chegar, porque o senhor chegou a enviar para uma série de clubes aquela possibilidade do aviso ON Dois sobre os campos sintéticos, mas depois percebeu que correu-lhe mal. Correu, porque o senhor não quis ver o que estava no aviso e as regras para aquilo que o senhor tentou... aliás, tem graça que para a associação de futebol da sua freguesia, Macieira, não mandou. Eu estive a falar com senhor presidente do clube e ele disse "não, a mim ninguém mandou", mas eu sei que o senhor mandou para outros lados, não sei porque é que o fez, sinceramente. Mas o aviso da ON Dois dizia que para ser aplicado o investimento, ou do aviso, tinha que ser as instituições com a designação de utilidade pública e nenhum clube tem, à exceção do Gil Vicente. Quando eu quis fazer os relvados da segunda fase do Gil Vicente, sabe?, não existiam licenças de utilização nem projetos. Quem era o responsável? Parceria Público-Privada. Portanto, a licença de utilização de Martim, respondendo àquilo que o senhor me está a dizer, é da responsabilidade da Barcelos Futuro. Foram eles que iniciaram, foram eles que o fizeram. -----Quanto à Câmara ser o garante do acordo do Panorâmico, não é



| assim. A Câmara é o garante da execução da obra de acordo com o que |
|------------------------------------------------------------------------------|
| está estabelecido. Porque eu não vou obrigar os condóminos, o |
| empreiteiro ou seja quem for a assinar um acordo, porque é precisamente |
| aí que está o problema. Nós somos o garante de que tecnicamente a obra |
| será executada de acordo com aquilo que está estabelecido no parecer |
| técnico que foi elaborado |
| Muito obrigado |
| PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vou dar por encerrada a sessão da |
| Assembleia Municipal, desejo-vos um bom regresso a casa, um bom fim- |
| de-semana e até breve |
| Obrigado e boa-noite |
| A sessão terminou às três horas e cinco minutos do dia vinte e |
| sete de setembro de dois mil e catorze. |
| Para constar se lavrou a presente acta, que eu, Celestino Linhares |
| da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada |
| pelo Presidente da Assembleia |
| |
| O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA |
| (Duarte Nuno Pinto, Dr.) |
| O ASSISTENTE TÉCNICO |
| (Celestino Linhares da Silva) |



ÍNDICE

Acta nº 4 de 26 de setembro de 2014

| FOLHA | ASSUNTO |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | Apresentação da ordem de trabalhos |
| 05 | Período de antes da ordem do dia / Início dos trabalhos |
| 06 | Moção do CDS-PP |
| 25 | Período da ordem do dia / Aprovação da ata da sessão de 20 de junho de 2014 (1º Ponto) |
| 25 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a fixação da taxa de 0,7% para os prédios urbanos e de 0,35% para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2015 (2º Ponto) |
| 58 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para o lançamento da derrama de 1,2% e isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00 €, a cobrar no ano de 2015 (3º Ponto) |
| 68 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à participação de 5% no IRS dos rendimentos do ano de 2015 (4º Ponto) |
| 94 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a saída do município de Barcelos da Cooperativa TUREL – Turismo Cultural e Religioso (5º Ponto) |
| 104 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para os encargos plurianuais decorrentes da contratação de fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários para a frota do município (6º Ponto) |
| 104 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a prorrogação do prazo de homologação da lista de classificação final dos procedimentos concursais constantes do documento anexo (7º Ponto) |
| 108 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Plano Diretor Municipal de Barcelos (8º Ponto) |
| 115 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de 301,36 m², sita no lugar da Costa, freguesia de Martim (9° Ponto) |
| 122 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de um terreno com a área de 5.710 m², para construção de uma Casa Mortuária (incluindo arranjos, de enquadramento, acessos e estacionamento), localizada em Outeiro, freguesia de Silveiros (10° Ponto) |
| 123 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com a área de 50.518 m², para a concretização do projeto denominado "Valorização Paisagística das Quintas de Prestar – Barqueiros – Barcelos" (11º Ponto) |



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

| 130 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com 2.091 m², para a legalização e ampliação de uma exploração agropecuária, localizada na Rua da Aldeia de Baixo, freguesia de Fornelos (12º Ponto) |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 130 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno destinada à construção de um anexo de apoio ao edifício da Casa do Povo de Alvito, sita no lugar de Rio Porto ou Igreja, freguesia de Alvito S. Pedro (13º Ponto) |
| 131 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da parcela de terreno doada à freguesia de Milhazes, com a área de 115 m², localizada na Rua Padre Manuel Martins Palmeira, e aprovação do pedido de isenção do pagamento de taxas pela emissão do alvará de licença de construção referente ao processo GU 14.713 (14º Ponto) |
| 131 | Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (15º Ponto) |